



Departamento de Sociologia

**MODELO DE COOPERAÇÃO DA CHINA PARA ÁFRICA
ANÁLISE DE UM ESTUDO DE CASO EM MOÇAMBIQUE**

Cláudia Gilda do Amaral Aranda Correia

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais: Análise e Gestão

Orientador:
Professor Doutor Ulrich Schiefer, Professor Auxiliar
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa
ISCTE / IUL

Julho 2010

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Ulrich Schiefer, que orientou esta tese, pelo apoio na minha escolha do tema desta dissertação, pela disponibilidade e pela utilidade das recomendações.

À Professora Doutora Joana Pereira Leite, pelo interesse e tempo dedicados à discussão do tema da dissertação, pelo apoio bibliográfico e aconselhamento no processo que antecedeu a pesquisa de campo em Moçambique.

À Embaixada da República de Moçambique em Portugal e, em particular, a Sua Excelência o Embaixador da República de Moçambique em Portugal Dr. Miguel Costa Mkaima, ao Ministro Conselheiro, Dr. Alberto Augusto Maverengue, e à Conselheira Comercial e Económica, Dra. Filomena Malalane, pela abertura com que me receberam, a atenção que dedicaram ao tema da dissertação e pela disponibilidade que demonstraram em prestar-me apoio na facilitação do acesso a muitos dos contactos realizados em Moçambique.

Ao Professor Doutor Luís Castelo Branco, pelas reflexões críticas.

A Sarah Bove, pelo exemplo de perseverança e pela amizade e apoio na tradução de texto.

Aos meus primos José António, ao Manuel Jorge e sua mulher Ana, que me motivaram a levar esta dissertação a bom termo.

À minha mãe e meu pai pelas oportunidades que me proporcionaram; à minha irmã pela compreensão e paciência, aos meus irmãos e a todos familiares e amigos que me acompanharam neste processo.

RESUMO

O objectivo desta dissertação é sugerir um quadro explicativo da estratégia de longo prazo da China para África e realçar o papel da ajuda chinesa na prossecução dos seus desígnios, tendo por base a cooperação entre a China e Moçambique.

O reforço das relações entre China e África é uma tendência que vai continuar a desenvolver-se. A China tem capital para investir e tecnologia mas necessita de matérias-primas para sustentar a sua indústria, alimentar a sua população, continuar a aumentar os volumes de exportação e afirmar-se nos mercados internacionais. África, por sua vez, disponibiliza de matérias-primas, mas carece de infra-estruturas e de tecnologia para as explorar.

A continuidade e o aumento da interacção comercial e de investimento implica que a China mantenha um entendimento com todos os países africanos, por forma a cultivar influências e reforçar a rede de apoio político. É neste contexto que se intensificam as relações com Moçambique, ao mesmo tempo que cresce o envolvimento comercial e empresarial chinês nos sectores moçambicanos da construção civil, da agricultura e da extracção de recursos como a madeira.

A Moçambique interessa-lhe explorar as oportunidades oferecidas pelo governo chinês para contrabalançar a forte dependência face aos doadores tradicionais. Aquelas oportunidades traduzem-se no cancelamento da dívida, na oferta de donativos e concessão de empréstimos preferenciais, na capacitação técnica na agricultura e no fornecimento de construção de baixo custo.

Esta dissertação suscita questões, que deixa em aberto para que sejam aprofundadas em investigações futuras. Uma dessas interrogações prende-se com a sustentabilidade do modelo de cooperação e de desenvolvimento proposto pela China, assente numa relação de interdependência entre as economias chinesa e africana, com fraco investimento no desenvolvimento das capacidades locais e poucos resultados na melhoria do bem estar das populações.

Palavras-chave: China, África, Moçambique, Cooperação, Ajuda, Madeira, Desenvolvimento, Recursos, Agricultura, Infra-Estruturas

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to suggest an explanatory framework of China's long-term strategy in Africa and highlight the role of Chinese aid in the pursuit of its own designs, based on the cooperation between China and Mozambique.

The strengthening of relations between China and Africa is a trend that will continue to develop. China has capital to invest and technology but it needs raw materials to sustain its industry, feed its population, continue to increase its export volumes and assert itself in international markets. Africa, in turn, has raw materials, but lacks the infrastructures and technology to exploit them.

The continuation and increase of this commercial and investment interaction imply that China maintains an agreement with all African countries, so as to gain influence and strengthen its network of political support. It is in this context that relations with Mozambique intensify, as Chinese business and commercial involvement grows in the Mozambican sectors of civil construction, agriculture and resource extraction such as timber.

Mozambique is interested in exploring the opportunities offered by the Chinese government to counterbalance its strong dependence on traditional donors. These opportunities include debt cancellation, the offering of grants and the concession of preferential loans, technical training in agriculture and the provision of low cost construction.

The thesis raises open-ended questions, paving the way for more in – depth future research. One such question concerns the sustainability of China's model of cooperation and development, based on a relationship of interdependence between the Chinese and African economies, with little investment in developing local capacity and limited results in improving the welfare of the people.

Keywords: China, Africa, Mozambique, Cooperation, Aid, Wood, Development, Resources, Agriculture, Infrastructure.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
1. Objecto de estudo e colocação do problema	6
2. Objectivos do Estudo de Caso de Moçambique	8
3. Metodologia de análise.....	9
CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	11
1. Enquadramento das relações da China com África.....	11
2. Objectivos que têm orientado a política da China.....	15
3. A função da ajuda na estratégia da China para África	18
3.1. A importância de cultivar o apoio político	19
3.2. O novo modelo de cooperação da China	23
3.3. Conceito e operacionalização da ajuda chinesa ao desenvolvimento.....	27
3.4. A China como fonte alternativa de ajuda e de financiamento e a questão da complementaridade das economias	33
CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E POLÍTICO DE MOÇAMBIQUE	37
1. Contexto histórico	37
2. Situação política e económica	37
3. Parceiros comerciais emergentes	42
4. Dependência da ajuda internacional.....	44
5. A diáspora portuguesa, indiana e chinesa	46
CAPÍTULO III – ESTUDO DE CASO: AS RELAÇÕES DA CHINA COM MOÇAMBIQUE	47
1. Antecedentes	47
2. Princípios e objectivos da cooperação bilateral	49
3. A necessidade da China de cultivar o apoio político de Moçambique.....	51
4. Função e mecanismos da ajuda chinesa e importância para Moçambique	52
5. A estratégia da China no sector da construção em Moçambique.....	55
5.1. Oportunidades na área da construção de infra-estruturas em Moçambique	55
5.2. O mecanismo operativo da China no sector da construção	57
6. O objectivo da China em aceder a recursos como a madeira.....	60
7. A importância para a China do sector agrícola Moçambicano	63
CONCLUSÃO	67
Perspectivas do modelo de cooperação da China para África: oportunidades e riscos.....	67
BIBLIOGRAFIA.....	72
ANEXOS.....	85

INTRODUÇÃO

1. Objecto de estudo e colocação do problema

A necessidade da República Popular da China (RPC) de continuar a fazer crescer a sua economia e expandir o seu prestígio político motivou a intensificação do seu relacionamento com África, a qual se reflecte no volume da ajuda e na expansão do comércio e investimento.

Neste contexto, tudo indica que a relação chinesa com África está longe de ser uma ligação temporária motivada pela necessidade momentânea de matérias-primas. Pelo contrário, os objectivos expressos na nova parceria estratégica da RPC para África, consagrados no documento contendo a “Política da China para África” e anunciados na Cimeira de Pequim do Fórum para a Cooperação China – África de 2006, revelam uma visão continental e de longo prazo, que ultrapassa o que foi a actuação dos antigos poderes coloniais, limitada às respectivas zonas de influência.

A estratégia de âmbito continental tem objectivos mais vastos e que visam a aquisição de energia e matérias-primas para sustentar a economia chinesa, cultivar o apoio político, consolidar o papel da China nas organizações internacionais, reforçar as pretensões da RPC sobre Taiwan e garantir a satisfação dos interesses comerciais da China. Num sentido mais amplo, a China visa projectar o seu prestígio e influência no mundo e garantir a sua posição de predominância na economia global.

A visão continental da estratégia chinesa encontra dimensão no Fórum para a Cooperação China – África, fundado em 2000, enquanto plataforma multilateral para levar a cabo o objectivo de aumentar a interacção política e económica com o continente africano. As relações entre as duas partes ganharam dinamismo com este fórum, no qual produzem-se declarações políticas e planos de acção que estabelecem a linha de conduta da cooperação sino-africana, com base na invocação dos benefícios da cooperação Sul – Sul e com aplicação bilateral e de forma consonante em todo o continente.

Esta estratégia de longo prazo para África implica que a China estabeleça laços diplomáticos e de cooperação com a totalidade dos países africanos, de modo a isolar diplomaticamente Taiwan e levar avante a causa da reunificação da China. Para o efeito, a China vai continuar a

cultivar as relações diplomáticas e de cooperação com vista a perfazer uma rede de influência e de apoio político no continente e assegurar o aumento da interacção comercial e de investimento.

Em troca da confiança, do reconhecimento e do apoio político dos governos africanos, a China disponibiliza-se a conceder ajuda, nomeadamente alívio ou cancelamento da dívida e financiamento sob a forma de empréstimos preferenciais.

Por outro lado, o objectivo de aceder a recursos relaciona-se com novas oportunidades de investimento que a exploração de matérias-primas proporciona, através da construção das infra-estruturas necessárias à implementação dos projectos. Ao mesmo tempo, cria-se a conjuntura para que as empresas chinesas estabeleçam a sua base localmente, expandam a actividade para outros sectores e facilitem o escoamento dos produtos industriais chineses.

África é o continente que vive perseguido pelo estigma do subdesenvolvimento. É percebido como a região do mundo vítima da guerra, dos genocídios, das epidemias, que não obstante as ajudas e parcerias com o ocidente, não foi bem sucedida, persistindo no ciclo da pobreza e do subdesenvolvimento¹. Para África, a China surge como uma alternativa à relação com os doadores tradicionais e a possibilidade de optar por outra fonte de ajuda externa.

Neste campo, a China tem procurado ganhar terreno, valendo-se de uma retórica política que invoca a não interferência nos assuntos internos dos estados e a concessão de ajuda sem contrapartidas políticas, se bem que exige aos países africanos o corte de relações diplomáticas com Taiwan para que possam beneficiar da sua cooperação. Esta postura ganha adeptos por oposição à política dos doadores tradicionais de fazer depender a ajuda do cumprimento de critérios de condicionalidade política, tais como a implementação da democracia, o respeito pelos direitos humanos e boa governação.

Partindo do princípio de que a política da China se aplica de forma idêntica a todos os países africanos, o objectivo desta dissertação é sugerir um quadro explicativo da estratégia de longo prazo da China para África e realçar o papel da ajuda chinesa na prossecução dos seus objectivos. Para o efeito, examinam-se os interesses e objectivos da China no seu relacionamento com África; descreve-se a estratégia da China para África e o modelo de cooperação e de desenvolvimento proposto; analisa-se a função da ajuda para a obtenção de influências políticas, assim como o seu papel no desenvolvimento do sector da construção de infra-estruturas em

¹ MICHEL, Serge & BEURET, Michel – **O Safari Chinês: Pequim à Conquista do Continente Negro**, 2009, Publicações Dom Quixote, Alfragide, Portugal, pág. 18

África; estuda-se o discurso político e os aspectos da implementação prática desta estratégia. Dado o carácter preferencial que a China confere às relações bilaterais, sendo nesse contexto que se constroem as relações de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento, é esse o âmbito da análise do estudo de caso dedicado ao relacionamento da China com Moçambique.

2. Objectivos do Estudo de Caso de Moçambique

Moçambique oferece novas possibilidades para um envolvimento de longo prazo da China em África.

No pressuposto que os recursos energéticos constituem a principal razão para o envolvimento da China com o continente, na medida em que motivam a maior parte do volume de investimento e da actividade diplomática, poder-se-ia pensar que Moçambique é um parceiro secundário para a China, uma vez que não é fornecedor de recursos energéticos, tal como são os países africanos produtores de petróleo e grandes parceiros comerciais da China em África, como Angola, Sudão e Nigéria.

Esta suposição veio a revelar-se enganadora perante a constatação da penetração económica e empresarial chinesa em Moçambique, que começou a ser visível desde há alguns anos em sectores como os da construção civil, da agricultura e da extracção de recursos florestais, com reflexos nos volumes de ajuda, do comércio e de investimento.

O panorama moçambicano em termos de potencial económico torna-se atractivo pelas oportunidades de negócio que oferece em diversos sectores. Este facto alia-se às possibilidades de financiamento representadas pelos grandes fluxos de ajuda ao desenvolvimento liderados pelos países desenvolvidos e pelas organizações internacionais e que chegam a Moçambique na sequência do seu bom desempenho em termos de cumprimento dos requisitos para a atribuição da ajuda internacional.

A estabilidade política, associada à adopção de um sistema multipartidário e de uma economia de mercado, reforçou o interesse da comunidade internacional por Moçambique e atraiu, não só novos parceiros de ajuda, como também novos parceiros comerciais. Actualmente estão presentes em Moçambique empresas de dimensão internacional provenientes da África do Sul, Índia, Brasil, Malásia, para além de empresas europeias, americanas e australianas.

Com vista a prosseguir a expansão empresarial e comercial, as empresas chinesas em Moçambique, com o apoio do governo da RPC, tiveram que delinear uma estratégia específica, tendo em conta a conjuntura moçambicana, de maneira a serem bem sucedidas num mercado dinâmico dominado por empresas multinacionais fortemente implantadas no terreno e pelas comunidades empresariais tradicionais, nomeadamente de origem indiana e portuguesa, presentes no país desde há décadas e que gozam de influência junto do poder político moçambicano.

Esta estratégia específica da China e o seu impacto no mercado moçambicano da construção é um assunto em análise no estudo de caso. Examinam-se, também, as oportunidades e riscos da cooperação chinesa, tendo em consideração a forte dependência de Moçambique face aos doadores tradicionais e a possibilidade da China poder constituir uma diversificação da fonte de financiamento das necessidades suplementares de infra-estrutura. Na sua conclusão, esta dissertação suscita questões que deixa em aberto para que sejam aprofundadas em investigações futuras.

3. Metodologia de análise

Esta tese baseia-se em pesquisa documental e em informação recolhida no terreno durante duas estadias de campo realizadas a Moçambique entre 14 de Março e 4 de Maio de 2008 e entre 2 de Outubro e 16 de Novembro de 2009.

Durante o primeiro período foram realizados contactos e entrevistas com entidades governamentais, representantes da sociedade civil, assim como com diplomatas e organizações internacionais representadas em Maputo. Através destes contactos foi possível recolher informação, assim como opiniões, que se revelaram importantes para a realização desta dissertação. Algumas das individualidades entrevistadas solicitaram, na altura, que a sua identificação não fosse citada nesta tese, pelo que, optou-se por não mencionar nenhum nome. A segunda viagem foi dedicada à observação directa no terreno e verificação ou desmistificação de constatações realizadas na primeira abordagem de campo.

A pesquisa documental inclui relatórios e dados estatísticos produzidos por entidades governamentais, assim como dados e relatórios produzidos por entidades e agentes da sociedade civil moçambicana, empresários e agências e organizações internacionais.

A Embaixada da República Popular da China em Moçambique, assim como o respectivo Departamento Económico e Comercial, foram contactados por várias vezes, quer por via de correio electrónico e telefone, quer pessoalmente, sendo que foi sempre recusado o fornecimento de qualquer tipo de informação ou, inclusive, a possibilidade de uma entrevista com o Conselheiro Económico e Comercial. Para colmatar esta falta de transparência da actuação chinesa, expressa na indisponibilidade dos representantes diplomáticos ou outros em fornecer informação, foi necessário recorrer a artigos publicados na comunicação social, assim como a textos e documentos oficiais disponíveis na internet. Esta informação revelou-se útil, não obstante o teor marcadamente político, generalista, pouco detalhado e, muitas vezes, desactualizado, dos dados fornecidos, sobretudo no que refere ao caso específico das relações da China com Moçambique.

Procurou-se, igualmente, fazer a leitura de grande parte da bibliografia que se tem produzido sobre o tema da presença da China em África, a qual tornou-se particularmente prolífica a partir de 2006, por altura em que o envolvimento chinês com o continente ganhou notoriedade com a realização da Cimeira de Pequim do Fórum para a Cooperação China – África.

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

1. Enquadramento das relações da China com África

Este estudo sobre o modelo de cooperação da China em África enquadra-se nas teorias das relações internacionais e nas teorias da cooperação e da integração, nos conceitos de política externa e, também, nos conceitos da cooperação e da ajuda para o desenvolvimento (esta última questão a ser abordada mais adiante).

Para compreender a dinâmica da aproximação da China a África optou-se por recorrer à leitura e interpretação da política externa chinesa e à análise da forma como essa política se foi moldando e desenvolvendo, no quadro das mudanças que se verificaram na conjuntura interna chinesa e das relações internacionais. Esta pesquisa realiza-se tendo em consideração o conceito de política externa, definido por José Calvet de Magalhães como um “conjunto de decisões e acções de um estado em relação ao domínio externo”, podendo a expressão política externa designar, também, “o sector de actividade do estado que se destina a obter um determinado resultado em relação a outro estado ou grupo de estados”². Para levar a cabo uma dada política externa, a China necessitou de estabelecer contacto, sendo que este contacto internacional constitui “o acto elementar da política externa, do estabelecimento de relações internacionais, entendidas como relações entre Estados”³.

A história das relações da China com o continente africano é antiga e remonta ao período anterior à ocupação colonial⁴. Essa relação é retomada na década de 50, após a fundação da República Popular da China (RPC), em 1949. A oportunidade surgiu com a realização da Conferência Afro-Asiática de Bandung, em 1955, contexto no qual a RPC estabeleceu os primeiros contactos diplomáticos com representantes de estados e movimentos de libertação africanos⁵.

²MAGALHÃES, José Calvet de - **A Diplomacia Pura**. Lisboa, Editorial Bizâncio, 2005, *Ob. Cit.*, pág. 22-23

³Idem, *Ob. Cit.* pág. 26

⁴Entre 1405 e 1433, nos primeiros tempos da dinastia Ming, o almirante Zheng He terá liderado oito expedições de barco a uma série de territórios que correspondem actualmente à Somália, Quênia e Madagáscar. In LE PERE Garth e SHELTON Garth - **China, Africa and South Africa: South – South Co-operation in a Global Era**. Midrand, South Africa, Institute for Global Dialogue, 2007, pág. 18

⁵A Conferência de Bandung teve lugar entre 18 e 27 de Abril de 1955, na cidade de Bandung, na Indonésia, e a República Popular da China participou juntamente com outras 28 nações asiáticas e africanas. Bandung lançou os princípios políticos do Movimento dos Não-Alinhados. Este movimento criou uma identidade e consciência de

No seguimento dos contactos realizados em Bandung, a China enviou delegações ao Egipto, Sudão, Marrocos, Tunísia e Etiópia. Em 1956, o Egipto tornou-se no primeiro país africano a reconhecer a RPC e a primeira embaixada chinesa em África foi inaugurada no Cairo. No mesmo ano de 1956 é criado um departamento dedicado aos assuntos Africanos e Árabes no Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, o qual tinha como prioridade os contactos diplomáticos através de visitas de alto nível.

As relações da RPC com África constituem um vector mais ou menos constante da política externa da China desde essa época e a aproximação da RPC aos países africanos foi, desde então, sendo estruturada no quadro da cooperação, enquanto instrumento de realização de política externa dos estados, que resulta da conjugação de interesses e vontades políticas dos estados.

James E. Dougherty e Robert L. Pfaltzgraff, Jr. definem a cooperação como um conjunto de relações “que estão legitimadas através do consentimento mútuo dos intervenientes”⁶. As relações entre a China e os estados africanos enquadram-se na noção de que os estados tendem a adoptar comportamentos cooperativos quando enfrentam problemas que transcendem a sua capacidade para chegar unilateralmente a soluções satisfatórias⁷.

A política da China para os estados africanos tem sido aplicada essencialmente com base em relações bilaterais. O “bilateralismo” designa as negociações ou o diálogo entabulado entre dois estados, que pode conduzir à concretização de acordos bilaterais de cooperação ou trocas comerciais entre ambos⁸. Esta tem sido a vertente preferencial de relacionamento, com vantagens, na medida em que favorece as relações personalizadas com as elites africanas⁹. Por outro lado, favorece as ligações inter-partidárias, institucionalizadas pela China como forma de assegurar que ambas as partes mantêm boas relações independentemente das transições políticas que possam ocorrer nos governos africanos¹⁰.

pertença ao Terceiro Mundo que está na base da solidariedade Sul – Sul e que constitui a rede de cooperação Sul – Sul. In MOREIRA, Adriano – **Teoria das Relações Internacionais**. 6ª Ed., Coimbra : Almedina, 2008

⁶ DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF JR., Robert L. - **Relações Internacionais e Teorias em Confronto**. Lisboa, Gradiva – Publicações, 2003, *Ob. Cit.*, pág. 642.

⁷ Idem, pág. 648 – 649

⁸ MAGALHÃES, José Calvet de - **A Diplomacia Pura**. Lisboa, Editorial Bizâncio, 2005, pág. 27

⁹ ALDEN, Chris – **China in Africa**. London & New York : Zed Books, 2007, pág. 27

¹⁰ O 12º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês (PCC), realizado em Setembro de 1982 institucionalizou as relações partido-a-partido entre o PCC e os partidos africanos. Esta medida contribuiu para a solidificação dos laços entre o governo chinês e os governos locais. Em 2002, o PCC havia estabelecido relações com mais de 60 partidos políticos em 40 países da África Subsaariana, incluindo partidos no poder e outros. In ANSHAN, Li – **China and Africa: Policy and Challenges**. (Em linha). World Security Institute. China Security, Vol. 3, Nº 3, Summer 2007, (Consult. 20 Nov. 2009). Disponível em http://www.wsichina.org/%5Ccs7_4.pdf, Pág. 72 - 73

O “multilateralismo”, por sua vez, define-se como uma “forma institucional de coordenação das relações entre três ou mais estados com base em princípios de conduta generalizados”, pressupondo uma coordenação de acções entre os estados e processos comuns de tomada de decisões¹¹.

O relacionamento da China com África ganhou um carácter multidimensional com a criação, em 2000, do Fórum para a Cooperação China – África e do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, fundado em 2003, os quais consistem plataformas alternativas para a concertação colectiva e desenvolvimento de medidas de cooperação, que são, depois, postas em prática no contexto bilateral.

O Fórum para a Cooperação China – África tem sido descrito como o culminar da diplomacia chinesa em relação ao continente, constituindo a expressão máxima de uma visão continental subjacente à estratégia da China para África. Este fórum aproximou as lideranças africanas e chinesas e permitiu criar uma agenda política e económica comum para a interacção entre as duas partes com base na invocação dos benefícios da cooperação Sul – Sul¹². As declarações e planos de acção saídos das diversas reuniões ministeriais do fórum têm constituído as linhas de conduta da cooperação sino-africana, a qual é aplicada bilateralmente e de forma consonante com todos os países africanos¹³. Após quatro cimeiras, duas em Pequim (Outubro de 2000 e Novembro de 2006), uma em Addis Abeba, Etiópia (Dezembro de 2003) e outra em Sharm El Sheikh, no Egipto (Novembro de 2009) o fórum consolidou-se enquanto mecanismo institucional para as relações China - África.

Por sua vez, o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa consiste num mecanismo que visa o fortalecimento das relações com um

¹¹ DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF JR., Robert L. – **Relações Internacionais e Teorias em Confronto**. Lisboa, Gradiva – Publicações, 2003, *Ob.Cit.*, pág. 644.

¹² A cooperação chinesa com África insere-se no quadro das relações de cooperação Sul – Sul, cujo conceito traduz a cooperação técnica e económica entre países em desenvolvimento. Este tipo de cooperação ganhou um enquadramento estratégico no quadro da ONU, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, em Buenos Aires, entre 30 de Agosto e 12 de Setembro de 1978. In UNDP / Special Unit for South – South Cooperation – **Buenos Aires Plan of Action**. (Em linha). Consult. 22 Maio 2010. Disponível em <http://ssc.undp.org/>.

¹³ Em cada reunião ministerial do Fórum para a Cooperação China - África, uma série de compromissos são assumidos em diversas áreas, nomeadamente, pacotes de ajuda e assistência ao desenvolvimento e medidas no sentido do aumento do comércio e do investimento. Estes compromissos têm vindo a crescer em número e em magnitude em cada cimeira que se realiza. Neste fórum, a China tende a assumir o papel activo de principal agente e de país doador, permitindo-lhe, segundo Dilma Esteves, afirmar-se como “potência dominante”. In ESTEVES, Dilma – **Relação de Cooperação China – África : Caso de Angola**. Coimbra, Portugal, Edições Almedina, 2008. (Teses de Mestrado), pág. 103.

grupo específico de países com forte potencial em termos de recursos naturais e matérias-primas inexploradas como as pescas, agricultura, florestas, turismo, gás natural, carvão e petróleo. Na reunião inaugural, que teve lugar em Macau, em 2003, estiveram presentes oito países (RPC, Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor – Leste), São Tomé e Príncipe como observador (São Tomé e Príncipe ainda não cortou laços diplomáticos com Taiwan) e Macau como parte da delegação chinesa. Todos estes países são membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), metade deles são países africanos e estão representados no Fórum de Cooperação China - África, o que permite reforçar os laços com a China de forma multilateral.

Ambos os fóruns funcionam, essencialmente, como mecanismos facilitadores da interacção bilateral, ao nível económico e comercial, não obstante o carácter multilateral que lhes é conferido pelas características enquanto espaços onde as negociações decorrem entre mais de dois estados e onde se prevê existir acordo entre as partes sobre as decisões e medidas tomadas. Esta afirmação resulta da constatação de que a implementação na prática daquelas medidas é feita através de negociações e de acordos de cooperação económica e técnica, não envolvendo a coordenação entre os vários países e acabando por se concretizar estado-a-estado, reforçando assim o bilateralismo do relacionamento.

O compromisso da China em trabalhar mais estreitamente no quadro multilateral está previsto no contexto da Política da China para África, nomeadamente com a União Africana e outras organizações regionais de carácter multilateral. A China, também, fez uma declaração de intenções quanto ao reforço da relação entre o Fórum para a Cooperação China – África e a NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África). Estas propostas, no entanto, estão ainda em fase incipiente de desenvolvimento¹⁴.

¹⁴Existe um papel potencial da UA e do NEPAD na coordenação das respostas africanas para a China, no entanto, este potencial não tem sido posto em prática, em virtude da falta de celeridade na reacção africana e das instituições multilaterais, tais como a UA e a NEPAD, em termos de resposta comum a nível governamental no contexto do fórum. In DAVIES, Martyn (et al) – **How China Delivers Development Assistance to Africa**. (Em linha). South Africa, Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch, 2008 (Consult. 15 Jan. 2010). Disponível em <http://www.ccs.org.za/downloads/china-dev-africa-sum.pdf>, pág. 9.

2. Objectivos que têm orientado a política da China

As aspirações chinesas em termos internacionais têm interesses de ordem de soberania e de segurança, os quais têm constituído um elemento constante da política externa chinesa¹⁵. O tema da independência, “desanexada de qualquer poder ou grupo de poderes” é recorrente na política externa da China¹⁶. Com o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria, a expressão passou a ser entendida como “independência desanexada do poder norte-americano”¹⁷. Segundo Ian Taylor, é a determinação em “permanecer livre e independente” e a “ambição de reconquistar a sua posição de destaque no mundo” que têm motivado Pequim a angariar o apoio das nações africanas¹⁸. O objectivo mais vasto da China é, em última análise, projectar o seu prestígio e influência na cena internacional e assegurar a sua preponderância na economia global.

Para alcançar o objectivo mais amplo, a China empenhou-se numa estratégia de longo prazo em África com o objectivo de cultivar o apoio político, reforçar as suas pretensões em relação a Taiwan, assegurar recursos e matérias primas e ampliar os seus interesses comerciais através de um maior acesso aos mercados internacionais.

A política externa chinesa rege-se pelos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica¹⁹, formulados nos anos 50 e aplicáveis nas relações da RPC com todas as nações, e reafirmados no documento denominado “Política da China para África” publicado em Janeiro de 2006²⁰. Este documento contém os princípios gerais que orientam a política da China, que tem como desígnio

¹⁵ LE PERE Garth e SHELTON Garth - **China, Africa and South Africa: South – South Co-operation in a Global Era**. Midrand, South Africa, Institute for Global Dialogue, 2007, pág. 26 – 30.

¹⁶ Esta postura é oficializada no 12º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês (PCC), de Setembro de 1982, que anunciou a adesão da China a uma “política externa independente e pacífica, desanexada de qualquer poder ou grupo de poderes”. In ANSHAN, Li – **China and Africa: Policy and Challenges**. (Em linha). World Security Institute. China Security, Vol. 3, Nº 3, Summer 2007. (Consult. 20 Nov. 2009). Disponível em http://www.wsichina.org/%5Ccs7_4.pdf, pág. 72 – 73.

¹⁷ EISENMAN, Joshua e KURLANTZICK, Joshua – **China’s Africa Strategy**. (Em linha). Current History, May 2006. (Consult. 20 Jan. 2010). Disponível em <http://carnegieendowment.org/files/Africa.pdf>, pág. 219.

¹⁸ TAYLOR, Ian – **China’s Foreign Policy Towards Africa in the 1990s**. In *Journal of Modern African Studies*, 36, 3. United Kingdom: Cambridge University Press, 1998, pág 443 – 460.

¹⁹ Os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica ou *Pancasila* foram estabelecidos como base das conversações entre os primeiros-ministros da RPC, Zhou Enlai, e da Índia, Jawaharlal Nehru, sobre a fronteira do Tibete, entre 1953 e 1954, passando a constar do preâmbulo do acordo saído daquelas conversações. Tornaram-se no manifesto da China na condução das suas relações internacionais e são especialmente relevantes no relacionamento com África. Consistem em: benefícios mútuos e igualdade, respeito pela integridade territorial e soberania de cada país, não ingerência nos assuntos internos de cada país, não agressão e coexistência pacífica. In HEVI, Emmanuel John – **The Dragon’s Embrace: The Chinese Communists and Africa**. New York: Frederick A. Praeger, Publishers, 1966.

²⁰ Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China – **China’s African Policy**. (Em Linha). 12 Jan. 2006 (Consult. 23 Nov. 2009). Disponível em <http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t230615.htm>.

um relacionamento “durável e de longo prazo com África”²¹. Define, ainda, os objectivos e as medidas para os atingir, assim como as propostas de cooperação em diversos campos, com vista a promover o “crescimento das relações da China com África no longo prazo e elevar a cooperação com base em benefícios mútuos a um novo patamar”²².

Neste documento, a China define-se enquanto “o maior país em desenvolvimento” que procura o desenvolvimento pacífico e reafirma o desejo de independência ao anunciar praticar “uma política externa autónoma e de paz”²³. O papel da China enquanto país doador está, também, consagrado na Política da China para África, no qual a RPC define-se como país doador de “Ajuda Económica”, categoria em que inclui a atribuição de ajudas, “sem pré-condições políticas, mas na medida das suas próprias capacidades financeiras e da sua situação económica”, dado que a China é ela própria um “país em desenvolvimento” e um “país recipiente de ajuda”²⁴. Ainda na área da ajuda, a China disponibiliza-se também a renegociar a Isenção ou Alívio da Dívida de alguns países africanos.

A promoção das relações económicas aliada à invocação da doutrina dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, em que se incluem princípios como o da igualdade e dos benefícios mútuos ou da reciprocidade; o princípio da soberania dos estados e da não ingerência nos assuntos internos, têm orientado a retórica política da China para com África nos últimos anos. Destes princípios decorre, também, o conceito da concessão de ajuda desanexada de contrapartidas políticas, o qual ganha destaque na sequência da generalização das condicionalidades políticas estabelecidas pelas organizações internacionais e países desenvolvidos como requisitos para a atribuição de ajuda pública ao desenvolvimento.

As opções de retórica chinesa constituem parte da estratégia, considerada eficaz por Dilma Esteves, “para captar as preferências africanas”²⁵. Nesta óptica, as elites africanas tendem a identificar-se melhor com um discurso cuja ênfase se centra em conceitos como o da cooperação,

²¹ Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China – **China’s African Policy**. (Em Linha). 12 Jan. 2006 (Consult. 23 Nov. 2009). Disponível em <http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t230615.htm>.

²² Ibidem.

²³ Ibidem.

²⁴ A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) designa como países em desenvolvimento aqueles que se incluem na lista do CAD (Comité de Ajuda ao Desenvolvimento) de países elegíveis como potenciais recipientes de APD (Ajuda Pública ao Desenvolvimento), conforme estatísticas do Banco Mundial, o qual define países de baixo e médio rendimento com base nos valores do Rendimento Nacional Bruto (RNB) *per capita*. A RPC encontra-se na lista do CAD de recipientes de APD, na categoria de países e territórios de rendimento médio – baixo.

²⁵ ESTEVES, Dilma – **Relação de Cooperação China – África : Caso de Angola**. Coimbra, Portugal, Edições Almedina, 2008. (Teses de Mestrado), pág. 105.

amizade, reciprocidade, solidariedade e igualdade, por oposição ao tecnicismo e às condicionalidades políticas das organizações internacionais e dos países desenvolvidos.

A Política da China para África de Janeiro de 2006 estabelece uma estratégia mais vasta e de longo prazo, com aplicação concertada em todo o continente. Esta estratégia, que tem vindo a ser construída ao longo dos últimos anos, pretende dar resposta à necessidade da China de continuar a fazer crescer a sua economia e expandir o seu prestígio político²⁶. Foi anunciada com grande mediatismo na Cimeira de Pequim de 2006, como “as bases para um novo estádio nas relações” entre as duas partes, descrita por Pequim como uma “nova parceria estratégica” entre a China e África, assente em princípios como a igualdade e confiança mútuas, cooperação económica com ganhos para ambas as partes (cooperação *win – win*) e intercâmbio cultural²⁷.

Garth Shelton e Garth Le Pere identificaram três objectivos essenciais para o envolvimento global da China²⁸:

a) acesso a recursos e matérias-primas, dado que o acelerado crescimento económico exige cada vez maior quantidade de recursos críticos, dos quais grande parte está em África. Daí os esforços de Pequim em desenvolver relações estreitas com países africanos produtores de petróleo²⁹. A continuação do crescimento económico da China não é possível sem a garantia de acesso a matérias primas e energia e a procura por parte de Pequim pode constituir para África a oportunidade para um maior envolvimento comercial internacional³⁰. Este aspecto coaduna-se com o conceito que defende existir uma complementaridade entre as economias chinesa e africana, invocado pelo Presidente chinês Hu Jintao, e que traduz a interdependência entre a

²⁶ A dimensão da China associada às suas elevadas taxas de crescimento colocam o país entre os principais intervenientes na economia global, sendo que, a projecção externa da economia chinesa, designadamente em exportações e investimentos no exterior é cada vez mais influente. In MURTEIRA, Mário – **China's Impact on the Globalization of the World Economy**. In Economia Global e Gestão, N°3, Volume XI, Dezembro, 2006.

²⁷ A Cimeira de Pequim de 2006 consistiu no maior evento diplomático China – África realizado até então, juntando em Pequim representantes de alto nível dos 48 estados africanos com quem a China mantém laços diplomáticos.

²⁸ LE PERE Garth e SHELTON Garth - **China, Africa and South Africa: South – South Co-operation in a Global Era**. Midrand, South Africa, Institute for Global Dialogue, 2007, pág. 146.

²⁹ O petróleo africano conta para mais de um terço do total das importações chinesas de petróleo, seguido por madeira, diamantes, algodão, cobre e ferro, enquanto África importa têxteis, maquinaria, equipamento de transporte, vestuário, calçado e produtos de plástico. Os principais parceiros africanos da China em 2008 foram Angola, África do Sul, Sudão, Egipto e Nigéria. Angola é o principal fornecedor de petróleo da China. In BROWN, Kerry; CHUN, Zhang – **China in Africa: Preparing for the Next Forum for China Africa Cooperation**. (Em linha). London: Chatham House, June 2009, pág. 7 – 8. (Consult. 13 de Jan. 2010). Disponível em http://www.chathamhouse.org.uk/files/14269_0609ch_af.pdf.

³⁰ Desde 2005 que a China é o terceiro maior parceiro comercial do continente africano, depois da União Europeia e dos EUA. Em 2008 Angola continuava a ser o principal parceiro comercial da China em África, sendo seguida pela África do Sul. In China Daily – **China – Africa trade up 45% in 2008 to US\$ 107 billion**. (Em linha). Xinhua News Agency, 11 Feb. 2009. (Consult. 13 Jan. 2010). Disponível em <http://www.chinadaily.com.cn>.

China, que depende de matérias-primas para se sustentar e detém a tecnologia para as explorar, e África, que disponibiliza de recursos mas cujo défice de desenvolvimento impede de as extrair e beneficiar com o seu aproveitamento³¹.

b) Conquistar o acesso a mercados mundiais; a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, foi motivada pela necessidade de expandir o acesso aos mercados europeus, norte-americanos e japoneses. As indústrias chinesas necessitam de escoar, daí que o acesso aos mercados mundiais é vital para manter os altos níveis de emprego na China e dar continuidade à prosperidade económica.

c) Desempenhar um papel de maior relevância na cena política internacional; este objectivo está a motivar os esforços de Pequim para mobilizar o apoio dos países africanos nos grandes fóruns internacionais e multilaterais. No quadro da OMC, a China procura o apoio de outros países em desenvolvimento para avançar com a agenda que tenciona permitir maior acesso a mercados dos países desenvolvidos.

Relacionado com o objectivo de aceder a recursos estão as oportunidades de investimento nas economias africanas que a exploração de matérias-primas proporciona, com a aposta nas indústrias extractivas, telecomunicações e construção. Este processo seria orientado por empresas chinesas ou parcerias com empresas locais, apoiadas financeiramente com empréstimos subsidiados pelo governo chinês. Estas empresas, através da construção das infra-estruturas necessárias à implementação dos projectos de exploração dos recursos, encontrariam a oportunidade para estabelecerem a sua base localmente, expandirem a actividade e, simultaneamente, estimularem o escoamento dos produtos industriais chineses.

3. A função da ajuda na estratégia da China para África

Ao longo dos 60 anos de relacionamento sino-africano a ajuda económica e técnica foi um instrumento relevante para a China levar a cabo a sua estratégia para África e concretizar os seus desígnios maiores de política externa. Presentemente, a ajuda continua a ser um componente

³¹ LE PERE Garth e SHELTON Garth - **China, Africa and South Africa: South – South Co-operation in a Global Era**. Midrand, South Africa, Institute for Global Dialogue, 2007, pág. 126.

crucial da expansão da China em África, ao contribuir para cimentar laços com os governos africanos, assegurar recursos e ganhar novas influências e aliados diplomáticos³².

A estratégia da China para África prevê formas de cooperação e de concessão de ajuda económica para o desenvolvimento, as quais foram sendo moldadas e desenvolvidas de acordo com as prioridades e objectivos da política externa chinesa.

Nas primeiras décadas de relacionamento, em que as políticas chinesas privilegiaram desígnios de teor político e ideológico, a China recorreu à estratégia da ajuda, sobretudo, para assegurar influências políticas. Com a transição da política chinesa para a doutrina da economia socialista de mercado, em 1978, a necessidade da China de continuar a garantir o seu crescimento económico passou a prevalecer sobre as outras convicções.

3.1. A importância de cultivar o apoio político

Um dos factores que, inicialmente, motivaram o governo chinês a cultivar as suas relações com África foi a necessidade de criar alianças, por forma a quebrar o isolamento internacional que a República Popular da China enfrentava na época, levando a cabo as suas pretensões de afastar Taiwan e de recuperar o seu lugar no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

A primeira oportunidade para a nova República Popular da China de se promover surgiu na Conferência Afro-Asiática de Bandung, que permitiu ao governo chinês alargar a sua esfera de influência para além do espaço circunscrito da Ásia e reforçar o seu papel na cena política mundial. Bandung representou, então, “a viabilidade da identidade e da cooperação afro-asiática, unindo os povos africanos e asiáticos num esforço partilhado no sentido de alcançar desafios políticos e sociais comuns”³³. Na época, este esforço traduziu-se na unidade “contra o imperialismo e o colonialismo, na luta pela defesa das independências nacionais, pela paz mundial e promoção da amizade entre os povos”, que ficou conhecido por “espírito de Bandung”³⁴.

³² ALDEN, Chris - **China in Africa**. London & New York : Zed Books, 2007, pág. 22.

³³ LE PERE Garth e SHELTON Garth - **China, Africa and South Africa: South – South Co-operation in a Global Era**. Midrand, South Africa, Institute for Global Dialogue, 2007, *Ob. Cit.*, pág. 69.

³⁴ Ministry of Foreign Affairs of the Peoples’s Republic of China – **The Asian – African Conference**. (Em linha). 17 Nov 2000. (Consult. 10 Jan. 2010). Disponível em <http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/3602/3604/t18044.htm>

Entre os anos 50 e até meados da década de 70, aquela aspiração, no sentido de desempenhar um papel preponderante na cena política internacional, traduziu-se, igualmente, na tentativa de neutralização da hegemonia das duas superpotências da altura, a União Soviética e os Estados Unidos da América (EUA), que se rivalizavam numa disputa pela partilha do mundo em esferas de influência³⁵. O contexto da Guerra Fria compeliu a China a procurar aliados como forma de sobrevivência enquanto estado soberano³⁶, através, nomeadamente, do estabelecimento de relações com os países não-alinhados no contexto da Guerra Fria³⁷. O objectivo da RPC era afirmar-se fora do contexto bipolar dominado pela União Soviética e dos EUA e reivindicar a liderança dos então chamados países do Terceiro Mundo, pelo que, necessitava de cultivar as suas relações com África. Para o efeito, a China colocou como prioridade a ajuda moral e material aos movimentos de independência, de modo a ganhar o reconhecimento e o apoio africano contra a hegemonia dos EUA e da União Soviética em África³⁸.

O apoio político dos estados africanos foi e continua a ser crucial para reforçar as pretensões da RPC sobre Taiwan, sendo que a relevância de África para a China tem crescido à medida que os países africanos têm aderido à Política de Uma só China, em prejuízo de Taiwan.

A questão de Taiwan surgiu por altura da fundação da RPC, em 1949, quando Taiwan ou República da China manteve o cargo enquanto membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e representante da China em outras organizações internacionais. A conquista do lugar da RPC no Conselho de Segurança das Nações Unidas, ocupado por Taiwan desde a criação da ONU em 1945³⁹ dependia, assim, do reconhecimento de Pequim como único representante da

³⁵ Anónimo – **As divergências Sino-Soviéticas (e a actual política externa Chinesa)**. 1ª Ed. Lisboa: Editorial Minerva, 1974. Tradução e compilação M. Rodrigues G. pág. 62.

³⁶ ANSHAN, Li – **China's New Policy toward Africa**. In **China into Africa – Trade, Aid, and Influence**. (Em linha). Ed. Robert I. Rotberg. Baltimore: Brooking Institutions Press, 2008. (Consult. 1 Dez 2009). Disponível em <http://books.google.pt/books>.

³⁷ Este movimento exprimia a solidariedade entre os povos pobres e colonizados e deu origem a uma atitude internacional comum dos povos do também chamado Terceiro Mundo, que foi o Neutralismo. Esta atitude traduzia a neutralidade face à competição dos blocos do Norte do mundo (entre a NATO e o Pacto de Varsóvia). Esta noção e consciência de pertença ao Terceiro Mundo está na base da solidariedade sul – sul. In MOREIRA, Adriano – **Teoria das Relações Internacionais**. Coimbra, Almedina, 2008, pág. 157 e 521.

³⁸ No início da década de 70, o exacerbar do conflito Sino-Soviético reflectiu-se na competição pela atribuição de ajuda a África. Esta ajuda traduziu-se, inicialmente, no apoio selectivo ou na rejeição de relações diplomáticas com estados e partidos ou grupos de libertação africanos que já tivessem manifestado aproximações à União Soviética. À medida que as nações africanas foram assegurando as suas independências, essa ajuda reflectiu-se em projecto de assistência técnica.

³⁹ A República da China (RC), fundada em 1912, foi um dos Estados fundadores da ONU, em 1945, ganhando um assento permanente no Conselho de Segurança. A situação da República da China alterou-se com a derrota na guerra civil do Kuomintang, o Partido Nacionalista Chinês, de Chiang Kai-Shek, apoiado pelos EUA, a favor do Partido Comunista da China, de Mao Tsé-Tung, altura em que os nacionalistas se retiraram para a Ilha Formosa ou Taiwan,

China e do cancelamento do estatuto político de Taiwan na ONU. Para o efeito, a RPC iniciou uma cruzada diplomática para atrair as nações africanas que começavam a obter a sua independência, no sentido de recusarem estabelecer relações diplomáticas com Taiwan e apoiarem a RPC na causa da reunificação, reconhecendo o princípio da China única ou Política de Uma Só China.

A situação só se inverteu em 1971, com a admissão da RPC como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, depois de 20 anos de oposição por parte dos EUA. Para o efeito, contribuiu a crescente admissão de novos estados asiáticos e africanos na ONU, facto que tinha alterado a composição da Assembleia Geral da organização, antes dominada pelo ocidente. Do total de países que votaram a favor da Resolução 2758, que propunha a transferência do assento permanente no Conselho de Segurança de Taiwan para a RPC, mais de um terço eram africanos. O apoio dos estados africanos foi, deste modo, “instrumental na estratégia de Pequim de destronar Taiwan do assento permanente no Conselho de Segurança da ONU em 1971”⁴⁰.

A diplomacia chinesa mostrou-se, desde então, bem ciente da importância de África para a prossecução de interesses estratégicos de estado e dos benefícios da vantagem numérica dos países africanos na Assembleia Geral das Nações Unidas. África constitui o maior grupo regional de estados e tem tendência a votar em bloco nos contextos multilaterais e das agências das Nações Unidas. Os votos africanos já constituíram a base de apoio da China em diferentes circunstâncias, tais como na decisão do Comité Olímpico Internacional de atribuir a Pequim a organização dos Jogos Olímpicos de 2008⁴¹, assim como no seio da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos⁴², que foi, entretanto, sucedida pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, na qual a China e países como o Sudão se apoiaram mutuamente para bloquear sanções por violação dos direitos humanos⁴³.

enquanto Mao Tsé-Tung proclamava a República Popular da China (RPC), a 1 de Outubro de 1949. Na altura, a ONU, os EUA e diversos outros Estados continuaram a reconhecer o governo de Taiwan como o único e legítimo representante da China. As questões de soberania e do estatuto político de Taiwan continuam a envolver em disputa a RPC e Taiwan. A China continental considera Taiwan como parte do seu território soberano, e que a República da China é uma entidade extinta e, portanto, ilegítima. A posição de Taipei é que Taiwan é sinónimo de República da China, sendo por isso um estado independente e soberano.

⁴⁰ ALDEN, Chris - **China in Africa**. London & New York : Zed Books, 2007. *Ob.Cit.*, pág. 22.

⁴¹ Idem, pág. 22.

⁴² Ibidem.

⁴³ EISENMAN, Joshua e KURLANTZICK, Joshua – **China's Africa Strategy**. (Em linha). Current History, May 2006, Pág. 220. (Consult. 20 Jan. 2010). Disponível em <http://carnegieendowment.org/files/Africa.pdf>.

O apoio político africano revelou-se igualmente útil na sequência dos acontecimentos de Tiananmen, por forma a contornar as sanções internacionais a que o poder chinês foi condenado⁴⁴. Na altura, a RPC procurou sair do isolamento recorrendo aos recursos diplomáticos disponíveis e esforçou-se por conseguir influências junto dos aliados africanos, ao mesmo tempo que manifestou um novo compromisso com o desenvolvimento em África⁴⁵. Em termos de retórica política é neste período pós-Tiananmen, que a China começou a enfatizar princípios como o da não interferência nos assuntos internos de outros estados soberanos e a promover a relativização cultural da noção de direitos humanos, com vista a defender a sua própria posição e apelar à solidariedade dos líderes africanos, alguns dos quais, também, conscientes da pressão do ocidente sobre os seus governos por violação de direitos humanos⁴⁶.

A admissão da China no Conselho de Segurança da ONU beneficiou, igualmente, os países em desenvolvimento, que passaram a poder contar com um aliado e uma voz influente entre os membros permanentes do Conselho de Segurança e do Sistema das Nações Unidas. Os países em desenvolvimento começaram a exercer de forma mais eficiente o poder que lhes conferia a vantagem numérica e, inclusive, a tentar desafiar as potências e seus aliados por via do voto na Assembleia Geral da ONU. Os estados africanos aperceberam-se, assim, que têm vantagens em sustentar uma aliança com a China a fim de beneficiarem da sua influência no contexto da ONU. Para que esta aliança fosse viável tornou-se do interesse tanto da China como dos parceiros africanos cultivarem o apoio político da outra parte.

Depois de obter o assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, a RPC iniciou um ciclo de reintegração nas relações internacionais, o qual completou-se com a sua entrada na

⁴⁴ Os acontecimentos da Praça de Tiananmen consistiram numa série de manifestações lideradas por estudantes, entre 15 de Abril e 4 de Junho de 1989, e que resultaram no massacre de centenas de manifestantes. Este acto resultou em sanções internacionais contra a RPC e numa crise nas relações com o Ocidente.

⁴⁵No seguimento de Tiananmen, a China voltou a recorrer à estratégia da ajuda em troca de influência política, à qual Ian Taylor designou de “estratégia combinada de solicitação de compreensão política em troca de apoio financeiro”. A par com a ofensiva diplomática, a China empreendeu uma campanha de ajuda ao desenvolvimento. À semelhança do que havia feito em anos anteriores, a China enviou entre 1989 e 1992, representantes do governo em viagem por uma série de países africanos. In TAYLOR, Ian – **China’s Foreign Policy Towards Africa in the 1990s**. In *Journal of Modern African Studies*, 36, 3. United Kingdom: Cambridge University Press, 1998, pág. 450.

⁴⁶O princípio da não interferência advoga o respeito pelas escolhas políticas e económicas feitas pelos estados, onde nenhum país está autorizado a impor a sua vontade ou procurar a hegemonia regional ou usar o poder político como forma de se relacionar com outros estados. Este princípio da não interferência sustenta que os direitos humanos, liberdade e democracia, por si só, não podem constituir razão para um estado interferir nos assuntos internos de outro estado. As moções das ONU contra a violação dos direitos humanos são encaradas por muitos líderes africanos como uma interferência nos assuntos internos dos países em desenvolvimento. A China encoraja essa atitude através do seu discurso político. In ANSHAN, Li – **China and Africa: Policy and Challenges**. (Em linha). World Security Institute. *China Security*, Vol. 3, Nº 3, Summer 2007, pág.. 75 (Consult. 20 Nov. 2009). Disponível em http://www.wsichina.org/%5Ccs7_4.pdf.

Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. A China tem sido, igualmente, bem sucedida na sua política de promoção da China única. Em 2009, apenas quatro países africanos mantinham ainda relações diplomáticas com Taiwan, nomeadamente, Burkina Faso, Gâmbia, São Tomé e Príncipe e Suazilândia⁴⁷.

3.2. O novo modelo de cooperação da China

Com a nova parceria estratégica da China para África, fortemente publicitada no decorrer da Cimeira de Pequim, em Novembro de 2006, a China expandiu o âmbito da intervenção da sua cooperação para a concessão de empréstimos com taxas de juros subsidiadas pelo governo e para o desenvolvimento de parcerias ou *joint-ventures* entre empresas africanas e chinesas. Esta nova parceria estratégica, apesar de ter ganho notoriedade apenas em 2006, traduz o aperfeiçoamento de um processo que havia começado anos antes, evidenciando o carácter de longo prazo da política da China em África. Associado a este processo estão as mudanças que foram ocorrendo na conjuntura internacional, que reforçaram o envolvimento chinês com África e fizeram reemergir o papel da China enquanto fonte alternativa de financiamento e de ajuda externa.

Neste ponto, pretende-se analisar os antecedentes e o desenvolvimento da cooperação económica e técnica, por forma a identificar as condições que facilitaram a entrada e o estabelecimento de empresas chinesas em África especializadas no sector da construção, as quais viriam a desempenhar um papel crucial no processo de expansão para outros sectores económicos.

Nas décadas de 60 e 70, prevaleceu o uso da ajuda económica e técnica como estratégia de aproximação e base para a construção de relações bilaterais. Esta ajuda não tinha fins comerciais, mas revestia-se de um carácter fortemente político e ideológico e previa uma reciprocidade, que se reflectia na expectativa da China de ganhar influências e apoio político das nações africanas independentes nas suas pretensões de recuperar um lugar de destaque na cena política mundial⁴⁸. Esses eram os objectivos do programa de ajuda e cooperação lançado na primeira viagem de um

⁴⁷ BROWN, Kerry; CHUN, Zhang – **China in Africa: Preparing for the Next Forum for China Africa Cooperation**. London: Chatham House, June 2009, pág. 6.

⁴⁸ A ajuda chinesa da época Maoista é, muitas vezes, designada por “ajuda grátis” (*free aid*) ou “ajuda desinteressada”, dado que os objectivos subjacentes eram puramente políticos e não envolviam uma expectativa de ganhos comerciais, ao contrário da ajuda no período posterior, que passou a ter objectivos económicos e de negócio.

estadista chinês a África, o primeiro-ministro Zhou Enlai, em 1963 e 1964. O programa tinha como fundamento os “Oito Princípios para a Ajuda Económica e Técnica”⁴⁹ e previa que a China providenciasse ajuda económica sob a forma de empréstimos sem juros ou empréstimos concessionais e transferência de assistência técnica e tecnologia. Para além disso, o governo chinês comprometia-se a respeitar a soberania dos países recipientes e a não impor nenhuma condições ou requerer nenhuns privilégios e a honrar o princípio da igualdade e dos benefícios mútuos⁵⁰.

A ajuda neste período foi pouco volumosa em termos de número de projectos e de montantes envolvidos⁵¹. No entanto, já naquela época, a China marcou presença no sector de infra-estruturas, com construções na área dos transportes, na agricultura e indústria, para além do envio de equipas de médicos e da atribuição de bolsas de estudos a estudantes africanos. A obra mais emblemática e ambiciosa, em termos de engenharia, realizada pela China em África neste período, (a construção durou entre 1967 e 1975), foi a linha férrea entre a Tanzânia e a Zâmbia (TANZAM). Na altura, este projecto traduziu uma medida política com consequências económicas, que visava providenciar uma linha de transporte desde a região interior rica em minérios (cobre) da Zâmbia e facilitar a sua exportação via Tanzânia, de modo a evitar os então regimes vizinhos coloniais (Angola e Moçambique) ou hostis (Rodésia e África do Sul).

Na época, as empresas que tinham actividade no estrangeiro eram, regra geral, estatais e estavam restritas a projectos que providenciassem ajuda económica e técnica com fundos provenientes do governo chinês. Apesar de terem a sua actividade limitada, esta exposição

⁴⁹ HEVI, Emmanuel John – **The Dragon’s Embrace: The Chinese Communists and Africa**. New York: Frederick A. Praeger, Publisher, 1966.

⁵⁰ Quando o primeiro-ministro chinês visitou pela primeira vez África tinha como objectivo político promover os “Cinco Princípios Para a Promoção de Relações Amigáveis com os Países Africanos e Árabes”, através dos quais Zhou Enlai manifestou o compromisso da China em dar assistência à luta pela independência das nações africanas e reconhecer os novos estados africanos. Em contrapartida, a China esperava apoio político mútuo, ou seja, que esses novos estados reconhecessem Pequim como único representante da China, rejeitando estabelecer relações diplomáticas com Taiwan, e apoiassem a restauração da RPC na ONU. Zhou Enlai apelou, também, à unidade e solidariedade dos povos do Terceiro Mundo “contra o colonialismo e o imperialismo” e à criação de uma terceira força na cena política mundial dominada pelos EUA e pela União Soviética. In Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China (November, 2000) – **Premier Zhou Enlai’s Three Tours of Asian and African Countries**. (Em linha). (Consult. 27 Nov. 2009). Disponível em <http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/3602/3604/t18001.htm>.

⁵¹ Entre 1954 e 1977, o continente africano foi a região que mais ajuda recebeu da China, cerca de 58% do total concedido a países em desenvolvimento, no entanto, os montantes em ajuda nas décadas de 60 e 70 não ultrapassaram os 100 milhões de dólares americanos por ano. In LE PERE Garth e SHELTON Garth - **China, Africa and South Africa: South – South Co-operation in a Global Era**. Midrand, South Africa, Institute for Global Dialogue, 2007, pág. 56 e DAVIES, Martyn (et al) – **How China Delivers Development Assistance to Africa**. South Africa, Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch, 2008, pág. 6

permitiu a grande parte das empresas estatais adquirirem experiência internacional⁵². Este aspecto constituiu uma vantagem para aquelas empresas e permitiu-lhes serem as primeiras a alinhar na expansão empresarial que se seguiu à transição da política chinesa para a economia socialista de mercado em 1978 e à aprovação, em 1979, pelo Conselho de Estado Chinês, da legislação que permitia às empresas chinesas operarem fora do país⁵³.

Nos primeiros anos de reformas económicas introduzidas pelo novo primeiro-ministro Deng XiaoPing, as relações entre a China e África decaíram. Entre 1979 e 1982 houve um decréscimo nos níveis de ajuda a África, no volume das trocas comerciais, assim como no número de equipas médicas chinesas enviadas a África⁵⁴. As razões são diversas. Por um lado, com a morte de Mao Tsé-Tung, a cessação do conflito com a União Soviética, a normalização das relações diplomáticas com os EUA, e a recuperação pela China do seu lugar no Conselho de Segurança da ONU, África deixou de ser encarada como território de exportação do modelo revolucionário chinês e resolveu-se, se bem que temporariamente, a necessidade chinesa de estabelecer alianças com os estados africanos. A China reorientou-se para o seu próprio desenvolvimento económico e para o objectivo de captação de investimento e de tecnologia dos países desenvolvidos. Abandonou o papel de país doador para passar a país recipiente de ajuda e começou a competir com os outros países em desenvolvimento na obtenção de ajuda, proveniente das instituições financeiras internacionais, e no acesso aos mercados ocidentais⁵⁵.

A partir de 1982, a China começou a encarar África como um potencial parceiro económico, como um mercado e uma fonte de recursos e matérias-primas. Procedeu a um reajustamento da sua política externa e de cooperação influenciadas pelas suas novas prioridades de desenvolvimento e institucionalizou a ajuda com ênfase nos ganhos económicos para a China e com impacto no aumento das trocas comerciais e do investimento.

⁵²A grande maioria das empresas chinesas presentes em África começaram por ser estatais, as quais acumularam mais experiência internacional uma vez que operam há mais tempo no mercado africano do que as empresas privadas. In WANG, Jian-Ye – **What Drives China's Growing Role in Africa?** International Monetary Fund (IMF), Paper, 2007. Acessível em Banco Mundial, Maputo, Moçambique.

⁵³In The Economist – China's "Going out" Strategy. (Em linha). 21 July 2009. (Consult. 14 Dez. 2009).Disponível em http://www.economist.com/blogs/freeexchange/2009/07/chinas_going_out_strategy.

⁵⁴ ANSHAN, Li – China and Africa: Policy and Challenges (Em linha). World Security Institute. China Security, Vol. 3, Nº 3, Summer 2007, pág. 72. (Consult. 20 Nov. 2009). Disponível em http://www.wsichina.org/%5Ccs7_4.pdf

⁵⁵ O dilema da China na época é que era um país em desenvolvimento com dificuldades económicas e fragilidades internas constituindo, ao mesmo tempo, um aspirante a potência mundial com interesses mais vastos que requeriam uma política de ajuda externa em sintonia com essa ambição. In YU, George T. – **Africa in Chinese Foreign Policy**. In Asian Survey, Vol. 28, Nº 8. University of California Press, 1988.

Esta nova doutrina regia-se pelos “Quatro Princípios da Cooperação Económica e Tecnológica Sino-Africana”, que consistiam em benefícios mútuos, igualdade, eficácia e desenvolvimento comum⁵⁶. A China passou, então, a privilegiar a concessão de ajuda, desanexada de condições políticas, sob a forma de acordos de cooperação económica e técnica, que valorizavam programas em parceria ou *joint-ventures*, para os quais ambas as partes, recipiente e doador, contribuía para o projecto. O governo chinês comprometia-se, também, a ajudar os países recipientes a construir projectos os quais requeressem pouco investimento mas resultados rápidos, de forma a que os governos recipientes pudessem aumentar o seu rendimento e acumular capital. Nestes projectos incluíam-se a doação de infra-estruturas como estádios desportivos e edifícios governamentais⁵⁷.

Nos anos 90, o presidente da RPC, Jiang Zemin, apoiado num forte crescimento económico desafia as grandes empresas chinesas a saírem do país e a tornarem-se “actores mundiais”⁵⁸. Com a viagem de Jiang Zemin a África, em 1996, Pequim apostou numa abordagem que visava explorar novas formas de interacção, num esforço de expandir a cooperação económica e comercial. Pequim sugeriu que se privilegiassem as relações bilaterais e deu indicações que, como resultado do desenvolvimento da economia chinesa e do fortalecimento das trocas comerciais com África, a China continuaria a oferecer assistência económica e técnica aos países africanos e iria considerar favorecer as condições dos empréstimos concessionais⁵⁹. Desta forma, a China reconhecia África como uma região do mundo que proporcionava benefícios para a sua economia⁶⁰.

A abordagem de Jiang Zemin ofereceu um novo enquadramento para a cooperação política e económica, concebida de forma a progredir no sentido da mutualidade dos benefícios e ofereceu uma parceria, ao sugerir que os países africanos tinham de trabalhar em conjunto e mobilizar cooperação e assistência internacional, através, nomeadamente, de uma colaboração com a China. Esta nova política para África de Jiang Zemin lançou os fundamentos para o fortalecimento e

⁵⁶ YU, George T. – **Africa in Chinese Foreign Policy**. In Asian Survey, Vol. 28, Nº 8. University of California Press, 1988, pág.857.

⁵⁷ LE PERE Garth e SHELTON Garth - **China, Africa and South Africa: South – South Co-operation in a Global Era**. Midrand, South Africa, Institute for Global Dialogue, 2007, pág. 79.

⁵⁸ MICHEL, Serge & BEURET, Michel – **O Safari Chinês: Pequim à Conquista do Continente Negro**, 2009, Publicações Dom Quixote, Alfragide, Portugal, pág. 91.

⁵⁹ Idem, pág. 129.

⁶⁰ Entre 1989 e 1997 o comércio sino-africano cresceu 431%. In TAYLOR, Ian – **China’s Foreign Policy Towards Africa in the 1990s**. In Journal of Modern African Studies, 36, 3. United Kingdom: Cambridge University Press, 1998.

consolidação das relações sino-africanas, com base na interacção comercial fortemente apoiada por Pequim, através de programas de financiamento concessional ao investimento e ao comércio. A política de expansão para África de Jiang Zemin consagrou-se com a criação do Fórum para a Cooperação China – África em 2000, da qual resultou a Declaração de Pequim, que já definia as grandes linhas da parceria estratégica para África, anunciada em 2006.

Esta nova parceria estratégica China – África resultou num aumento dos volumes de ajuda dominada, sobretudo, pela atribuição de empréstimos concessionais subsidiados pelo governo chinês através do Ministério do Comércio e do ExIm Bank para financiar projectos de obras públicas e construção de infra-estruturas, principalmente na área da energia hidroeléctrica e nos transportes⁶¹. No período entre 2002 e 2007, África recebeu da China o maior montante de empréstimos e de outra ajuda e assistência ao desenvolvimento (44%), seguida pela América Latina (36%) e o sudoeste asiático (20%)⁶².

A significativa expansão da ajuda económica chinesa na região africana foi acompanhada por um fluxo de empresas chinesas que se instalaram em África. Este expansionismo comercial e empresarial chinês, nomeadamente no sector da construção, inclui-se na estratégia chinesa do “*going-out*” ou do “*go-global*” chinês, um movimento também financiado pelo governo chinês e lançado em 2002 com vista a encorajar as empresas chinesas, sobretudo empresas estatais, a investir no estrangeiro⁶³.

3.3. Conceito e operacionalização da ajuda chinesa ao desenvolvimento

Grande parte da literatura dedicada à ajuda chinesa em África refere a dificuldade em defini-la e em quantificá-la, uma vez que, o governo da RPC não publica uma definição clara do conceito, nem estatísticas relativas à ajuda externa. A China continua a ser um país recipiente de

⁶¹ LUM, Thomas (et al) – **China’s Foreign Aid Activities in Africa, Latin America, and Southeast Asia**. (Em linha) Washington: Congressional Research Service, February, 2009. (Consult. 17 Dez. 2009). Disponível em <http://www.fas.org/sgp/crs/row/R40361.pdf>.

⁶² Ibidem.

⁶³ A estratégia chinesa *going out* recorre às reservas de divisas estrangeiras para adquirir empresas e bens, com o objectivo último de assegurar o acesso a matérias-primas e minérios essenciais à economia chinesa. O principal financiador do *going out* é o *China Investment Corporation (China Inc.)*, um fundo soberano responsável pela gestão de parte das reservas de divisas estrangeiras da China, que é a maior do mundo. In *The Economist* – **China’s “Going out” Strategy**. (Em linha). 21 July 2009. (Consult. 14 Dez. 2009). Disponível em http://www.economist.com/blogs/freeexchange/2009/07/chinas_going_out_strategy

ajuda externa e parece administrar a ajuda que presta de forma pontual, sem que exista uma agência governamental que centralize a ajuda, com uma agenda de cooperação pré-definida ou um calendário para os financiamentos.

Tanto o estudo do *think tank* norte-americano *Congressional Research Service (CRS)*⁶⁴, como o relatório intitulado *How China Delivers Development Assistance to Africa*, do Centro de Estudos Chineses da *University of Stellenbosch* da África do Sul⁶⁵, tentam encontrar uma definição para o conceito chinês de ajuda, comparando-o com o conceito de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), definido pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)⁶⁶. O CAD designa a APD como donativos ou empréstimos atribuídos a países em desenvolvimento ou agências multilaterais e cooperação técnica. Para que determinado fluxo seja considerado APD deve: ser feito por agências oficiais (agências públicas); ser fornecido com o objectivo principal da promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar das suas populações; em caso de empréstimos, devem ser concedidos em condições mais favoráveis que o mercado com um elemento de liberalidade de pelo menos 25%; e não devem prosseguir fins militares. A cooperação técnica inclui subsídios para educação e formação, pagamento de consultores, nomeadamente professores, assim como pagamento do equipamento associado ao projecto ou fornecido para facilitar a implementação do projecto⁶⁷.

A China é, em termos globais, uma procedência relativamente pequena da ajuda sob a forma de subsídios ou donativos, para os quais não é exigido reembolso. Mas, em contrapartida, no que

⁶⁴ LUM, Thomas (et al) – **China's Foreign Aid Activities in Africa, Latin America, and Southeast Asia**. (Em linha) Washington: Congressional Research Service, February, 2009. (Consult. 17 Dez. 2009). Disponível em <http://www.fas.org/sgp/crs/row/R40361.pdf>

⁶⁵ DAVIES, Martyn (et al) – **China's Aid Policy**, in **How China Delivers Development Assistance to Africa**. South Africa, Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch, 2008, pág. 1 - 31

⁶⁶ A OCDE, criada a 14 de Dezembro de 1960, reúne 31 membros (Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, que entretanto tornou-se membro em Maio de 2010, República Checa, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Coreia, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polónia, Portugal, Eslováquia, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos). Em Maio de 2007 os membros da OCDE acordaram convidar o Chile, a Estónia, Israel, a Rússia e a Eslovénia para abrir discussão sobre a sua entrada na organização e ofereceram ao Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul uma proposta de maior envolvimento, no sentido de se forjar uma parceria mais coerente e estruturada baseada no interesse mútuo.

⁶⁷ OCDE – **Glossário CAD de Termos e Conceitos Essenciais**. (Consult. 14 Dez. 2009). Disponível em http://www.oecd.org/document/32/0,3343,en_2649_33721_42632800_1_1_1_1,00.html

respeita a empréstimos concessionais ou a investimentos patrocinados ou subsidiados pelo estado, a China torna-se numa fonte importante de ajuda externa⁶⁸.

Conjunto de semelhanças e diferenças entre a definição de APD do CAD/OCDE e da ajuda chinesa:

a) Semelhanças CAD/OCDE e China:

A ajuda é concedida de Governo para Governo; no caso da OCDE os donativos podem ser atribuídos a Organizações Não-Governamentais (ONGs) do país doador ou do país recipiente. A ajuda é concedida sob a forma de empréstimos concessionais ou em termos financeiros mais favoráveis do que aqueles que podem ser adquiridos no mercado.

No caso da China, entre os mecanismos de ajuda e assistência ao desenvolvimento assinalam-se:

- Os donativos, subsídios ou ofertas e a assistência técnica, geralmente concedidos em bens, conforme solicitado pelos países recipientes. Pode incluir a construção de infra-estruturas de prestígio, como edifícios do parlamento, ministérios dos negócios estrangeiros, estádios desportivos, escolas, hospitais ou centros de saúde, formação de técnicos e fornecimento de equipamento;

- Empréstimos concessionais ou sem juros,

- Alívio ou perdão da dívida, que juntamente com os empréstimos concessionais para financiar projectos de infra-estrutura de larga escala, têm constituído modelos recorrentes de ajuda por parte da China;

- Ajuda ligada, geralmente associada à assistência técnica ou transferência de tecnologia e construção de infra-estrutura, pode consistir na aquisição de equipamento a empresas estatais⁶⁹.

⁶⁸ LUM, Thomas (et al) – **China's Foreign Aid Activities in Africa, Latin America, and Southeast Asia**. (Em linha) Washington: Congressional Research Service, February, 2009. (Consult. 17 Dez. 2009). Disponível em <http://www.fas.org/sfp/crs/row/R40361.pdf> e DAVIES, Martyn (et al) – **How China Delivers Development Assistance to Africa**. South Africa, Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch, 2008.

⁶⁹ O CAD define ajuda ligada como sendo os donativos ou empréstimos envolvendo a aquisição de bens ou serviços no país ou grupo de países doadores.

b) Diferenças CAD/OCDE e China:

Forte ligação à economia do país doador: A ajuda chinesa está muitas vezes associada aos próprios interesses de desenvolvimento da China, no sentido de facilitar a exportação de matérias-primas para a China. Uma vez que o objectivo principal desta ajuda é promover as exportações, é comum que este financiamento esteja ligado à participação de empresas da RPC (no caso de empréstimos concessionais, além do requisito da empresa contratada ter que ser chinesa também, pelo menos, 50% do equipamento, serviços e tecnologia necessárias à implementação do projecto têm de ser obtidos na China).

Condicionalidades no sentido da reforma política e da democratização dos países recipientes: os países da OCDE fazem, geralmente, depender a ajuda de reformas políticas, enquanto a China invoca a ajuda sem contrapartidas políticas e o princípio da não interferência nos assuntos internos de cada país. Apesar de advogar a atribuição de ajuda sem contrapartidas políticas, a China faz depender o estabelecimento de relações diplomáticas e de cooperação de uma pré-condição, que consistem na exigência aos estados africanos em aderirem à Política de Uma só China e a renunciarem a Taiwan.

Pagamento ou reembolso da dívida em bens: A China aceita que o reembolso seja feito em petróleo ou em minérios; trata-se do chamado *Modelo de Angola* ou *Matérias-Primas por Infra-estrutura*, tem sido usado em países que não oferecem garantias de capacidade de retorno financeiro. Este modelo tem permitido o desenvolvimento das infra-estruturas em troca da exploração de matérias-primas.

*Grau de concessionalidade*⁷⁰ de pelo menos 25%, é garantido no caso dos países OCDE. No caso dos empréstimos chineses, o grau de concessionalidade é acordado numa base bilateral e depende da natureza do projecto. Regra geral, os empréstimos chineses são mais favoráveis que os empréstimos comerciais mas não são tão atractivos quanto a APD⁷¹.

Publicação de dados, uma vez que a China não é um estado-membro da OCDE não tem a obrigação de seguir os requisitos da OCDE em termos de publicação de dados relativos à APD ou

⁷⁰ “Concessionalidade” designa os empréstimos ou créditos realizados em condições favoráveis. In BURNELL, Peter – **Foreign Aid in a Changing World**, in **The Companion to Development Studies**, Ed. Vandana Desai & Robert B. Potter, 2002.

⁷¹ FOSTER, Vivien (et al) – **Building Bridges: China’s Growing Role as Infrastructure Financier for Sub-Saharan Africa**. (Em linha). Washington: The World Bank / PPIAF, 2008. (Consult. 14 Dez. 2009). Disponível em http://siteresources.worldbank.org/INTAFRICA/Resources/Building_Bridges_Master_Version_wo-Embg_with_cover.pdf

outros. Não existem, geralmente, dados oficiais. A informação conhecida é obtida por estimativa ou com recurso a bases de dados construídas a partir da recolha de informação na comunicação social e na Internet.

Mecanismo de financiamento: ao contrário dos países da OCDE, a China não tem uma agência de apoio ao desenvolvimento ou uma instituição bilateral de ajuda afiliada ao respectivo Ministério dos Negócios Estrangeiros. As instituições envolvidas na ajuda e assistência ao desenvolvimento, assim como no comércio e investimento, são as seguintes⁷²:

- O Ministério do Comércio é a agência que lidera a ajuda externa chinesa através do Departamento da Ajuda para Países Estrangeiros (*Department of Aid to Foreign Countries - DAFC*) que supervisiona a ajuda externa. O DAFC coordena e gere a negociação de acordos inter-governamentais de financiamento, assim como os desembolsos. Dentro do DAFC é o Conselho Executivo para a Cooperação Económica Internacional (*Executive Bureau of International Economic Co-operation*) que faz a gestão dos donativos, subsídios e ofertas, empréstimos concessionais ou sem juros e alívio ou perdão da dívida.

- O Ministério dos Negócios Estrangeiros está encarregue da institucionalização da política externa chinesa e da concepção de documentos como a Política da China para África (*China's Africa Policy*), e ajustar os pacotes de ajuda aos compromissos assumidos, especialmente em fóruns tal como o Fórum de Cooperação China – África.

- As embaixadas, através dos respectivos Gabinetes do Conselheiro Económico e Comercial, desempenham um papel importante na identificação das necessidades dos países recipientes e no tipo e mecanismo de ajuda a atribuir. As embaixadas constituem também a agência presente no país receptor responsável pela monitorização e avaliação dos projectos e da sua implementação.

- Outros ministérios, como o Ministério da Agricultura, Educação e Saúde estão também envolvidos na provisão de programas de ajuda, nomeadamente, através do envio de equipas médicas, atribuição de bolsas de estudo e programas de desenvolvimento rural e agrícola.

⁷² Numa primeira instância é a liderança do Partido Comunista Chinês, o Politburo e os seus subcomités (ou Pequenos Grupos de Liderança), que são os actores chave no estabelecimento dos objectivos mais amplos da política externa chinesa; o Conselho de Estado, o mais alto órgão executivo do Estado, decide sobre a parcela do orçamento geral do estado a ser designada para ajuda externa e o Ministério das Finanças planifica o orçamento para a ajuda externa em consulta com o Ministério do Comércio.

Também o Ministério da Ciência e Tecnologia desempenha aqui um papel no envio de técnicos especializados ou no convite a especialistas africanos para visitas à China;

- o *Export – Import Bank of China* (ExIm Bank), é uma instituição governamental sob supervisão do Conselho de Estado e ocupa um lugar central no financiamento de empréstimos concessionais, sendo a única agência do governo a providenciar este tipo de financiamento. O ExIm Bank foi criado em 1994, juntamente com o *Agricultural Development Bank of China* e o *China Development Bank* (CDB), com o mandato de apoiar projectos governamentais de longo prazo. A principal actividade do ExIm Bank consiste em apoiar a expansão do comércio e negócios chineses, através da provisão de crédito e de empréstimos destinados a investimentos e construção no estrangeiro. Em Maio de 2007 foi assinado um Memorando de Entendimento entre o ExIm Bank e o Banco Mundial, com a intenção de melhorar a cooperação entre as duas organizações para o desenvolvimento, com destaque para África. O acordo com o Banco Mundial previa centralizar a cooperação conjunta, inicialmente, em três países, nomeadamente, Moçambique, Gana e Uganda, com vista ao investimento na área do transporte e da energia por parte do ExIm Bank.

- O Fundo de Desenvolvimento China – Africa (*China – Africa Development Fund - CADF*), cuja criação foi aprovada pelo Conselho de Estado, em finais de 2006, foi estabelecido pelo *China Development Bank* (CDB), e anunciado na cimeira de Pequim, em Novembro de 2006. Os investimentos do Fundo visam capitalizar as empresas chinesas envolvidas em actividades de desenvolvimento, investimento, económicas ou de comércio em África;

- Incentivos comerciais e de desenvolvimento, as Zonas Económicas Especiais - ZEEs (*Special Economic Zones – SEZs*), no quadro do Plano de Acção de Pequim, anunciado Fórum para a Cooperação China – África de 2006, o governo da RPC manifestou a intenção de desenvolver entre três a cinco ZEEs no continente africano, de forma a criar enclaves de investimento chinês em países africanos considerados cruciais para a economia chinesa. Foram anunciadas duas ZEEs a serem criadas nas Maurícias (onde reside uma numerosa e activa comunidade chinesa) e na Zâmbia (na área mineira de Chambishi, a cintura do cobre da região), estavam ainda previstas ZEEs para a Nigéria, Egipto e, possivelmente, Tanzânia.

A ajuda económica da China aos países em desenvolvimento, apesar de não se comparar com os grandes volumes dispendidos pelos países da OCDE em APD, ganha, no entanto, impacto devido, geralmente, às seguintes razões⁷³:

- A ajuda chinesa é disponibilizada de forma rápida sem exigir os procedimentos burocráticos que a maior parte dos países doadores da OCDE impõem, relacionados com salvaguardas em termos ambientais, sociais, económicos e políticos;

- A China promove projectos económicos em países, regiões ou sectores negligenciados pelos países desenvolvidos ou corporações multinacionais destes países, seja porque se tratam de zonas em conflito ou com regimes autoritários que não alinham nos condicionalismos políticos impostos pela OCDE;

- Muitas das obras doadas pelo governo da RPC, tais como estádios desportivos ou edifícios governamentais, têm um impacto bastante visível e providenciam benefícios tangíveis num curto espaço de tempo;

- Este tipo de doações e de actividades de investimento são, geralmente, anunciadas nas cimeiras bilaterais ou multilaterais com grande pompa e circunstância, simbolizando de forma poderosa a amizade entre a China e os outros países em desenvolvimento.

3.4. A China como fonte alternativa de ajuda e de financiamento e a questão da complementaridade das economias

A nova parceria estratégica, traduzida no envolvimento das empresas chinesas no sector da construção e da infra-estrutura em África tem permitido à China aceder a matérias – primas para alimentar a sua economia e expandir-se para novos mercados. Este envolvimento associado às mudanças que ocorreram na conjuntura internacional, fizeram ressurgir a importância da China enquanto fonte de ajuda externa e alternativa ao financiamento para os países africanos.

Segundo um relatório do Banco Mundial e do *Public-Private Infrastructure Advisory Facility* (Banco Mundial / PPIAF) sobre o incremento do papel da China enquanto financiadora de infra-estruturas na África subsaariana, em 2008, mais de metade dos países africanos (35 num total de

⁷³ LUM, Thomas (et al) – **China's Foreign Aid Activities in Africa, Latin America, and Southeast Asia**. (Em linha) Washington: Congressional Research Service, February, 2009. (Consult. 17 Dez. 2009). Disponível em <http://www.fas.org/sgp/crs/row/R40361.pdf>

53), haviam beneficiado de financiamento chinês para projectos de obras públicas ou estavam em processo de negociações para a obtenção desse financiamento⁷⁴.

Em anos anteriores, o investimento teve tendência a concentrar-se em países ricos em petróleo ou em minérios, tais como Angola, Nigéria, Sudão e Zâmbia. Mas, mais recentemente, começou a chegar também a países como Moçambique e África do Sul⁷⁵.

Esta expansão empresarial chinesa em África é considerada pela política chinesa como uma tendência natural, dada a elevada interdependência entre as economias chinesa e africana. Também o relatório do Banco Mundial / PPIAF justifica o crescimento das ligações económicas entre a China e África, que se reflecte, igualmente, no papel emergente da China enquanto financiador de infra-estrutura na região, como indício da existência de uma complementaridade económica entre as duas economias⁷⁶.

Por um lado, os países africanos exportadores de matérias-primas encontram entre os seus maiores desafios de desenvolvimento um défice de infra-estrutura, cuja expansão exige elevados valores de investimento e cuja inexistência representa um obstáculo para a completa realização do potencial africano de exportações. Enquanto, por outro lado, a China desenvolveu uma indústria de construção vocacionada para obras de infra-estruturas de grande escala, que é uma das mais competitivas no mundo, que para continuar a crescer necessita de expandir-se para os mercados internacionais, contando para o efeito com o apoio do governo chinês⁷⁷.

⁷⁴A ajuda chinesa tem sido utilizada sob a forma de empréstimos concessionais para a construção de centrais eléctricas que fornecem a energia necessária para a actividade mineira e caminhos de ferro para facilitar o transporte de minérios como a bauxite na Guiné-Conacri, ferro ou cobre e manganésio na República Democrática do Congo. A China tem estado, desta forma, a assegurar o acesso em África aos recursos de que necessita, através da construção de infra-estruturas. Apesar de tudo, apenas sete por cento do financiamento chinês em infra-estrutura está directamente relacionado com a exploração de matérias-primas, uma vez que a maior parte do financiamento em infra-estrutura é direccionado para projectos mais amplos. In FOSTER, Vivien (et al) – **Building Bridges: China's Growing Role as Infrastructure Financier for Sub-Saharan Africa**. (Em linha). Washington: The World Bank / PPIAF, 2008. (Consult. 14 Dez. 2009). Pág. 23.

Disponível em http://siteresources.worldbank.org/INTAFRICA/Resources/Building_Bridges_Master_Version_wo-Embg_with_cover.pdf.

⁷⁵ BROADMAN, Harry G. – **China and India go to Africa: New Deals in the Developing World**. In Foreign Affairs, United States, Vol. 87, nº 2, March / April 2008, pág. 96 – 97.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ Uma indicação do grau de competitividade da indústria chinesa é o número de concursos internacionais ganhos para projectos financiados por agências multilaterais de ajuda, tais como o Banco Mundial ou o Banco Africano de Desenvolvimento. Em anos recentes as empresas chinesas contaram com mais de 30% do valor de contratos licitados por aquelas agências, “o que as torna particularmente mais bem sucedidas do que as empresas de qualquer outra nacionalidade. In FOSTER, Vivien (et al) – **Building Bridges: China's Growing Role as Infrastructure Financier for Sub-Saharan Africa**. (Em linha). Washington: The World Bank / PPIAF, 2008. (Consult. 14 Dez. 2009).

Disponível em http://siteresources.worldbank.org/INTAFRICA/Resources/Building_Bridges_Master_Version_wo-Embg_with_cover.pdf

Para além disso, o crescimento da China tem por base uma economia “orientada para a exportação de artigos de baixo valor acrescentado e assente numa indústria de mão-de-obra intensiva”, que cria uma forte procura de matérias-primas, para além das que estão disponíveis domesticamente⁷⁸.

Esta interdependência entre as economias acelerou o envolvimento entre a China e África. No entanto, um conjunto de factores haviam já proporcionado as circunstâncias para que a China ressurgisse enquanto país doador de ajuda e se afirmasse como fonte alternativa de financiamento. Entre esses factores incluem-se as mudanças ocorridas nos anos 90, provocadas pelo colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria, e a generalização das condicionalidades políticas enquanto requisitos para a atribuição da ajuda por parte dos doadores internacionais⁷⁹. Critérios como a implementação da democracia, o respeito pelos direitos humanos e boa governação, passaram a constar como pré-condições para a atribuição ou manutenção da ajuda⁸⁰.

Nos anos 90, o colapso da União Soviética significou o fim de uma das fontes importantes de ajuda externa, que havia sustentado muitas nações africanas durante o período da Guerra Fria. Aqueles eventos, por outro lado, provocaram uma deslocação temporária nos fluxos de ajuda, uma vez que os países pertencentes ao antigo bloco comunista tornaram-se, na altura, recipientes de ajuda. Esta situação coincidiu com um período de queda geral nos volumes de ajuda externa atribuídos pelos doadores ocidentais aos países em desenvolvimento, provocada pela frustração associada à ineficácia da ajuda em cumprir o objectivo de desenvolver os países em África⁸¹. Esta conjuntura económica de quebra nos fluxos de ajuda orientados para os países africanos, segue-se aos acontecimentos na Praça de Tiananmen, em 1989, que facultaram o enquadramento político para o aprofundamento da relação da China com África.

⁷⁸ SILVA, Jorge Tavares da e BREDA, Zélia – **O Dragão Chinês e o Elefante Indiano: Traços de similitude e de divergência nos processos de abertura e reforma económica**. In *Economia Global e Gestão* (Em linha), Abril 2009, Vol. 14, nº 1 (Consult. 10 Jan. 2010) Disponível em http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0873-74442009000100003&script=sci_arttext

⁷⁹ Entendidos, neste contexto, como o conjunto de membros da OCDE.

⁸⁰ A condicionalidade política surgiu na sequência da aplicação da condicionalidade económica, que incidia inicialmente nas reformas económicas, decorrente da aplicação dos Programas de Ajustamento Estrutural pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial na década de 80. A necessidade de ajustamento decorreu da crise de endividamento que afectou diversos países em desenvolvimento. Aquelas instituições internacionais vocacionadas para o financiamento do reequilíbrio das economias passaram então a conceder empréstimos exigindo reformas económicas como condições desse financiamento aos estados beneficiários.

⁸¹ BIRD, Graham – **The Political Economy of Foreign Aid: Fatigue or Regeneration?** (Em Linha). In *Zagreb International Review of Economics & Business*, Vol. 2, Nº 2, pp 1 – 24, 1999. (Consult. 3 Dez. 2009). Disponível em <http://209.85.229.132/search?q=cache:Ki01VWhdqe8J:hrcak.srce.hr/file/54568+aid+fatigue&cd=6&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>

Depois de Tiananmen, a relação da China com África vai orientar-se pela política de promoção da interacção comercial e empresarial aliada à invocação dos princípios da não interferência nos assuntos internos dos estados e da atribuição da ajuda económica sem pré-condições políticas. Esta política que desvaloriza os conceitos de direitos humanos, democracia e boa governação, por considerar esses temas assuntos internos do estados, revelou características atractivas para diversos regimes autoritários em África e permitiu que se abrisse uma plataforma de entendimento político entre a China e alguns países africanos, assente numa retórica com a qual, tanto uns como outros, se identificavam.

CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E POLÍTICO DE MOÇAMBIQUE

1. Contexto histórico

Moçambique é uma antiga colónia de Portugal que obteve a independência em 1975 após mais de uma década de guerra anti-colonial. A Frente de Libertação Nacional (Frelimo) assumiu, então, o poder, adoptando o sistema de partido único e uma economia socialista de linha Marxista-Leninista. Em 1976 iniciou-se uma guerra civil, liderada pelo movimento Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), que terminou com a assinatura do Acordo Geral de Paz, assinado em Roma a 4 de Outubro de 1992. Desde então, o país goza de estabilidade política e macroeconómica, sendo este, provavelmente, um dos grandes trunfos de Moçambique no contexto africano. Moçambique é membro fundador da SADC (Southern African Development Community - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), pertence à União Africana, aderiu à Commonwealth em 1995 e é membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

2. Situação política e económica

No dia 28 de Outubro de 2009 realizaram-se em clima pacífico as quartas eleições gerais, presidenciais, legislativas, e as primeiras para as assembleias províncias, com uma afluência às urnas de 44,63%, (contra 36% em 2004) e que culminaram com a reeleição de Armando Guebuza para presidente da República de Moçambique e a vitória da Frelimo, que obteve uma maioria parlamentar acima de dois terços na Assembleia Nacional⁸².

⁸² O partido no poder, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), na liderança do país desde a independência, ganhou as eleições legislativas, presidenciais e provinciais de Outubro de 2009. A Frelimo obteve 191 dos 250 mandatos na Assembleia Nacional, aumentando a sua representação parlamentar em 20%. A Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) ficou em segundo lugar, com 51 mandatos, menos 40 em relação a 2004. O Movimento Democrático Moçambicano (MDM), criado em Março de 2009 por antigos membros da Renamo, ficou em terceiro lugar, com 8 mandatos, abaixo do patamar mínimo para a formação de um grupo parlamentar. Nas eleições presidenciais, o Presidente Armando Emílio Guebuza, da Frelimo, obteve 75% dos votos, seguido por Afonso Dhlakama, da Renamo, com 16,41%, e Davis Simango, do MDM, com 8,59%. O partido governamental Frelimo, foi também o vencedor das eleições para todas as assembleias provinciais, com 70% dos votos. Dos 19 partidos

Moçambique é considerado pelos doadores e comunidade internacional em geral como um exemplo de sucesso de transição e reconciliação pós-conflito, com um desempenho muito significativo em termos económicos e sociais.

Durante grande parte da última década, o país registou taxas de crescimento económico acima dos 8%⁸³, resultado sobretudo do impulso proporcionado pela implementação de mega-projectos financiados por capitais estrangeiros e, também, pelos fluxos de ajuda ao desenvolvimento⁸⁴.

O país ultrapassou a meta estabelecida no primeiro Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA 2001 – 2005), que previa uma redução da pobreza de cerca de 70% em 1997 para 60% até 2005, ao conseguir que a proporção da população que vivia abaixo da pobreza nacional baixasse de 69,4%, em 1997, para 54,1%, em 2003. Entre 1997 e 2003, os níveis de pobreza baixaram cerca de 15%, o que significa que cerca de três milhões de pessoas, num universo de 21 milhões, saíram do nível de extrema pobreza⁸⁵.

Esta descida da pobreza começa, contudo, a ser questionada, na medida em que as carências rurais e as desigualdades estão a aumentar⁸⁶. Apesar do bom desempenho da economia, o país continua a ser um dos mais pobres do mundo, com cerca de metade da sua população a viver em pobreza absoluta, situando-se no 172º lugar num total de 177 países no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁸⁷. O Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – Moçambique 2008

políticos que concorreram às eleições nacionais e provinciais, só a Frelimo e a Renamo conseguiram reunir os requisitos necessários para concorrer em todos os círculos aos 250 lugares da Assembleia Nacional. Em consequência, 16 partidos políticos contestaram os resultados eleitorais na Comissão Nacional de Eleições (CNE) mas nenhuma acção decorreu daquela contestação. In UNIÃO EUROPEIA – **Relatório Final da Missão de Observação Eleitoral sobre as Eleições Presidenciais, legislativas e das assembleias Provinciais**. (EM Linha). Moçambique 2009. (Consult. 10 Nov. 2009).

Disponível em http://www.euom-mozambique.eu/PT/PDF/EU_EOM_Mozambique_2009_Final_PT.pdf

⁸³ Moçambique conseguiu enfrentar a crise financeira global de 2009, mantendo um crescimento forte, se bem que menor do que em 2008. A taxa média de crescimento económico baixou em 2008 para 6,8%, e abrandou para 5,4% em 2009, como resultado da queda da procura global de matérias-primas, em particular do alumínio, e redução do investimento. In **African Economic Outlook 2009: Moçambique**. (Em linha). (Consult. 28 Jun.2010). Disponível em <http://www.africaneconomicoutlook.org>.

⁸⁴ Existem muitas apreensões quanto à sustentabilidade do padrão de crescimento assente em mega-projectos e quanto à possibilidade de transformar os mega-projectos, que beneficiam de substanciais exonerações fiscais e têm pouca repercussão no resto da economia, em fontes de criação de empregos e de receitas fiscais.

⁸⁵ **Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: República de Moçambique 2005**. Acessível em Nações Unidas. Maputo, Moçambique.

⁸⁶ CUNGUARA, Benedito e HANLON, Joseph – **Poverty is not being reduced in Mozambique**. (Em linha) London: Crisis States Research Center, DESTIN, LSE, June 2010. Crisis States Working papers Series No2. (Consult. 30 Jun2010). Disponível em <http://www.crisisstates.com/download/wp/wpSeries2/WP74.2.pdf>

⁸⁷ **Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio Moçambique 2008**. (Em linha). Moçambique. 15 Jan. 2009. (Consult. 25 Nov. 2009).

refere que, para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), o país tem que travar e inverter a incidência do HIV/SIDA, melhorar a capacidade de garantir a segurança alimentar da população, melhorar a eficiência e qualidade na prestação de serviços, criar postos de trabalho, aumentar as receitas do estado, reduzir a dependência da ajuda externa e ter capacidade para fazer face às calamidades naturais periódicas, assim como aos choques externos, nomeadamente escassez e subida dos preços de alimentos (cereais) e dos preços dos combustíveis⁸⁸.

O potencial económico de Moçambique assenta essencialmente na agricultura (o país tem um enorme potencial para a produção agrícola, disponibilizando de terra arável por explorar e de consideráveis reservas de água), nos recursos naturais como o carvão, o gás natural, a madeira e a energia hidroeléctrica (Moçambique tem potencial para abastecer de electricidade a região da África Austral), no turismo, na exploração da infra-estrutura de transporte ferro-portuária e na indústria.

O sector dos recursos naturais e minas representa uma área de interesse crescente em termos de investimento em Moçambique. O país reúne reservas em carvão, gás natural e potencialmente de petróleo, titânio, cobre, grafite, ouro, mármore, minério de ferro, pegmatite, diatomite, bentonite, tantalite, pedras preciosas e semi-preciosas, bauxite, granito, fosfatos, berílio, mica e madeiras preciosas. A reforma da lei e regulamentos que orientam a actividade mineira e a sua abertura aos investimento privado e a introdução do Cadastro Mineiro contribuíram para o desenvolvimento do sector, na medida em que disponibilizaram um melhor conhecimento e informação sobre o potencial do país. Como resultado, a produção na indústria extractiva registou um crescimento significativo, nomeadamente ao nível do gás natural, carvão e minerais⁸⁹, com

Disponível em <http://www.unmozambique.org/por/Resources/Publications/2008-Mozambique-Report-on-the-MDGs>

⁸⁸ O governo moçambicano adoptou um conjunto de políticas e estratégias visando a redução da pobreza, promoção do crescimento e do desenvolvimento sustentável previstos nos principais instrumentos de planificação nacionais nomeadamente a Agenda 2025, que consiste na visão estratégica de longo prazo do país, nos Programas Quinquenais do Governo (PQG) e no Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA I e II), os quais são operacionalizados através do Plano Económico e Social (PES) e do Orçamento do Estado (OE), e foram realizados em consonância com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), e os compromissos assumidos no âmbito da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

⁸⁹ O investimento neste sector cresceu de 19 milhões de dólares americanos em 2001 para mais de 200 milhões em 2007. In MOMADE, Fátima – **Mozambique: Mining Outlook and Updates**. In MOZAMBIQUE MINING & ENERGY CONFERENCE AND SHOWCASE, 16 Abril 2008, Maputo. Acessível no Ministério dos Recursos Minerais, Direcção Nacional de Minas, Maputo, Moçambique.

um aumento considerável de pedidos de licenças e de registo de minas, entre os quais se incluem pedidos de empresas chinesas.

No país encontram-se empresas de dimensão internacional na área da prospecção e exploração mineira, sendo que os projectos mineiros mais viáveis são aqueles que se encontram já em construção ou que já asseguraram o financiamento. São exemplos deste facto os grandes investimentos na exploração de jazigos de gás natural (de Pande e Temane), carvão (Moatize) e areias pesadas (depósitos costeiros de Moma, na zona costeira da província de Nampula e no distrito de Chibuto, província de Gaza). Neste caso, os grandes projectos são liderados essencialmente pela África do Sul (Sasol), Brasil (Companhia do Vale do Rio Doce – CVRD), Austrália (BHP Billiton), que ganhou o projecto do corredor de areias do Limpopo (*Limpopo Corridor Sands*) e Irlanda (Kenmare), que obteve a concessão do projecto das areias pesadas de Moma, que consiste numa mina com reservas consideráveis de minérios de titânio, ilmenite e rutilo. A Highland African Mining Company (HAMC) detém a exploração da mina de columbo-tantalite de Marropino, província da Zambézia, a produzir desde 2003.

Uma vez que, muitas concessões para a exploração de recursos foram, entretanto, atribuídas a empresas multinacionais, como é o caso dos grandes investimentos na exploração de jazigos de gás natural, carvão e areias pesadas, a China terá optado por aguardar uma nova oportunidade para marcar uma posição em termos de grandes investimento neste sector⁹⁰. No âmbito do investimento privado, em 2008, havia cinco empresas chinesas a operarem em áreas diferentes de prospecção e pesquisa de carvão (província de Tete), pedras preciosas e semipreciosas e (províncias de Nampula, Zambézia) e ouro (Zambézia). A empresa Africa Yuxiao Mining Development Company, do grupo chinês Jinan Yuxiao Group Co., que se dedica à actividades de pesquisa e exploração de recursos minerais, incluindo o processo industrial, foi registada em Moçambique em 2008 com vista à prospecção e pesquisa de ilmenite, titânio e zircão no distrito de Inharrime, província de Inhambane⁹¹.

Na área dos hidrocarbonetos, a China não concorreu às últimas rondas de atribuição de licenças para a exploração da bacia do Rovuma, durante as quais foram adjudicados vários blocos

⁹⁰A China manifestou interesse em investir no gás natural de Pande e Temane, no entanto, por altura dessa declaração de intenções aquela exploração já havia sido concessionada à empresa sul-africana Sasol. In **Memorando sobre a Cooperação com a China**. 2008. Acessível em Ministério dos Recursos Minerais, Maputo, Moçambique.

⁹¹ Macauhub – **Empresa chinesa pretende fazer pesquisa de areias pesadas em Moçambique**. (Em linha). 18 Agosto 2009. (Consult. 13 Jan. 2010). Disponível em <http://www.imensis.co.mz/news/anmviewer.asp?a=16768>

para a prospecção de petróleo a empresa internacionais⁹². Os recursos petrolíferos do país estão em fase de prospecção, que se prolongará por 5 a 10 anos até ser possível evoluir para a exploração.

Ainda na área da energia, o governo moçambicano está a apostar, também, nas energias alternativas e nos biocombustíveis, procurando atrair investimento para esta área. Moçambique tenciona tornar-se num produtor de biocombustíveis e, desta forma, reduzir a sua dependência da importação de combustível e aumentar as suas exportações. Reflexo deste esforço são os projectos desenvolvidos por empresas como Ecomoz, Mafudiesel, Sabiol e Procana⁹³. A produção de bio-etanol, no entanto, pode levantar controvérsia considerando que se trata de uma indústria que exige a utilização de grandes extensões de terrenos, pelo que levanta a questão sobre se esta é uma indústria apropriada num país onde a insegurança alimentar ainda não foi resolvida.

Os sectores que têm demonstrado maior desempenho na economia nos últimos anos são o da agricultura, construção, transportes e comunicações e, mais recentemente, também as pescas, o comércio e o turismo⁹⁴.

O sector industrial representa a maior percentagem (cerca de 70 a 75%) do valor das exportações manifestadas nas alfândegas⁹⁵. Existe um sector exportador forte, também, na área dos recursos agrícolas, florestais e pesqueiros (tabaco, açúcar, madeira, algodão, camarão, caju). A madeira tem como principal destino a China e a castanha de caju a Índia. Presentemente, os principais produtos de exportação são o alumínio, a energia eléctrica e o gás natural. O alumínio

⁹² Entre as empresas que ganharam concessões incluem-se a Artumas Group Inc, do Canadá; Anadarko Petroleum Corp. dos Estados Unidos da América (EUA); Norsk Hydro ASA, da Noruega; Petronas Carigali Overseas Shd.Bhd, da Malásia; e ENI S.p.a., de Itália. In ZACARIAS, Carlos – **Mozambique: Upstream Development & Outlook**. In MOZAMBIQUE MINING & ENERGY CONFERENCE AND SHOWCASE, 16 Abril 2008, Maputo. Acessível no Instituto Nacional de Petróleo, Maputo, Moçambique e YAGER, Thomas R.- **The Mineral Industry of Mozambique**. (Em linha). US Geological Survey Minerals Book 2006. (Consult. 20 Jan 2009). Disponível em <http://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/country/2006/myb3-2006-mz.pdf>.

⁹³ CUNHETE, Felismina – **Mozambique: Downstream Opportunities**. In MOZAMBIQUE MINING & ENERGY CONFERENCE AND SHOWCASE, 16 Abril 2008, Maputo. Acessível no Ministério da Energia, Direcção Nacional dos Combustíveis, Maputo, Moçambique.

⁹⁴ Balanço do Plano Económico e Social 2008. Maputo, Fev 2009. (Consult. 24 Nov 2009). Disponível em http://www.pap.org.mz/downloads/balanco_pes_2008_versao_ar.pdf.

⁹⁵ Em 2007 o sector industrial representou 75% do valor das exportações. O alumínio, gás natural e electricidade corresponderam em 2009 a cerca de 69% do total das exportações. Os valores diminuíram por efeito da crise global que baixou os níveis da procura. In **Anuário Estatístico 2007 - Moçambique**. Maputo. Instituto Nacional de Estatística (INE). 2007. Acessível em Instituto Nacional de Estatística. Maputo. Moçambique e actualizado em IPEX – **Estatística de Comércio Externo 2010**. (Em linha) 2010. (Consult. 10 Jun 2010). Instituto para a Promoção de Exportações, Maputo, Moçambique. Disponível em <http://www.ipex.gov.mz>.

constitui cerca de 55 a 60% do total das exportações moçambicanas, tendo como destino a União Europeia (Países Baixos). A energia eléctrica (8,3%) e o gás natural (5,7%), destinam-se, sobretudo, à África do Sul. Estes resultados reflectem o impacto dos mega-projectos implementados por empresas estrangeiras como a Fundação de Alumínio Mozal (consórcio sul-africano, australiano, japonês e moçambicano), que deu início à sua produção em 2000, a qual duplicou depois de concluída a expansão do projecto em 2004; e a exploração de gás de Pande e Temane pela Sasol Natural Gas Project (investimento sul-africano). Ambos os projectos tiveram peso relevante no forte crescimento económico registado pelo país nos últimos anos, com impacto no sector da construção.

A construção é o sector que registou um maior crescimento em anos anteriores e continua a ser o sector mais dinâmico, em resultado dos grandes projectos de investimento estrangeiro bem como da reabilitação de infra-estruturas, financiada pelos doadores e alguns investidores privados⁹⁶. O sector das comunicações deverá continuar a crescer conduzido pelo sector das comunicações móveis, dominado pela moçambicana M-Cel e pela sul-africana Vodacom. As Telecomunicações de Moçambique (TDM) iniciaram um projecto de reestruturação da rede nacional e planeiam assegurar a cobertura de todos os distritos com serviços básicos de telecomunicações (dados, voz e internet), contando com a ajuda financeira do governo chinês⁹⁷.

3. Parceiros comerciais emergentes

A estabilidade política, associada à adopção de um sistema multipartidário e à introdução de uma economia de mercado, reforçou o interesse da comunidade internacional por Moçambique e atraiu novos parceiros de ajuda, assim como parceiros comerciais. Para além da China,

⁹⁶ Para 2010 estavam previstos projectos de dimensão, tais como a construção do Aeroporto Internacional de Nacala, pela companhia brasileira Odebrecht e uma ligação rodoviária ao porto de Nacala, na província de Nampula. No sector da energia está previsto um amplo projecto de electrificação, para além da construção de novas centrais de produção de energia para Moamba, Mpanda Nkuwa, Cahora Bassa Norte, Lupata, Moatize e Benga. In **African Economic Outlook 2009: Moçambique**. (Em linha). African Development Bank & OECD Development Centre & United Nations Economic Commission for Africa – (Consult. 24 Nov.2009). Disponível em <http://www.africaneconomicoutlook.org>

⁹⁷ **African Economic Outlook 2009: Moçambique**. (Em linha). African Development Bank & OECD Development Centre & United Nations Economic Commission for Africa. (Consult. 24 Nov.2009). Disponível em <http://www.africaneconomicoutlook.org>

Moçambique conta, entre os seus parceiros comerciais emergentes, com países como a África do Sul, Brasil e a Índia.

A África do Sul é desde 1994 um dos grandes investidores em África e constitui um dos principais parceiros comerciais de Moçambique. Mais de 30% dos bens importados por Moçambique provêm da África do Sul, que é seguida pela União Europeia, Índia e China⁹⁸. A África do Sul é também um dos principais países de origem do investimento privado estrangeiro aplicado em Moçambique e lidera investimentos em quase todas as áreas económicas, incluindo extracção de recursos, construção civil, telecomunicações, indústria e agricultura. Para além da forte ligação económica, os dois países estão unidos por um sólido relacionamento político que remonta ao período do Apartheid, durante o qual Moçambique prestou apoio ao partido actualmente no poder na África do Sul, o Congresso Nacional Africano (ANC).

O Brasil destaca-se no sector mineiro do carvão, com a presença da Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD), que ganhou em 2004 o consórcio com a norte-americana American Metal and Coal International (AMCI) para a exploração do carvão de Moatize, na província de Tete, em parceria com o governo moçambicano⁹⁹. A bacia de Moatize contém, pelo menos, 2,4 mil milhões de toneladas de carvão e a empresa brasileira admite que esta será uma das maiores reservas de carvão ainda por explorar no mundo.

A Índia está presente nos sectores da construção, dos recursos minerais e da agricultura. As exportações de Moçambique para a Índia são, por enquanto, dominadas pela castanha de caju. No sector da construção, o projecto com maior dimensão é o da reconstrução da Linha de Caminhos de Ferro do Sena, cujo concurso foi ganho pela empresa indiana Rites and Ircon num consórcio com a Companhia dos Caminhos de Ferro de Moçambique. Este projecto da Linha do Sena visa escoar o carvão de Tete, ligando o porto da Beira, na província de Sofala, ao Malawi, passando por Moatize, numa extensão de 611 quilómetros. Este projecto tem financiamento do Banco

⁹⁸ **Anuário Estatístico 2007 - Moçambique**. Instituto Nacional de Estatística (INE). 2007. Maputo. Moçambique e actualizado em IPEX – **Estatística de Comércio Externo 2010**. (Em linha) 2010. (Consult. 10 Jun 2010). Instituto para a Promoção de Exportações, Maputo, Moçambique. Disponível em <http://www.ipex.gov.mz>

⁹⁹ Trata-se de uma licença de exploração de reservas de carvão por 25 anos que deverá começar a produzir em 2010. O seu investimento é calculado em 1,26 mil milhões de dólares americanos, para a produção de 40 milhões de toneladas de carvão por ano, a maioria das quais irá alimentar a indústria siderúrgica no Brasil. A empresa tem igualmente planos para desenvolver uma central de produção de energia eléctrica a carvão. In **African Economic Outlook 2009: Moçambique**. (Em linha). (Consult. 28 Jun.2010).

Disponível em <http://www.africaneconomicoutlook.org/po/countries/southern-africa/mozambique/>

Mundial através de fundos IDA¹⁰⁰ e uma pequena parte da própria Rites and Ircon e vai ter resultados no melhoramento das infra-estruturas do corredor de desenvolvimento da Beira.

No sector dos recursos, a empresa indiana Tata Steel entrou como investidora numa parceria com a companhia australiana Riversdale Mining para a exploração de uma mina de carvão em Benga, na província do Tete, cuja produção deverá começar em 2010¹⁰¹. A companhia prevê um investimento de 800 milhões de dólares americanos e a mina terá uma capacidade de produção anual de 20 milhões de toneladas.

4. Dependência da ajuda internacional

Moçambique tornou-se num país exemplo em termos de cumprimento dos requisitos para a atribuição da ajuda estabelecidos pelos doadores internacionais, pelo que a ajuda externa aumentou consideravelmente na última década¹⁰². Moçambique é um dos maiores recipientes de ajuda ao desenvolvimento na África Subsaariana recebendo fluxos financeiros que, nos períodos mais recentes, têm ultrapassado os mil milhões de dólares por ano¹⁰³.

Países vizinhos como o Malawi e a Tanzânia, com índices de desenvolvimento humano quase tão baixos quanto Moçambique, não recebem as mesmas quantias, eventualmente pelo facto de terem rejeitado seguir os critérios dos doadores internacionais para a atribuição da ajuda¹⁰⁴.

Parte desta ajuda é realizada através do apoio directo ao orçamento do estado¹⁰⁵ e correspondeu em 2008 e 2009 a mais de 50% do orçamento global, o que evidencia a forte dependência de Moçambique em relação ao exterior.

¹⁰⁰ A *International Development Association (IDA)* ou Associação Internacional de Desenvolvimento é o organismo do Banco Mundial que apoia os países mais pobres do mundo, através do fornecimento de empréstimos sem juros.

¹⁰¹ Sal & Caldeira Advogados e Consultores – **Study of Existing and Emerging Partners in Mozambique**. Maputo. Dezembro, 2007, pág. 29

¹⁰² Em resultado da capacidade de Moçambique de atrair parceiros de ajuda foi-lhe conferido a denominação de *donor darling*. In RENZIO, de Paolo and HANLON Joseph – **Contested Sovereignty in Mozambique: The Dilemmas of aid Dependence**. (Em Linha). January, 2007. Global Economic Governance Programme. Oxford University, Department of politics and International Relations. (Consult. 10 Jan, 2010). Disponível em http://www.globaleconomicgovernance.org/wp-content/uploads/Derenzio%20and%20Hanlon_Mozambique%20paper%20rev%20120107.pdf

¹⁰³ ODAmoz – Mozambique Donor Atlas 2008. Official Development Assistance to Mozambique Database. (Em linha). Consult. 10 Jan. 2010. Disponível em <http://mozambique.odadata.ampdev.net/>

¹⁰⁴ CUNGUARA, Benedito e HANLON, Joseph – **Poverty is not being reduced in Mozambique**. (Em linha) London: Crisis States Research Center, DESTIN, LSE, June 2010. Crisis States Working papers Series No2. (Consult. 30 Jun. 2010). Disponível em <http://www.crisisstates.com/download/wp/wpSeries2/WP74.2.pdf>

A ajuda pública ao desenvolvimento revela-se, por isso, como um vector estratégico da economia e das relações externas de Moçambique, constituindo um instrumento de pressão utilizado pelos actores internacionais, nomeadamente pelo grupo dos 19 países (G19) que financiam o orçamento do estado (Parceiros de Apoio Programático)¹⁰⁶, no seu relacionamento com o governo moçambicano e que, na prática, pode concretizar-se pelo bloqueio dos desembolso da ajuda directa ao orçamento, tal como aconteceu na sequência das condições impostas pelo G19 ao governo moçambicano, depois da controvérsia gerada em torno da exclusão das listas de diversos partidos políticos nas últimas eleições gerais de 2009.

Na altura, o G19 recordou as autoridades que o compromisso de Moçambique para com um “processo político livre, credível e democrático era um pilar fundamental para a cooperação de parceria para o desenvolvimento a longo prazo”¹⁰⁷ e, para que o desembolso para 2010 se realizasse, exigiu que o governo procedesse à revisão da lei eleitoral, ao melhoramento das leis de combate à corrupção e à profissionalização do sector público, que traduz-se na exigência dos doadores na redução da influência do partido no poder nos órgãos do estado. Em Março de 2010, o governo e o G19 chegaram a um consenso e os recursos foram desbloqueados, mediante a renovação do compromisso para com a boa governação, o combate à corrupção e os processos democráticos¹⁰⁸. No entanto, foram cancelados os aumentos previstos para 2011 e dois doadores (Suécia e Suíça) reduziram as contribuições. Os fracos resultados em termos de governação e da redução da pobreza e das desigualdades sociais foram as principais preocupações identificadas por aqueles doadores para o aumento da pressão sobre o governo moçambicano¹⁰⁹.

¹⁰⁵ O apoio geral ao orçamento é uma modalidade de ajuda que visa melhorar a eficácia dos fluxos da ajuda, prevendo mecanismos de monitorização do desempenho do doador com base na harmonização e alinhamento da ajuda com o país recipiente, chamados *Programme Aid Partners Performance Assessment Framework* (PAP's PAF).

¹⁰⁶ A China não se inclui no grupo dos Parceiros de Apoio Programático constituído por 19 Membros (G19): Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Comissão Europeia, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal, Suécia, Suíça, Reino Unido, o Banco Africano de Desenvolvimento e o Banco Mundial. Estes 19 parceiros apoiam um programa conjunto para a prestação de apoio geral ao orçamento e subscreveram um Memorando de Entendimento (MdE) com o Governo para esse efeito. Os PAPs tem como Membros Associados os Estados Unidos e as Nações Unidas.

¹⁰⁷ BBC para África – **Moçambique: G19 preocupa-se com eleições**. (Em linha). 17 Setembro 2009. (Consult. 10 Nov. 2009).

Disponível em http://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/2009/09/090917_mozelexworrieslv.shtml

¹⁰⁸ AIM – **Government and Donors claim consensus**. (Em linha). Maputo, 24 Março 2010. (Consult. 30 Jun. 2010). Disponível em <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/pics/d120098.pdf>

¹⁰⁹ Boletim sobre o processo político em Moçambique – **Apoio ao orçamento continua mas crescem preocupações com pobreza e governação**. (Em linha). Publicação CIP / AWEPA, Número 46, 24 de Junho de 2010, Maputo. (Consult. 30 Jun. 2010). Disponível em http://macua.blogs.com/files/boletim_46_g19.pdf

5. A diáspora portuguesa, indiana e chinesa

Moçambique é um país que se caracteriza por albergar comunidades com diferentes proveniências, que se estabeleceram no país em épocas distintas, entre as quais se contam as diásporas portuguesa, indiana e chinesa. Depois das convulsões resultantes do processo da independência de Moçambique e da guerra civil que se lhe seguiu, alguns membros dessas comunidades, nomeadamente de origem portuguesa, permaneceram no país, naturalizaram-se moçambicanos e ocuparam cargos relevantes no governo durante as primeiras décadas no pós-independência. Actualmente, diversos membros dessas comunidades continuam a exercer funções de relevo na área dos negócios, mantendo boas relações com o governo moçambicano.

A presença de uma comunidade de origem indiana remonta a séculos atrás, mas encontra-se fortemente enraizada em Moçambique, sobretudo, desde o século XIX¹¹⁰. Esta comunidade dedica-se essencialmente ao comércio, ocupando uma posição proeminente na área da distribuição e revenda de bens de consumo e de produtos electrónicos. Este é um sector que em outros países africanos foi absorvido pela recente migração chinesa mas, que em Moçambique, encontra-se dominado pela comunidade indiana, a qual cultiva igualmente boas relações com o poder político.

Em termos culturais, a presença chinesa também não é nova no país. Moçambique acolheu uma pequena comunidade chinesa durante o período colonial, que se fixou sobretudo na antiga cidade de Lourenço Marques (Maputo) e na Beira. A primeira vaga de imigrantes terá chegado como mão-de-obra a Moçambique em meados do século XIX, vindos dos territórios chineses sob administração portuguesa (Macau) e inglesa (Hong Kong). Este primeiro grupo abriu portas à migração chinesa para África, embora de forma limitada, devido às restrições que vigoravam na época, tanto da parte da China como da parte da administração colonial. Uma segunda vaga de imigrantes terá chegado a partir de 1949, fugidos da nova República Popular da China. Grande parte dos elementos dessa comunidade, que se dedicou à agricultura e ao comércio, abandonou o país em 1975. Permaneceram alguns indivíduos, assim como os descendentes da união entre famílias chinesas e africanas, alguns dos quais ascenderam a cargos de destaque no governo¹¹¹.

¹¹⁰ LEITE, Joana Pereira – **Diáspora Indiana em Moçambique**. In *Economia Global e Gestão*, Semestral, Vol. 2, 1996, Edição AEDG / ISCTE, Lisboa.

¹¹¹ Sal & Caldeira Advogados e Consultores – **Study of Existing and Emerging Partners in Mozambique**. Maputo. Dezembro, 2007, pág. 13.

CAPÍTULO III – ESTUDO DE CASO: AS RELAÇÕES DA CHINA COM MOÇAMBIQUE

1. Antecedentes

Os primeiros contactos entre Moçambique e a República Popular da China (RPC) remontam aos anos 60, época em que os movimentos de libertação africanos tentavam angariar armamento e treino militar junto dos aliados socialistas e africanos. As ligações entre moçambicanos e chineses começaram por evoluir nesse âmbito, sendo de referir a visita a Pequim, em Agosto de 1971, de Samora Machel, na época presidente da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo)¹¹².

Com a declaração da independência de Moçambique a 25 de Junho de 1975, a RPC foi um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas bilaterais com a, então, República Popular de Moçambique e a inaugurar a respectiva embaixada em Maputo. Desde essa época que Moçambique e a China mantêm contactos diplomáticos regulares, os quais foram sendo assinalados por visitas de alto nível de parte a parte (ver Anexos / Quadro 1: Visitas de alto nível mais destacadas entre Moçambique e China).

Moçambique é, também, um país participante do Fórum para a Cooperação China – África, criado em 2000, e do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, designado por Fórum de Macau, criado em 2003.

Na área da cooperação foi assinado a 2 de Julho de 1975 o Acordo de Cooperação Económica e Técnica, que estabeleceu os princípios e objectivos orientadores para a expansão das relações China – Moçambique do âmbito político e diplomático para a área do desenvolvimento da cooperação económica e técnica, na agricultura, educação, saúde e indústria ligeira¹¹³.

Durante os primeiros anos de relações bilaterais, a China apresentou-se sobretudo como doadora de ajuda, sob a forma de donativos (ex: medicamentos) e empréstimos sem juros, essencialmente alocados a projectos de infra-estruturas e prestação de assistência técnica. Na

¹¹² CHRISTIE, Iain – **Samora: Uma Biografia**. Maputo: Editora Ndija, 1996, pp. 269, pág. 123

¹¹³ **Acordo sobre a Cooperação Económica e Técnica entre o Governo da República Popular de Moçambique e o Governo da República Popular da China**. Lourenço Marques, 2 de Julho de 1975. Acessível no Ministério da Saúde, Direcção de Planificação e Cooperação, Departamento de Cooperação Internacional, Maputo, Moçambique.

prática, esta ajuda traduziu-se na cooperação na área da saúde, através do envio regular de equipas de médicos chineses, da assistência técnica e fornecimento de matérias-primas na agricultura (apoio na implementação de projectos agrários e pecuários comunitários, obras de regadio, hidráulicas e de construção de micro-barragens), reabilitação e transferência de tecnologia na indústria ligeira (têxteis, calçado, mobiliário, calçado de plástico, ferramentas e tubagens) e desembolsos pontuais respeitantes ao empréstimo concedido no âmbito do Acordo de Cooperação Económica e Técnica para financiamento dos projectos de importação de equipamentos, matérias-primas e bens de consumo¹¹⁴.

As relações entre China e Moçambique têm vindo a expandir-se gradualmente, facto que se tornou visível a partir de anos mais recentes, com o aumento dos volumes da ajuda, do comércio e do investimento (estes aspectos vão ser desenvolvidos mais adiante).

A visita a Moçambique do presidente da RPC, Hu Jintao, a primeira de um chefe de estado chinês ao país, em Fevereiro de 2007, impulsionou as relações bilaterais e criou expectativas no governo de Moçambique quanto à possibilidade de contar com a ajuda e financiamento chinês para o desenvolvimento das infra-estruturas do país. O presidente Hu Jintao apresentou, então, um pacote de ajuda a Moçambique e adoptou uma série de acordos de cooperação económica e técnica, assumindo a nível bilateral as medidas da Política da China para África, que haviam sido anunciadas em Pequim, em 2006¹¹⁵.

¹¹⁴ **Cooperação entre Moçambique e a China.** Maputo. Abril, 2008. 13 pp. Acessível no Ministério da Planificação e Desenvolvimento. Direcção de Investimento e Cooperação, Maputo, Moçambique.

¹¹⁵ As medidas anunciadas em Pequim, em 2006, davam prioridade à cooperação no comércio (com a isenção de impostos alfandegários para alguns produtos africanos), investimento (através de empréstimos subsidiados pelo governo chinês), na agricultura (construção de infra-estruturas e desenvolvimento de técnicas agrícolas), infra-estruturas (com a construção nos sectores dos transportes, telecomunicações, indústrias extractivas e de produção de energia), recursos naturais (troca de informações para a exploração racional de recursos), cooperação científica e tecnológica, cooperação médica e na saúde e formação de recursos humanos, além da cooperação na área militar, judicial e policial. Em Pequim, Hu Jintao anunciou, igualmente, um pacote de ajuda a África, que incluía o cancelamento da dívida dos países africanos mais pobres e uma linha de crédito concessional de três mil milhões de dólares americanos para os três anos seguintes. In Beijing Summit & Third Ministerial Conference of Forum on China – Africa Cooperation – **Beijing Summit adopts declaration, highlighting China – Africa strategic partnership.** (Em Linha). 12 Jan. 2006 (Consult. 23 Nov. 2009). Disponível em http://english.focacsummit.org/2006-11/05/content_5166.htm.

2. Princípios e objectivos da cooperação bilateral

Em Fevereiro de 2007, durante a visita do presidente chinês, Hu Jintao, a Moçambique, foi emitido um comunicado conjunto¹¹⁶, pelo qual ambas as partes reiteraram o desejo de prosseguir com as principais linhas de força da cooperação, num esforço para a consolidação e progresso das relações bilaterais, as quais assentavam em quatro vertentes:

- a) Diplomática: as duas partes acordaram em ampliar os contactos de alto nível e a troca de visitas entre os governos, os parlamentos e entre partidos, o Partido Comunista da China (PCC) e a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo);
- b) Política: acordo das partes em apoiarem-se mutuamente em questões de soberania e de integridade territorial. A parte chinesa reconhecia o apoio do governo de Moçambique à causa da reunificação pacífica da China e Moçambique reiterou o seu compromisso com a Política de Uma Só China e a sua oposição à entrada de Taiwan em organizações internacionais e regionais constituídas por estados soberanos. Moçambique agradeceu a ajuda chinesa na luta de Moçambique pelos seus objectivos e esforços de independência nacional e de desenvolvimento económico e social. Ambas as partes acordaram, igualmente, em dar continuidade aos compromissos assumidos na Cimeira de Pequim do Fórum para a Cooperação China – Africa de 2006 e no fortalecimento da cooperação amigável em assuntos internacionais e regionais de interesse mútuo;
- c) Cooperação: na Cimeira de Pequim de 2006, a China havia já anunciado como prioridades para África a cooperação na agricultura, recursos, infra-estruturas, turismo, tecnologia, saúde e formação de recursos humanos. Em termos bilaterais, as partes reiteraram o acordo em aprofundar a cooperação com benefícios recíprocos e em expandir a interacção nos campos culturais e sociais. O reconhecimento da “elevada

¹¹⁶ As linhas de força da cooperação entre a China e Moçambique, encontram-se expressas num comunicado conjunto entre a República Popular da China e a República de Moçambique, publicado em Maputo, a 8 de Fevereiro de 2007, por altura da visita do presidente chinês Hu Jintao a Moçambique. In Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China – **Joint Communiqué Between the People’s Republic of China and the Republic of Mozambique**. (Em linha). Maputo, 8 Fev. 2007. (Consult. 20 Nov. 2009). Disponível em <http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t298175.htm>.

complementaridade das economias chinesa e moçambicana”¹¹⁷ e do grande potencial para crescimento da cooperação económica e comercial previam o encorajamento das empresas chinesas a estabelecerem parcerias para levarem a cabo cooperação com benefícios mútuos na agricultura e no desenvolvimento da infra-estrutura, sectores que, desta forma, a China estabeleceu como prioritários na cooperação com Moçambique. No sector da agricultura, a cooperação passava pela assistência técnica, com o apoio na instalação de centros de investigação para a melhoria de técnicas de produção agrícola e formação de agrónomos;

- d) Ajuda: Com vista a fortalecer esta cooperação, o governo chinês comprometia-se a ajudar o governo de Moçambique com o cancelamento da dívida e o aumento de ajudas sem pré-condições políticas e a concessão de empréstimos para a construção de infra-estruturas.

A cooperação bilateral entre a China e Moçambique tem por base a reciprocidade e a ajuda com benefícios mútuos, princípio que implica que haja uma troca dos principais recursos disponíveis em Moçambique, que são a madeira, a agricultura, os recursos minerais e as pescas, pelo financiamento e construção de infra-estruturas. A execução das obras fica a cargo das empresas chinesas e de eventuais parcerias que se estabeleçam com empresas locais¹¹⁸. Para a China o investimento na construção, nos recursos florestais, agrícolas e pesqueiros¹¹⁹ constituem as oportunidades de momento, enquanto que os recursos minerais poderão constituir uma possibilidade de investimento num futuro próximo. Esta opção resulta da conjuntura do momento, por um lado, as oportunidades no sector mineiro em Moçambique ainda estão em fase de prospecção e quantificação, por outro, a China é um actor tardio e quando chegou para investir

¹¹⁷ Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China – **Joint Communiqué Between the People’s Republic of China and the Republic of Mozambique**. (Em linha). Maputo, 8 Fev. 2007. (Consult. 20 Nov. 2009). Disponível em <http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t298175.htm>.

¹¹⁸ A imprensa que trata de assuntos relacionados com Moçambique tem institucionalizado o discurso “infra-estruturas em troca de madeira”, afirmando que a China “tem se assumido como um parceiro económico de peso para Moçambique importando matérias-primas, essencialmente madeira, e financiando o sector de infra-estruturas”. In Macauhub – **Primeiro-ministro de Moçambique na China para negociar financiamento de dois mil milhões de dólares para infra-estruturas** (Em linha). 18 Jun. 2010. (Consult. 18 Jun. 2010). Disponível em <http://www.macauhub.com.mo/pt/news.php?ID=9620>.

¹¹⁹ Os dados estatísticos não reflectem a existência de uma actividade relevante entre a China e Moçambique no sector das pescas, apesar de haver testemunhos de barcos chineses a pescarem ao largo da costa moçambicana. A ausência desses dados estatísticos pode significar que o produto piscatório é exportado directamente sem passar pelos registo de importação e exportação das alfândegas. In Sal & Caldeira Advogados e Consultores – **Study of Existing and Emerging Partners in Mozambique**. Maputo. Dezembro, 2007, pág. 15.

já muitas das concessões para a exploração de recursos como o carvão, gás natural e minerais haviam sido atribuídas.

Para Moçambique, a China adquire importância enquanto doador de ajuda, sob a forma de donativos e de empréstimos concessionais, com impacto no desenvolvimento das infra-estruturas deficitárias do país, constituindo, assim, uma oportunidade para o governo moçambicano de contrabalançar a sua relação de dependência face aos doadores tradicionais¹²⁰.

3. A necessidade da China de cultivar o apoio político de Moçambique

A consolidação das relações bilaterais com Moçambique e a manutenção do seu apoio político torna-se relevante para a estratégia de implantação continental da China. No pressuposto que o objectivo da China é ganhar vantagens comerciais, esta terá maiores benefícios com um entendimento entre todos os países africanos, por forma a construir uma rede sólida de influências, a qual, por sua vez, constitui a base de apoio à expansão empresarial e comercial chinesa.

O interesse da China por Moçambique é manifesto pela regularidade das visitas diplomáticas e de alto nível de parte a parte, assim como pelos acordos bilaterais de cooperação que foram estabelecidos desde a instituição de relações diplomáticas (ver Anexos).

Ao aderir à Política de Uma Só China e declarar apoio à China no âmbito da questão dos direitos humanos¹²¹, Moçambique expressou gestos significativos de cooperação à República Popular da China, a qual mantém, assim, um aliado nos contextos multilaterais e, ao mesmo tempo, consolida a sua posição em termos de projecção regional, concretamente no espaço da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)¹²², da qual Moçambique é membro.

¹²⁰ No contexto deste estudo de caso, entende-se como doadores tradicionais o grupo dos Parceiros de Apoio Programático constituído por 19 Membros (G19): Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Comissão Europeia, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal, Suécia, Suíça, Reino Unido, o Banco Africano de Desenvolvimento e o Banco Mundial. Os PAPs tem como Membros Associados os Estados Unidos e as Nações Unidas.

¹²¹ Sal & Caldeira Advogados e Consultores – **Study of Existing and Emerging Partners in Mozambique**. Maputo. Dezembro, 2007.

¹²² A SADC visa promover o comércio e o investimento regional no sentido da criação de um mercado comum, assim como promover a paz e estabilidade na região. Representa um mercado de mais de 200 milhões de consumidores, ao englobar 15 países localizados no sul de África, entre os quais, os países vizinhos de Moçambique,

No contexto da SADC, Moçambique tem vindo a ganhar importância estratégica na região, enquanto *hub* industrial e portuário das operações de escoamento de matérias-primas do *hinterland*¹²³. Mas, também, pelo seu potencial em tornar-se o principal abastecedor da região de energia hidroeléctrica¹²⁴. A África do Sul necessita da energia moçambicana e conta com os corredores de desenvolvimento, nomeadamente o corredor de Maputo, para escoar mercadorias. No espaço SADC, Moçambique juntamente com Angola, que é o principal fornecedor de petróleo da China, e a África do Sul, que é o segundo maior parceiro comercial da China em África, depois de Angola, completa um eixo de três países que, na região, quer pela localização geoestratégica, quer pelo potencial e dinamismo económicos, podem desempenhar um papel importante na integração dos países do *hinterland*¹²⁵.

4. Função e mecanismos da ajuda chinesa e importância para Moçambique

Moçambique beneficiou em 2001 do cancelamento de uma dívida no valor de cerca de 7, 7 milhões de dólares americanos que deveria ter sido paga até 1999. Um novo perdão foi concedido em Fevereiro de 2007, por ocasião da visita do presidente chinês Hu Jintao a Moçambique, para uma dívida de cerca de 20,8 milhões de dólares americanos (ver Anexos / Quadro 3: Situação da Dívida de Moçambique com a China).

O alívio ou cancelamento da dívida constitui uma modalidade de ajuda a que a China tem recorrido frequentemente, por forma a assegurar a boa vontade e reconhecimento dos governos. Esta é uma forma de assistência externa com relevância, na medida em que, os empréstimos

África do Sul, Suazilândia, Zimbabue, Zâmbia, Tanzânia e Malawi, assim como Angola, Namíbia, Botswana, República Democrática do Congo, Madagáscar, Lesoto, Maurícias e Seychelles.

¹²³ Moçambique beneficia de uma localização geoestratégica privilegiada, que facilita o acesso dos países do *hinterland* ao oceano Índico, e que lhe é conferida pela extensão da sua costa de 2500 quilómetros e existência de portos de águas profundas. São países do *hinterland* a Suazilândia, Botswana, Zimbabue, Zâmbia, Malawi e grande parte do território da própria África do Sul, a qual, desde o período colonial, conta com os portos moçambicanos, nomeadamente o de Maputo, para escoar mercadorias.

¹²⁴ Moçambique reúne condições naturais para a produção de energia, com a construção de barragens hidroeléctricas e centrais termoeléctricas a carvão e gás natural, que são susceptíveis de gerar quantidades suficientes para tornar o país auto-suficiente e abastecer toda a região, podendo constituir parte da solução para o défice de energia que existe na região da África Austral.

¹²⁵ Dilma Esteves defende o papel da SADC enquanto elo de ligação com a América do Sul, na configuração do eixo Sul – Sul, traduzida numa ligação entre China, Índia, África do Sul, Angola, Brasil (a autora não prevê a inclusão de Moçambique), a qual poderia constituir a oportunidade para a China controlar a área que se estende dos oceanos Pacífico ao Atlântico, facilitando as trocas comerciais. In ESTEVES, Dilma – **Relação de Cooperação China – África : Caso de Angola**. Coimbra, Portugal, Edições Almedina, 2008. (Teses de Mestrado), pág. 138 e 139.

concessionais tornaram-se dominantes na ajuda bilateral a países em desenvolvimento, sendo que muitos dos países recipientes, como é o caso de Moçambique, encontram dificuldades para pagar a dívida externa, incluindo empréstimos adquiridos concessionalmente¹²⁶.

Outras formas de assistência externa que a China tem concedido a Moçambique são os donativos, para apoiar projectos de carácter social, humanitário, desenvolvimento de recursos humanos e de emergência, e empréstimo sem juros, destinados a projectos com benefícios sociais, essencialmente alocados para projectos de infra-estruturas¹²⁷.

Tanto os donativos como os empréstimos sem juros, que têm origem nos recursos próprios do governo chinês, têm correspondido a montantes relativamente pequenos, segundo informação providenciada pelas autoridades governamentais moçambicanas¹²⁸. A política da China prevê a concessão de ajuda “na medida das suas capacidades financeiras e da sua situação económica”. O argumento do governo chinês é que a China é, ela mesma, um país em desenvolvimento, pelo que os fluxos de ajuda que disponibiliza não podem ser comparados com os fluxos providenciados pelos países desenvolvidos.

A partir dos anos 90, a China instituiu como modelo de assistência externa os empréstimos com juros relativamente baixos e com um período de maturidade de médio e longo prazos, concedidos por instituições indicadas pelo governo chinês, nomeadamente o ExIm Bank da China. Este tipo de empréstimos aparentam ser mais favoráveis do que os empréstimos comerciais, mas não são tão atractivos quanto a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), tal como é definida e concedida no quadro da OCDE.

Os técnicos moçambicanos aparentam estar conscientes da “concessionalidade relativa” e do risco de sobreendividamento associado ao crédito chinês, tendo manifestado interesse em “melhorar e harmonizar” o financiamento chinês com as condições concessionais que são atribuídas ao governo pelos parceiros tradicionais de cooperação, nomeadamente o Banco

¹²⁶ O conceito de “concessionalidade” designa os empréstimos ou créditos realizados em condições favoráveis. In BURNELL, Peter – **Foreign Aid in a Changing World**, in **The Companion to Development Studies**, Ed. Vandana Desai & Robert B. Potter, 2002, pág.473 – 474.

¹²⁷ Segundo fontes governamentais, entre 1975 e 2007, a RPC concedeu a Moçambique créditos no valor de 47,1 milhões de dólares americanos e foram concedidos ao país cerca de 24,5 milhões de dólares em donativos, alocados aos sectores da educação, saúde e indústria. In **Cooperação entre Moçambique e a China**. Abril, 2008. Acessível no Ministério da Planificação e Desenvolvimento. Direcção de Investimento e Cooperação, Maputo, Moçambique.

¹²⁸ **Relatório da Missão Técnica Multisectorial, Zonas Económicas Especiais – Experiência da China**. Maputo. Junho, 2007. Acessível no Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Maputo, Moçambique, Pág. 13

Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento, por forma a salvaguardar-se a sustentabilidade da dívida¹²⁹.

A opção pelo financiamento chinês surge, geralmente, depois de esgotadas as possibilidades de obtenção de financiamento por parte dos doadores tradicionais. Para que determinado crédito seja aprovado, os doadores tradicionais, regra geral, apoiam-se em estudos de viabilidade económica, social e ambiental, os quais, não sendo favoráveis podem inviabilizar projectos¹³⁰. Nestas circunstâncias, a China surge como fonte alternativa, dado que a intervenção das empresas chinesas não requer a avaliação sobre impactos ambientais aos projectos financiados com créditos da RPC.

Na eventualidade da incapacidade do governo de reembolsar os empréstimos assumidos, Moçambique pode, ainda, recorrer a outras formas de pagamento que permitem a amortização das dívidas em matérias-primas ou recursos naturais ou através da concessão da sua exploração. Por ocasião da visita de Hu Jintao foram realizados novos financiamentos para a área das infra-estruturas, nomeadamente, para o projecto de construção do edifício da Procuradoria-Geral da República e de um estádio nacional, em Maputo. Na mesma ocasião, o governo de Moçambique solicitou financiamento para a construção de um conjunto de projectos considerados de elevado impacto económico e social de curto e longo prazos (ver Anexos / Quadro 3: Situação da Dívida de Moçambique com a China)¹³¹.

¹²⁹ O empréstimo concessional tem um período de maturidade de 20 anos, incluindo cinco de graça, taxa de juro de 2%, taxa de imobilização de 0,35% e taxa de gestão de 0,35% (paga imediatamente após a entrada em efectividade do acordo). Os parceiros tradicionais de cooperação, nomeadamente o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento, oferecem ao governo moçambicano condições concessionais mais favoráveis, isto é, maturidade entre 50 e 40 anos (incluindo 10 de graça) e taxa de juro de 0,75%. In **Relatório da Missão Técnica Multisectorial, Zonas Económicas Especiais – Experiência da China**. Maputo, Junho, 2007. Acessível no Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Maputo, Moçambique, Pág. 14.

¹³⁰ No caso do projecto de Mpanda Nkuwa, o ExIm Bank da China aparenta ser, presentemente, a única alternativa de financiamento do projecto. Inicialmente, o Banco Mundial e o Banco Europeu de Investimento manifestaram interesse em financiar a barragem mas, ambas as instituições, ter-se-ão retirado do projecto em virtude dos resultados de um estudo de viabilidade económica e técnica. Por outro lado, organizações ambientais, nomeadamente, a Justiça Ambiental, baseada em Moçambique, e a organização americana International Rivers, puseram em questão a viabilidade ambiental e social da barragem, alegando a existência de poucos benefícios face às consequências nefastas em termos de impacto nas populações. In DAVIES, Martyn (et al) – **How China Delivers Development Assistance to Africa**. South Africa, Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch, 2008.

¹³¹ Em 2006, o ExIm Bank da China terá expressado interesse em financiar a construção da barragem de Mpanda Nkuwa, no rio Zambeze, no valor estimado de mais de 2,3 mil milhões de dólares americanos, cabendo a construção à companhia chinesa Sino Hydro. Mpanda Nkuwa está na lista de projectos prioritários da NEPAD com o intuito de aumentar a capacidade eléctrica da rede do Sul de África. O governo moçambicano assinou, entretanto, um acordo com uma companhia brasileira Camargo Corrêa e a sua parceira moçambicana Insitec para gerirem o projecto. In DAVIES, Martyn (et al) – **How China Delivers Development Assistance to Africa**. South Africa, Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch, 2008.

5. A estratégia da China no sector da construção em Moçambique

5.1. Oportunidades na área da construção de infra-estruturas em Moçambique

A construção é um ramo de forte rentabilidade, sobretudo, numa economia emergente como é a de Moçambique ainda a recuperar de um longo conflito que deixou a economia e as infra-estruturas do país em ruínas. Em anos recentes, a construção foi a área de negócios que registou maior crescimento e dinamismo, sobretudo, por via da implementação de projectos industriais de escala. O sector deverá continuar a expandir-se com a continuação de obras de reabilitação de estradas e infra-estruturas patrocinados pelos doadores internacionais e com a concretização de investimentos nas áreas das minas, telecomunicações e energia¹³².

No sector da energia, o governo tem procurado atrair investimento para a construção das infra-estruturas, com vista a expandir o potencial hidroeléctrico moçambicano¹³³. Para esta área de desenvolvimento está projectada a expansão da capacidade de produção de Cahora Bassa, com a construção da central norte de Cahora Bassa e a barragem de Mpanda Nkuwa. Estão também previstos outros dois grandes projectos como a construção de uma termoeléctrica a gás em Temane, província de Inhambane, e uma a carvão em Moatize, Tete¹³⁴.

O sector industrial e de transporte ferro-portuário oferece, também, oportunidades de investimento em infra-estruturas, por via da reactivação e expansão dos corredores de desenvolvimento, nomeadamente de Maputo, Beira, Limpopo e Nacala. Os corredores consistem em rotas de transporte e ganham importância devido ao facto de quase metade dos estados-

¹³² Algumas das obras de envergadura no sector de estradas e pontes inauguradas mais recentemente foram as da ponte sobre o rio Zambeze (em 2008), baptizada com o nome do actual presidente da República, Armando Emílio Guebuza, e a ponte sobre o rio Rovuma que liga Moçambique à Tanzânia.

¹³³ Falando aos participantes do seminário sobre “Infra-estruturas em África: o desafio de infra-estruturas em Moçambique”, evento que se realizou em finais de 2009, em Maputo, o Ministro da Energia, Salvador Namburete, reiterou que a política do Governo é atrair cada vez mais investimento para o sector de energia. In *Jornal Notícias*. Maputo. Moçambique - **Barragens e centrais termoeléctricas : Há potencial para abastecer a região** (Em linha). 23 Nov. 2009 (Consult 24 Nov. 2009).

Disponível em <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/922297/20091123>

¹³⁴ Com a passagem em Novembro de 2007 do controlo e gestão da Barragem Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) para Moçambique o país ganhou uma importância estratégica acrescida em termos regionais (Moçambique detém actualmente 85% das acções da HCB, enquanto Portugal passou a uma posição minoritária com 15% das acções). Cahora Bassa é a maior hidroeléctrica da África Austral e esta região é carente em termos energéticos. A África do Sul é o grande consumidor da energia moçambicana, Cahora Bassa tem uma capacidade de 2.075 megawatts, dos quais 1.500 são vendidos à África do Sul, 200 ao Zimbabwe e o restante é consumido internamente. Estão previstas exportações também para o Malawi, além de outros países da região.

membros da SADC se localizarem no interior e requererem ligações regionais eficientes para terem acesso ao mar. Em Moçambique, o desenvolvimento e expansão do sistema de transportes, assim como dos portos marítimos constitui uma oportunidade para as empresas chinesas se afirmarem no terreno com a construção das infra-estruturas nos segmentos urbano, comercial e industrial. Com estas construções, Moçambique poderia reforçar o seu potencial enquanto centro de operações de transportes para toda a África Austral, podendo a China, simultaneamente, beneficiar com a facilitação no acesso aos mercados dos países do *hinterland* e no escoamento de matérias-primas¹³⁵.

A presença das empresas chinesas na construção começou a ser notória e, conseqüentemente, foi objecto de diversos estudos e relatórios, sobretudo, a partir de 2006. O estudo da Sal & Caldeira Advogados e Consultores, patrocinado pela Embaixada da Noruega, refere, em finais de 2007, que o sector em que as empresas chinesas se estavam a distinguir em Moçambique era o da construção¹³⁶. Na altura da publicação daquele relatório, as firmas chinesas estavam à frente das obras em mais de um terço das estradas do país¹³⁷ e lideravam cerca de 12 projectos de reabilitação da rede urbana de saneamento e de abastecimento de água nas cidades de Maputo, Beira e Quelimane, no valor de cerca de 80 milhões de dólares americanos. Estes factos haviam sido constatados num estudo realizado por Emmy Bosten, que se referiu ao envolvimento que as empresas chinesas estavam a registar no sector da construção como “o princípio de uma colaboração de longo termo de âmbito mais amplo entre os dois países”¹³⁸.

¹³⁵ Uma outra oportunidade de investimento a nível industrial e portuário passaria pela implementação de uma Zona Franca Industrial (ZFI) em Nacala (Província de Nampula) e na Catembe (Província de Maputo), para as quais foram realizados estudos de viabilidade. A ZFI em Nacala, seria parte de uma estratégia para a criação de uma Zona Económica Especial (ZEE), à semelhança da experiência da China. As ZEE têm como pressuposto beneficiar de políticas favoráveis que visam atrair o investimento estrangeiro para a realização de actividades produtivas. O estudo de viabilidade, no entanto, concluiu que era necessário volume elevados de investimento para a implementação dos projectos e o programas ficaram adiados. Tratam-se de custos demasiado altos para se qualificarem como donativos, pelo que atrair investimento directo estrangeiro pode vir a constituir a opção mais realista.

¹³⁶ Sal & Caldeira Advogados e Consultores – **Study of Existing and Emerging Partners in Mozambique**. Maputo. Dezembro, 2007, pág. 19

¹³⁷ A empresa chinesa *China Henan International Cooperation Group (CHICO)* executou um troço de 153 quilómetros de estrada, entre Muxungue (Sofala) e Inchope (Manica), que permitiu concluir uma extensão asfaltada contínua de estrada, facilitando as ligações entre o sul, centro e norte do país. In **Informação dos Projectos com intervenção de Empreiteiros Chineses**. Acessível em Administração Nacional de Estradas (ANE), Maputo, Moçambique e CARRIÇO, Alexandre – **A Cooperação Sino-Moçambicana: Três Vertentes Operativas**. In Nação e Defesa, n° 119, Primavera 2008, 3ª Série, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, pág. 82 - 83

¹³⁸ BOSTEN, Emmy – **China's Engagement in the Construction Industry of Southern Africa: the case of Mozambique**. In WORKSHOP ASIAN AND OTHER DRIVERS OF GLOBAL CHANGE, 19 – 21, Janeiro, St. Petersburgo, Russia, 2006, *Ob. Cit.*, pág. 10

5.2. O mecanismo operativo da China no sector da construção

A China teve que delinear uma estratégia adequada à conjuntura do mercado moçambicano, de maneira a que as suas empresas pudessem ser bem sucedidas. O sector da construção moçambicano caracteriza-se pela presença de empresas ocidentais e sul-africanas, fortemente implantadas no terreno em resultado de uma longa relação que remonta ao período colonial.

A estratégia chinesa tinha por base cultivar influências junto do governo moçambicano e tirar partido das vantagens económicas comparativas da China, que lhe permite oferecer preços altamente competitivos conseguidos com base em mão-de-obra qualificada de baixo custo, redução nos custos de gestão, disponibilidade de capital através dos bancos estatais chineses e acesso a matérias-primas a custos mínimos, através de cadeias de fornecimento a partir da China¹³⁹.

Os projectos de infra-estruturas financiados pelo governo chinês através de empréstimos ou ajuda financeira aos países em desenvolvimento proporcionaram as circunstâncias para as empresas chinesas entrarem e se estabelecerem no país¹⁴⁰. A este processo seguiu-se a participação em projectos ganhos em concursos internacionais¹⁴¹, projectos financiados por empréstimos do Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, e outras instituições; projectos obtidos através de acordos governamentais de comércio bilateral; projectos obtidos através de clientes locais; e projectos obtidos através de representações locais de empresas chinesas.

¹³⁹ ALDEN, Chris e DAVIES, Martyn – **A Profile of the Operations of Chinese Multinationals in Africa**(Em linha). South Africa: South African Journal of International Affairs, Vol. 13, Issue 1, Summer / August 2006. (Consult. 16 Dez. 2009). Disponível em <http://www.ccs.org.za/downloads/Alden%20and%20Davies%20-%20SAIIA%20-%20Vol.%2013.1.pdf>

¹⁴⁰ São exemplo de algumas dessas obras a reabilitação da Assembleia da República, a construção do Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, do edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e do Bairro Militar e projectos de abastecimento de água e reabilitação de furos de água (ver Anexos / Quadro 3: Situação da Dívida de Moçambique com a China)

¹⁴¹ Desde o início da reconstrução de Moçambique, que só acelerou no final dos anos 90, as empresas chinesas quase não participaram em grandes projectos, devido às restrições na participação nos concursos públicos. Essas restrições têm a ver com o facto de muitos projectos com financiamento proveniente dos doadores tradicionais reservarem a participação nos concursos a empresas originárias dos países doadores. É exemplo dessa situação a construção da ponte sobre o rio Zambeze, construída com fundos da União Europeia (UE), Itália e Suécia e, para cuja obra, apenas empresas originárias dos estados-membros da UE puderam participar no concurso público. In BOSTEN, Emmy – **China's Engagement in the Construction Industry of Southern Africa: the case of Mozambique**. In WORKSHOP ASIAN AND OTHER DRIVERS OF GLOBAL CHANGE, 19 – 21, Janeiro, St. Petersburg, Russia, 2006. Acessível em Fundo Monetário Internacional (FMI), Maputo, Moçambique. Pág. 4

Uma vez estabelecidas localmente, as empresas chinesas tornam-se investidoras no mercado da construção civil, concorrendo a projectos financiados com investimento directo estrangeiro e alargando a sua actividade para outros sectores, não só em Moçambique mas, também, a nível da região¹⁴².

Neste processo, a embaixada da República Popular da China em Maputo tem desempenhado um papel fundamental como intermediária na divulgação de oportunidades de negócio para as empresas de construção civil da China. Alexandre Carriço explica que, mesmo quando a construção de infra-estruturas não resulta de empréstimos por parte da China, mas sim de outras entidades internacionais ou governamentais moçambicanas, “o pessoal diplomático chinês transmite para a China toda a informação relativa aos requisitos associados ao concurso público de adjudicação das obras, sendo as propostas das empresas chinesas entregues, também, pela via diplomática”¹⁴³.

A execução das obras com financiamento do ExIm Bank da China têm como requisito que a obra a que se destina o empréstimo seja outorgada a empresas chinesas, pelo que o governo chinês abre concursos na China limitado à participação de firmas chinesas¹⁴⁴. As empresas vencedoras, por sua vez, importam da China a maior parte dos recursos para a construção, incluindo materiais, equipamento e mão-de-obra¹⁴⁵.

Esta política de “ligar” os empréstimos à aquisição de equipamentos e materiais no país de origem do referido crédito é semelhante à prática dos doadores tradicionais e facilita às empresas envolvidas a sua entrada no mercado local, onde depois de instaladas, podem candidatar-se a contratos comerciais¹⁴⁶.

¹⁴² Grande parte das empresas presentes em Moçambique já tem alguma implantação e experiência no continente africano e têm necessidade de continuar a expandir-se na região, é o caso da *Anhui Foreign Construction Group (AFFEC)*, *China Metallurgical Construction Corporation (MCC)*, *China Geo-Engineering Corporation*, *China Henan International Cooperation Group (CHICO)* e a *Sinohydro*.

¹⁴³ CARRIÇO, Alexandre – **A Cooperação Sino-Moçambicana: Três Vertentes Operativas**. In Nação e Defesa, n.º 119, Primavera 2008, 3ª Série, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa. Pág. 82 - 83

¹⁴⁴ DAVIES, Martyn (et al) – **How China Delivers Development Assistance to Africa**. South Africa, Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch, 2008, pág. 19

¹⁴⁵ Os requisitos para a atribuição dos empréstimos pressupõem que estes estejam associados ou “ligados” à aquisição na China de materiais, equipamento, tecnologia e serviços no valor não inferior a 50% do contrato. A mão-de-obra pode vir também associada para colmatar a falta de técnicos qualificados nos países em desenvolvimento. Quando há prazos curtos a cumprir, os empreiteiros optam por contratar mão-de-obra chinesa, a fim de assegurar o cumprimento a entrega da obra dentro dos prazos e do orçamento previsto.

¹⁴⁶ Ajuda ligada refere-se à exigência do doador que subsídios, doações ou empréstimos sejam utilizados para adquirir bens e serviços no país do doador. Nestes casos, os empresários tentam obter a maior parcela possível de encomendas associadas a ajuda ligada, não apenas para aumentar a venda de bens e serviços mas, também, com o objectivo de ganhar acesso a mercados nos países recipientes, através da participação em projectos de

Os concursos públicos lançados pelas autoridades moçambicanas, que são, geralmente, abertos a qualquer candidato, têm constituído uma oportunidade para a participação dos empreiteiros chineses, que tendem a ser bem sucedidos. A qualidade das obras, o cumprimento dos prazos estipulados e os preços baixos altamente competitivos (cerca de 25% ou 50% abaixo do mercado¹⁴⁷) são as principais razões apresentadas pelas autoridades governamentais moçambicanas para darem preferência a empreiteiros chineses, em prejuízo das empresas moçambicanas, portuguesas e sul-africanas instaladas há décadas no país.

Apesar de haver ainda diversos projectos na área das infra-estruturas aos quais os empreiteiros chineses não têm acesso, devido a restrições impostas pelos financiadores, as empresas chinesas estão a ganhar terreno nos segmentos de mercado mais especializados e que têm sido negligenciados pelas outras empresas estrangeiras. Através de concursos públicos lançados pelas autoridades moçambicanas, os empreiteiros chineses estão a expandir a sua participação ao sector da construção de estradas e pontes e reabilitação de sistemas urbanos de distribuição de água e saneamento básico¹⁴⁸.

Esta presença chinesa na área da construção e a sua agressividade em termos de preços está a retirar negócio às empresas europeias e sul-africanas mas representa maiores riscos para as empresas de construção moçambicanas. As empresas chinesas estão a concorrer no segmento das pequenas obras, área que estava tradicionalmente a cargo das empresas nacionais, cuja dimensão, regra geral, não permite competir no segmento das grandes obras.

Em Moçambique, o envolvimento das empresas chinesas no mercado local da construção encorajou o investimento privado chinês essencialmente nos sectores da construção, agricultura e agro-indústria, pescas e florestas (extracção de madeira)¹⁴⁹. Esta é, aliás, uma tendência

desenvolvimento. In DEGNBOL – MARTINUSSEN, John; ENGBERG – PEDERSEN, Poul – **Aid: Understanding International Development Cooperation**, 2003, pág. 7 – 24.

¹⁴⁷ Informação obtida a partir de diversas fontes, incluindo entrevista com o responsável pela maior empresa moçambicana na área da construção, a CETA, em Maputo, Moçambique.

¹⁴⁸ Segundo a Administração Nacional de Estradas (ANE) de Moçambique, a participação de empresas chinesas nos concursos públicos tem sido constante desde 2003, oferecendo contrapartidas melhores que as concorrentes europeias e sul-africanas, tais como, qualidade a preços mais baixos. A ANE informou em 2008 que foram empresas chinesas quem ganharam os concursos para a construção da ponte sobre o rio Rovuma, ligando Moçambique à Tanzânia (*China Geo – Engineering Corporation*), e para a reconstrução da ponte sobre o rio Incomati, na Moamba, Província de Maputo (*China Henan International Cooperation Group – CHICO CO. Ltd.* Esta empresa foi também quem ganhou a construção do troço da estrada N1 entre Muxungue e Inchope, na província de Inhambane). In Administração Nacional de Estradas – **Informação dos Projectos com intervenção de Empreiteiros Chineses**. Acessível em Administração Nacional de Estradas (ANE), Maputo, Moçambique.

¹⁴⁹ Um dos projectos de 2005 com maior volume de investimento, no valor de 5,5 milhões de dólares americanos, foi realizado no sector da agricultura, pela CGOG África (China Grains & Oil Group Corporation). Trata-se de uma

consonante com o que está a acontecer no resto de África. A expansão da ajuda económica chinesa na região, concentrada sobretudo em infra-estrutura financiada com empréstimos atribuídos pelo ExIm Bank da China, foi acompanhado por um fluxo de empresas chinesas e de trabalhadores que se instalaram em África, fenómeno que conduziu ao crescimento do comércio bilateral e do investimento.

6. O objectivo da China em aceder a recursos como a madeira

A madeira é um dos produtos mais exportados¹⁵⁰, sendo que a maior parte dos recursos florestais extraídos no país (88%) tem como destino a China, o que coloca Moçambique entre os seus maiores fornecedores de madeiras tropicais em África¹⁵¹.

Moçambique é um país com forte potencial de extracção de madeira, a floresta produtiva do país cobre cerca de 20 milhões de hectares, ou seja 25% da superfície territorial do país¹⁵². O norte do país reúne um grande potencial em recursos naturais e é nessa zona que se concentra a actividade de corte e comercialização de madeira. As províncias de Sofala, Zambézia e Cabo Delgado são as que têm registado um crescimento na actividade da silvicultura, traduzido no aumento do número de licenças para exploração florestal de espécies nativas¹⁵³. Estas províncias são, também, regiões de grande potencial de espécies florestais de valor madeireiro como a Panga

empresa estatal chinesa que está a desenvolver um projecto no sector da agricultura e agro-indústria em Sofala, Nhamatanda, O projecto consiste numa fábrica de processamento de soja, construída por uma outra empresa de construção chinesa, a Sogecoa. Este projecto seria o primeiro de vários, enquadrado num programa de produção em escala de soja. Em 2007, o maior investimento foi de 45 milhões de dólares americanos da empresa chinesa constituída em Maputo, com o nome de “Africa Great Wall Cement Manufacturer”, com o objectivo de produzir e comercializar cimento e outros produtos associados no mercado interno e externo. In Centro de Promoção de Investimentos de Moçambique – **Projectos Autorizados no ano de 2007**. Acessível em Maputo, Moçambique.

¹⁵⁰ Em 2008 e 2009 as principais exportações com peso na balança de pagamentos foram o alumínio, a energia eléctrica, o gás, o minério Ilmenite, tabaco, açúcar, madeira, algodão, camarão e castanha de caju. In IPEX – **Estatística de Comércio Externo 2010**. (Em linha) 2010. (Consult. 10 Jun 2010). Instituto para a Promoção de Exportações, Maputo, Moçambique. Disponível em <http://www.ipex.gov.mz>.

¹⁵¹ CANBY, K. (et al) – **Forest Products Trade Between China & Africa: An Analysis of Imports and Exports**. (Em linha). Forest Trends & Global Timber, 2007. Consul. 10 Jan. 2010). Disponível em: <http://www.forest-trends.org/documents/publications/ChinaAfricaTrade.pdf>, pág. 27.

¹⁵² BOSSEL, Antoine and NORFOLK, Simon – **Global Forest Product Chains – A Mozambique case study identifying challenges and opportunities for China through a wood commodity chain sustainability analysis**. Terra Firma, May 2007, Maputo, Mozambique.

¹⁵³ Balanço do Plano Económico e Social 2006. Maputo. (Em linha). (Consult. 20 Jun. 2008). Disponível em http://www.pap.org.mz/downloads/balanco_do_pes_06.pdf e Balanço do Plano Económico e Social 2008. Maputo. (Consult. 24 Nov. 2009). Disponível em http://www.pap.org.mz/downloads/balanco_pes_2008_versao_ar.pdf

Panga ou Jambirre (*millettia stuhlmannii*) e a Chanfuta (*afzelia quanzensis*), muito utilizadas para o fabrico de soalhos, mobiliário e construção em geral¹⁵⁴.

A madeira moçambicana ganha relevância no contexto do forte crescimento económico da China e da redução da sua actividade de extracção de madeira a nível doméstico, sobretudo a partir do início dos anos 90¹⁵⁵. A China é o maior importador do mundo de madeira, a qual é adquirida, essencialmente, em estado bruto para transformação nas indústrias chinesas (de construção, mobiliário, papel e outras) e venda no mercado doméstico chinês ou para reexportação para a Europa, EUA e Japão a baixos custos de importação, sustentando a dinâmica de crescimento económico da China.

Apesar da procura chinesa estar a impulsionar o comércio externo moçambicano com resultados positivos em termos de volume global de exportações, a madeira é exportada, sobretudo, em toros não processados. Este tipo de exportação não promove as capacidades industriais locais, nem a criação de empregos ou o desenvolvimento das comunidades rurais e tem poucos resultados em termos de melhoria do bem estar das populações, uma vez que transfere a maior parte das vantagens de um país pobre como é Moçambique para a China que torna-se o país principal beneficiário deste processo.

O aumento da procura e das exportações de produtos florestais está a aumentar a pressão sobre os sistemas de gestão florestal e redes de controlo e de fiscalização do abate e comércio de madeira, com consequências no aumento do corte e comercialização ilegal e insustentável, perda de biodiversidade e abuso dos direitos das comunidades que dependem das florestas¹⁵⁶.

¹⁵⁴ Apenas sete espécies, incluindo pau ferro, (*Swartzia madagascariensis*), pau preto (*Dalbergia melanoxylon*), umbila (*Pterocarpus angolensis*), chanfuta (*Afzelia quanzensis*), mondzo (*Combretum imberbe*), jambirre (*Milletia stuhlmannii*) e muaga (*Pericopsis angolensis*), são actualmente comerciáveis internacionalmente. In MACKENZIE, Catherine – **Administração da Floresta na Zambézia, Moçambique: Um Take-Away Chinês!**. (Em linha). Relatório Final para Fongosa, Abril 2006. (Consult. 3 Jan 2010). Disponível em <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/pics/d72157.pdf>, pág. 15

¹⁵⁵ Em resultado da instituição pela China de um embargo ao corte das suas próprias florestas nacionais em 1998, a produção de madeira doméstica reduziu-se a metade, de 80 milhões metros cúbicos por ano para 40 milhões de metros cúbicos. Em 2002 o défice estimou-se em 60 milhões metros cúbicos. Para responder a essa procura, a China tornou-se no maior importador de madeira do mundo. O principal interesse da China é em toros, ou seja madeira não processada, que é depois transformada e vendida sob a forma de produtos de baixo custo. In MACKENZIE, Catherine – **Administração da Floresta na Zambézia, Moçambique: Um Take-Away Chinês!**. (Em linha). Relatório Final para Fongosa, Abril 2006. (Consult. 3 Jan 2010). Disponível em <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/pics/d72157.pdf>. Pág. 23

¹⁵⁶ CANBY, K. (et al) – **Forest Products Trade Between China & Africa: An Analysis of Imports and Exports**. (Em linha). Forest Trends & Global Timber, 2007. Consul. 10 Jan. 2010). Disponível em: <http://www.forest-trends.org/documents/publications/ChinaAfricaTrade.pdf>,

O governo de Moçambique subscreveu uma vasta gama de políticas e de programas para apoiar os desígnios nacionais para um desenvolvimento económico sustentável e o alívio da pobreza¹⁵⁷. No entanto, e apesar de existir legislação que salvaguarda a exploração racional e equilibrada daquele recurso, a sustentabilidade da actividade a longo prazo está em risco, devido às práticas florestais ilegais¹⁵⁸. Situações de extracção ilegal e corte indiscriminado de madeira foram denunciadas por Organizações Não-Governamentais ambientais moçambicanas, nomeadamente a Terra Firma e a Justiça Ambiental, e documentadas no relatório produzido por Catherine Mackenzie, amplamente difundido na comunicação social moçambicana, no qual se afirma que o problema está na “falta de vontade política” em fazer cumprir os compromissos legais assumidos e na “existência de conflito de interesses entre as responsabilidades públicas e os interesses privados” de alguns “funcionários dos serviços provinciais” com a conivência de “membros superiores de partidos políticos”¹⁵⁹.

O aumento do número de licenças simples atribuídas a pequenos operadores moçambicanos para exploração florestal de espécies nativas não garante uma exploração responsável. Pelo contrário, estes pequenos operadores moçambicanos, que são supostamente financiados por exportadores asiáticos que lhes financiam o equipamento de corte e lhes compram os toros, tornaram-se tão numerosos e difíceis de controlar que passaram a constituir um problema em termos de corte indiscriminado de madeira. Como não há fiscalização sobre os volumes derrubados por estes pequenos operadores, eles podem extrair quatro a cinco vezes acima do limite da sua quota, conforme as solicitações da procura¹⁶⁰.

A exportação de toros é ilegal no contexto dos regulamentos moçambicanos de 2002, que prevê que as principais espécies comerciais devem ser processadas antes de serem exportadas. Segundo Alexandre Carriço, “estima-se que entre 50 a 70 por cento da produção anual do país

¹⁵⁷ O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), o Programa Nacional da Agricultura (PROAGRI, fases I e II), e a política, lei e regulamentos para a floresta e a fauna bravia, formulados entre 1999 e 2002, estabelecem o requisito de uma gestão da floresta sustentável e o desenvolvimento de indústrias florestais para combater a pobreza rural. Em 2003, Moçambique assinou a Declaração Ministerial Yaounde sobre a Imposição da Lei e Governação da Floresta Africana (AFLEG), comprometendo-se, internacionalmente, a lutar contra o corte ilegal de toros, a caça e o comércio ilegais e a corrupção, e a promover uma administração sadia da floresta.

¹⁵⁸ BOSSEL, Antoine and NORFOLK, Simon – **Global Forest Product Chains – A Mozambique case study identifying challenges and opportunities for China through a wood commodity chain sustainability analysis**. Terra Firma, May 2007. Maputo. Mozambique, pág. ii

¹⁵⁹ MACKENZIE, Catherine – **Administração da Floresta na Zambézia, Moçambique: Um Take-Away Chinês!**. (Em linha). Relatório Final para Fongosa, Abril 2006. (Consult. 3 Jan 2010). Disponível em <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/pics/d72157.pdf>, pág. 10.

¹⁶⁰ Idem, pág. 11.

seja feita através do corte ilegal, o que pode perfazer cerca de 180 a 200 mil metros cúbicos por ano, que valerão entre 25 a 30 milhões de dólares e representarão uma perda de impostos para o estado da ordem dos três a cinco milhões de dólares”¹⁶¹.

Caso esta actividade extractiva continue, empregando métodos de corte não profissionais, de uma forma que desperdiça os recursos ao invés do equilíbrio com a produtividade da floresta e torna a actividade insustentável a longo prazo, é possível que, alerta Catherine Mackenzie, a este ritmo, dentro de cinco a dez anos, os recursos madeireiros moçambicanos estejam esgotados, com consequências catastróficas para as comunidades locais¹⁶².

7. A importância para a China do sector agrícola Moçambicano

Moçambique dispõe na agricultura de um grande potencial económico¹⁶³ e este é o sector estabelecido pela cooperação chinesa como uma das prioridades, a par com o desenvolvimento de infra-estruturas. Ambos países acordaram designar como acções prementes a formação de técnicos agrónomos e a cooperação técnica e transferência de tecnologia¹⁶⁴.

Moçambique tem a expectativa de beneficiar com o conhecimento técnico chinês e promover a pesquisa e investigação com vista a aumentar a produção nacional de arroz, de forma a suprir o défice alimentar existente no país, garantir as necessidades nutritivas da população e, numa perspectiva mais ambiciosa, assegurar a exportação do excedente, fornecendo o mercado doméstico chinês, com efeitos benéficos em termos de balança de pagamentos. A actuação da China em países vizinhos como a Zâmbia (onde desenvolve projectos de produção agrícola intensiva)¹⁶⁵, assim como o seu posicionamento em termos de prioridades de cooperação em Moçambique, demonstram que a China está a agir no sentido de encontrar oportunidades para expandir a sua actividade no sector agrícola moçambicano.

¹⁶¹ CARRIÇO, Alexandre – **A Cooperação Sino-Moçambicana: Três Vertentes Operativas**. In Nação e Defesa, n.º 119, Primavera 2008, 3ª Série, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa. Pág. 88.

¹⁶² *Ibidem*.

¹⁶³ A agricultura continua a ser a actividade com maior peso na economia tanto a nível nacional como regional, constituindo a base de sustento da maioria da população moçambicana. O crescimento no sector da agricultura tem sido impulsionado, sobretudo, pelo tabaco e cana-de-açúcar e, em menor escala, pela castanha de caju.

¹⁶⁴ Hu Jintao inaugurou em 2007 o primeiro projecto-piloto da China para a cooperação em tecnologia agrária no Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM).

¹⁶⁵ MICHEL, Serge & BEURET, Michel – **O Safari Chinês: Pequim à Conquista do Continente Negro**, 2009, Publicações Dom Quixote, Alfragide, Portugal.

A China é o país mais populoso do mundo que, por efeito da pressão demográfica, do crescimento industrial, da expansão das suas cidades e conseqüente aumento da poluição, tem tendência a ver a respectiva superfície de terra arável a reduzir-se, com prováveis conseqüências na sua capacidade para manter os níveis de produção agrícola, que fazem deste país o maior produtor de cereais (arroz e trigo), vegetais, fruta, carne e algodão. Tal como aconteceu com a actividade florestal, cujo embargo ao corte de árvores desencadeou o processo de internacionalização da China neste sector e elevou-a ao estatuto de país maior importador de madeira do mundo, a tendência é que a China venha, também, a importar cada vez mais produtos agrícolas, a fim de garantir a segurança alimentar da sua população.

É neste contexto que Moçambique ganha relevância para a China. A agricultura é um dos sectores que tem beneficiado da expansão empresarial chinesa em Moçambique, com empresas chinesas a marcar presença com o apoio de investimento privado chinês. Foi neste contexto que uma parceria entre empresas moçambicanas, macaenses e portuguesas¹⁶⁶, foi estabelecida em 2005 com vista a prospecção, detecção e recenseamento do potencial económico dos recursos naturais e angariação de capital para o desenvolvimento da região do Vale do Zambeze. O objectivo da parceria era a mobilização na China de uma linha de crédito em termos concessionais, para a aquisição de equipamentos e serviços que, através do Gabinete para o Desenvolvimento do Vale do Zambeze (GPZ), deveria beneficiar agricultores e empresário dos sectores agrícola e agro-industrial nas quatro províncias do vale do Zambeze.

O Vale do Zambeze é uma das zonas consideradas de interesse para o investimento chinês pelo seu elevado potencial económico. A região inclui uma área de 225 mil quilómetros quadrados (22,5 milhões de hectares) ou 27,7% da superfície de Moçambique, com 52% dos recursos hídricos do país, que cobre quatro províncias Tete, Zambézia, Sofala e Manica¹⁶⁷.

¹⁶⁶ Esta parceria é constituído pela Geocapital, consórcio sediado em Macau e detido maioritariamente pelo empresário macaense Stanley Ho; a SOGIR (Sociedade de Gestão Integrada de Recursos), ligada aos interesses comerciais do GPZ, e a Mozacapital, que é uma sociedade financeira formada por investidores moçambicanos, que inaugurou em Junho de 2008 um banco privado de investimento, o Moza Banco (51% da Mozacapital e 49% da Geocapital), vocacionado para actuar na área do investimento e oferecer serviços especializados de corporate (empresas) e private banking (gestão de activos), nos sectores agro-florestal, recursos naturais (mineração e turismo), telecomunicações, imobiliário, construção de infra-estrutura comercial e energia. In Sal & Caldeira Advogados e Consultores – **Study of Existing and Emerging Partners in Mozambique**. Maputo. Dezembro, 2007, pág. 18 e actualizado a partir de outras fontes.

¹⁶⁷ O vale do Zambeze recebeu em 2006 a visita de uma delegação de diversas empresas chinesas, comitiva esta que foi chefiada por um representante do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. O organismo, sediado em Macau, funcionou como facilitador entre os interesses do consórcio moçambicano e macaense e companhias chinesas com actividades em áreas de negócios como a construção,

Conforme informação disponibilizada pelo Gabinete para o Desenvolvimento do Vale do Zambeze (GPZ)¹⁶⁸, criado em 1995 pelo Conselho de Ministros, com funções de planificação, promoção, direcção, coordenação e supervisão do desenvolvimento da região, esta zona dispõe da maior reserva de água da África Austral, onde se inclui a barragem de Cahora Bassa, tem potencial para a produção de energia hidroeléctrica para toda a região e capacidade de irrigação de uma vasta zona de grande potencial agrícola, com tradição na produção de arroz e algodão, e onde foram identificados cinco e meio milhões de hectares para a agricultura intensiva de regadio, pastorícia, silvicultura e florestas. Possui reservas florestais nativas importantes como a Umbila (*Pterocarpus angolensis*) e a Umbaua (*Khaya nyasica*). A este potencial agrícola alia-se a riqueza em recursos minerais, como o carvão de Moatize, em Tete.

Neste contexto de múltiplas oportunidades que o Vale do Zambeze oferece em termos de construção de infra-estruturas na região e de exploração agrícola e florestal, há igualmente indícios de que a China poderia ter interesse em expandir algum do seu excedente demográfico para Moçambique, plano que, a concretizar-se, constituiria a expressão mais evidente do carácter de longo prazo da estratégia da China para África.

O relatório da Sal & Caldeira menciona a assinatura de um memorando de entendimento entre Pequim e Maputo para a criação de projectos agrícolas de envergadura no vale do rio Zambeze e, ao abrigo desse memorando, “20 mil colonos chineses poderiam deslocar-se para o vale para gerirem quintas de média e grande escala destinadas a fornecer o mais que nunca necessitado mercado chinês”¹⁶⁹. Alexandre Carriço, por sua vez, refere que o investimento realizado por parte do consórcio macaense visa “viabilizar a colonização do Vale do Zambeze onde é suposto vir a instalar-se uma ampla comunidade chinesa que alimentará de mão de obra outros interesses que Stanley Ho (empresário de Macau) tem estado a projectar na região Centro de Moçambique”¹⁷⁰.

engenharia e tecnologia agro-industrial, o que confirma que entre as prioridades da cooperação chinesa, a par com a actividade na agricultura, está a construção de grandes projectos de infra-estrutura enquanto objectivos centrais da presença da China em Moçambique.

¹⁶⁸ Informação obtida no sítio electrónico do GPZ – Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze. (Em linha). Moçambique, (Consult. 10 Jan. 2010). Disponível em <http://www.gpz.gov.mz/>

¹⁶⁹ Sal & Caldeira Advogados e Consultores – **Study of Existing and Emerging Partners in Mozambique**. Maputo. Dezembro, 2007, *Ob. Cit.*, Pág. 20

¹⁷⁰ CARRIÇO, Alexandre – **A Cooperação Sino-Moçambicana: Três Vertentes Operativas**. In Nação e Defesa, nº 119, Primavera 2008, 3ª Série, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa. Pág. 74 e Macua.blogs - Stanley Ho no banco de Desenvolvimento e Comércio (Em Linha). 11 Jul. 2006. (Consult. 12 Nov. 2009). Disponível em http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2006/07/stanley_ho_no_b.html.

Até à data, não houve outras fontes que confirmassem a existência de um acordo naquele sentido, nem houve acesso a informações que pudessem certificar a concretização do projecto de colonização do vale do Zambeze. No entanto, esta possibilidade de associar a produção agrícola à migração chinesa, por via do envio de agricultores chineses para trabalhar em projectos agrícolas em Moçambique já foi abordada. Segundo Serge Michel e Michel Beuret, para os dirigentes chineses, incluindo o presidente Hu Jintao, a emigração tornou-se “uma parte da solução para reduzir a pressão demográfica, o sobreaquecimento económico e a poluição” de que padece o país mais populoso do mundo¹⁷¹.

¹⁷¹ MICHEL, Serge & BEURET, Michel – **O Safari Chinês: Pequim à Conquista do Continente Negro**, 2009, Publicações Dom Quixote, Alfragide, Portugal. *Ob. Cit.* p17.

CONCLUSÃO

Perspectivas do modelo de cooperação da China para África: oportunidades e riscos

A necessidade da China de continuar a fazer prosperar o seu modelo de economia assente numa indústria de mão-de-obra intensiva e orientado para a exportação de bens de baixo valor acrescentado tem impulsionado a sua estratégia de integração e de expansão na economia mundial. Esta urgência de crescimento teve, inicialmente, como prioridade o acesso aos grandes mercados mundiais da Europa, dos Estados Unidos e do Japão, onde a China conquistou espaço em resultado da alta competitividade dos seus produtos de baixo custo, como vestuário, calçado, mobiliário, artigos de plástico e equipamento electrónico.

A China é um país rico em matérias-primas, no entanto, a continuidade do seu crescimento económico depende do acesso a recursos para além das reservas domésticas de que disponibiliza. Por outro lado, o país mais populoso do mundo carece de encontrar fontes alternativas de abastecimento de produtos agrícolas, de modo a fornecer o seu mercado doméstico. A África Subsaariana, onde se inclui Moçambique, disponibiliza de recursos hídricos e extensões consideráveis de terreno fértil para a agricultura.

Neste contexto, o envolvimento da China com o mercado africano de recursos naturais e de matérias-primas e, conseqüentemente, o reforço das relações entre China e África é uma tendência com perspectivas de continuar a desenvolver-se no médio e longo prazos. A China precisa de ter uma posição de relevo no acesso aos recursos minerais, florestais, agrícolas e piscatórios dos países africanos para sustentar a sua indústria, alimentar a sua população, continuar a aumentar os volumes de exportação e afirmar-se nos mercados internacionais. Para este efeito, a China necessita de manter e aprofundar laços económicos, políticos e culturais com os países africanos.

A existência de interesses convergentes e necessidades complementares impulsionam o crescimento das ligações económicas entre a China e África. A China, por um lado, exporta produtos baratos que são acessíveis ao baixo poder de compra dos africanos, mas cuja produção cria uma forte procura de matérias-primas. O país asiático disponibiliza de tecnologia, conhecimento, capital e experiência de mercado e precisa de expandir-se e diversificar mercados, por forma a afirmar-se no mercado internacional, nomeadamente do sector da construção civil.

Os países africanos, por sua vez, são ricos em recursos, mas encontram entre os seus maiores desafios de desenvolvimento um défice de infra-estrutura, cuja falta representa uma restrição para a completa realização do seu potencial de exportação de matérias-primas.

Esta complementaridade de necessidades e de interesses reflecte-se, sobretudo, no papel emergente da China enquanto financiador de infra-estruturas em África. O reforço das relações entre o continente africano e a China permite continuar a criar oportunidades de negócio para as empresas chinesas, especialmente as ligadas à construção e à indústria extractiva. Estas empresas, financiadas por empréstimos subsidiados pelo governo chinês, no quadro da estratégia chinesa de expansão global, vão cada vez mais poder estabelecer-se, crescer e ganhar dimensão mundial.

A convergência de interesses revela-se, igualmente, em termos políticos. África é um aliado crucial para a China em contextos multilaterais internacionais como a ONU. Os países africanos, por sua vez, têm igualmente vantagens em sustentar relações políticas amigáveis com a China, de modo a beneficiarem da sua influência enquanto membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Os países africanos, os quais representam mais de um quarto dos votos na Assembleia Geral das Nações Unidas, têm constituído a base de apoio da China na organização, sendo que, tanto a China como alguns países africanos (como é o caso do Sudão), têm manifestado apoio mútuo, nomeadamente, quando estão em causa questões relacionadas com a violação de direitos humanos.

O apoio político dos estados africanos foi e continua a ser crucial, também, para reforçar as pretensões da República Popular da China em relação a Taiwan, sendo que a relevância de África para a RPC tem crescido à medida que os países africanos aderem à Política de Uma Só China, em prejuízo de Taiwan. Em 2009 apenas quatro países africanos mantinham relações diplomáticas com Taiwan: Burkina Fasso, Gâmbia, São Tomé e Príncipe e Suazilândia.

A fim de cultivar influências políticas e assegurar o acesso a recursos, a China associa à sua estratégia de longo prazo para África a atribuição de ajuda económica, através do alívio ou cancelamento da dívida dos países africanos mais pobres, oferta de donativos e concessão de empréstimos em condições mais favoráveis que os empréstimos comerciais. Outras acções enquadradas na ajuda consistem na atribuição de bolsas de estudo a estudantes africanos, com resultados em termos de formação de quadros, e o envio de equipas de médicos para trabalhar em países africanos. Mais recentemente, o governo chinês começou a patrocinar acções de promoção

e *marketing* cultural expressas na criação de centros para a divulgação da cultura e línguas chinesas – denominados “Instituto Confúcio”.

A China enfatiza o carácter incondicional da sua ajuda sem contrapartidas políticas. Este discurso alia-se ao princípio da soberania dos estados e da não ingerência nos assuntos internos de cada país, que se integra na doutrina dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, e que constitui o manifesto da China na condução das suas relações internacionais. Esta linguagem ganha conteúdo para os países africanos na sequência da generalização das condicionalidades políticas, no sentido da democratização, da boa governação e do respeito pelos direitos humanos, enquanto requisitos para a atribuição de ajuda por parte dos doadores tradicionais.

O discurso chinês da ajuda sem pré-condições políticas revela-se contraditório, na medida em que a República Popular da China impõe como requisito para o estabelecimento de relações diplomáticas e de cooperação com os países africanos a sua adesão à Política de Uma só China, que implica a rejeição da manutenção de laços diplomáticos com Taiwan.

Apesar da contradição, num contexto de desgaste face ao paradigma de desenvolvimento sugerido pelos doadores tradicionais, o discurso da ajuda sem pré-condições políticas ganhou adeptos africanos, para os quais a China surge como uma fonte alternativa de financiamento e representa a possibilidade de um novo modelo de desenvolvimento assente no pressuposto da complementaridade das economias chinesa e africana.

A crescente expansão comercial e empresarial da China em Moçambique, que não é um país fornecedor de petróleo como Angola, Nigéria ou Sudão, demonstra que a China tem interesse e necessidade em moldar as suas relações de cooperação com base na exploração de outras matérias-primas, sem serem os recursos energéticos mais óbvios. Por outro lado, a consolidação das relações bilaterais com Moçambique e a manutenção do seu apoio político torna-se relevante no contexto da estratégia de implantação continental da China. No pressuposto que o objectivo da China é ganhar vantagens comerciais, esta terá maiores benefícios se mantiver um entendimento com todos os países africanos, por forma a cultivar influências e reforçar a rede de apoio político e assegurar a continuidade e o aumento da interacção comercial e de investimento.

Moçambique tem interesse em manter boas relações com a China e em explorar as oportunidades oferecidas pelo governo chinês, que traduzem-se no cancelamento da dívida, na concessão de donativos e de empréstimos preferenciais, na capacitação técnica para o aumento da produção agrícola (arroz) com o objectivo de garantir a segurança alimentar do país e no

fornecimento de projectos de construção de baixo custo. O governo moçambicano tem procurado mobilizar financiamento chinês para reabilitar e construir a sua rede de infra-estruturas. Moçambique tem como objectivo estratégico expandir o seu potencial energético, com a construção de barragens e centrais hidroeléctricas e termoeléctricas, com vista a consolidar a sua posição de relevo na África Austral enquanto principal fornecedor de energia da região.

A China pode constituir um factor relevante em termos de diversificação da fonte de ajuda, afigurando-se como um parceiro importante para o financiamento das necessidades suplementares de investimento e permitindo explorar potencialidades económicas que possam estar a ser subaproveitadas. O Banco Mundial reconheceu a vocação da China para a construção de infra-estruturas de escala, com impacto no desenvolvimento das obras públicas dos países africanos e, nesse contexto, assinou em 2007 um memorando de entendimento com o ExIm Bank da China, com a intenção de melhorar a cooperação conjunta entre as duas instituições, com vista ao investimento nos sectores dos transportes e da energia, nomeadamente em países como Moçambique, Gana e Uganda.

Para terminar, e depois de examinadas as oportunidades proporcionadas pelo modelo de cooperação da China, importa suscitar algumas interrogações relacionadas com a operacionalização do padrão chinês de desenvolvimento.

A primeira das questões que se colocam tem a ver com a sustentabilidade a médio e longo prazos do modelo de cooperação e de desenvolvimento proposto pela China. Este modelo reproduz um paradigma que já não é novo e que assenta na interdependência das economias. Traduz-se numa actuação orientada para a exploração e exportação de recursos naturais não processados, com ausência ou fraco investimento na industrialização dos países africanos e na criação de emprego e com poucos resultados em termos de desenvolvimento das capacidades locais e de melhoria do bem estar das populações. Presentemente, este modelo de cooperação proposto pela China para África está a conduzir a situações de devastação e desperdício de recursos e a colocar em risco a sua sustentabilidade a médio e longo prazos com custos para as populações locais e eventuais perdas em termos de biodiversidade.

A exploração e utilização sustentável dos recursos naturais levanta uma outra questão, relacionada com a aspiração chinesa de encontrar formas alternativas para sustentar o seu mercado doméstico de produtos agrícolas e o modo como este desígnio pode vir a influenciar a capacidade de África de garantir a segurança alimentar das suas populações.

A África Subsaariana, onde Moçambique se integra, subsiste numa contradição que traduz-se na disponibilidade de recursos naturais (terra arável e água) para produzir alimentos em quantidades suficientes para alimentar a sua população em crescimento¹⁷². No entanto, esta região permanece num nível de auto-suficiência alimentar abaixo das suas necessidades, reunindo uma grande percentagem de pessoas a viver em extrema pobreza e em situação de malnutrição. Esta conjuntura tende a agravar-se com o provável aumento populacional a nível global e a actual tendência para o incremento de investimentos nas energias alternativas e nos biocombustíveis, indústrias que utilizam grandes extensões de terra arável e de recursos hídricos para a produção de cana-de-açúcar, milho, soja ou outros vegetais utilizados na produção de energias verdes.

A China pode constituir uma oportunidade para África ultrapassar o défice tecnológico que impede o continente de aproveitar o seu potencial agrícola. No entanto, as aspirações chinesas neste domínio podem, igualmente, entrar em conflito com a satisfação das carências alimentares africanas, caso persista um modelo de cooperação assente na exploração dos recursos sem atender às necessidades de um desenvolvimento sustentável.

¹⁷² A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (*Food and Agriculture Organization – FAO*) prevê que até 2050 a população mundial ultrapasse os nove mil milhões de pessoas, sendo que a população na África Subsaariana é a que vai crescer mais rapidamente, aumentando de 770 milhões em 2005 para cerca de 1,5 a 2 mil milhões de pessoas em 2050.

BIBLIOGRAFIA

ALDEN, Chris – **China in Africa**. London & New York : Zed Books, 2007, 157 pp.

AFONSO, Maria Manuela – **Cooperação e Desenvolvimento: O papel da Ajuda no Contexto Africano**. In COLÓQUIOS SOBRE “IDENTIDADES, PODERES E ETNICIDADES NA ÁFRICA SUBSARIANA”, Porto: CEAUP / FLUP, 2002.

ALDEN, Chris; DAVIES, Martyn – **A Profile of the Operations of Chinese Multinationals in Africa**. (Em linha). South Africa: South African Journal of International Affairs, Vol. 13, Issue 1, Summer / August 2006. (Consult. 16 Dez. 2009). Disponível em <http://www.ccs.org.za/downloads/Alden%20and%20Davies%20-%20SAIIA%20-%20Vol.%2013.1.pdf> .

ALVES, Ana Cristina – **The Growing relevance of Africa in Chinese Foreign Policy: the Case of Portuguese speaking countries**. In Daxiyangguo, nº7, 1º Semestre de 2007, pág. 93 – 108.

Anónimo – **As divergências Sino-Soviéticas (e a actual política externa Chinesa)**. Tradução e compilação M. Rodrigues G. 1ª Ed. Lisboa: Editorial Minerva, 1974, 189 pp.

AMARO, Rogério Roque – **Desenvolvimento: Um Conceito Ultrapassado ou em Renovação? Da Teoria à Prática e da Prática à Teoria**. Lisboa, Cadernos de Estudos Africanos, 2004, 27 pp.

ANSHAN, Li – **China and Africa: Policy and Challenges**. (Em linha). World Security Institute. China Security, Vol. 3, Nº 3, Summer 2007. 25 pp (Consult. 20 Nov. 2009). Disponível em http://www.wsichina.org/%5Ccs7_4.pdf.

BATLEY, R.; BJØNESTAD, L.; CUMBI, A. - **Relatório de Moçambique: Avaliação conjunta do apoio orçamental geral 1994 – 2004, Burkina Faso, Malawi, Moçambique, Nicarágua,**

Ruanda, Uganda, Vietname. (Em linha). University of Birmingham. Birmingham, UK. 2006. (Consult. 10 Jun.2008). Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/24/27/36563035.pdf>.

BIRD, Graham – **The Political Economy of Foreign Aid: Fatigue or Regeneration?** (Em Linha). In Zagreb International Review of Economics & Business, Vol. 2, Nº 2, pp 1 – 24. Faculty of Economics and Business, University of Zagreb, 1999. (Consult. 3 Dez. 2009). Disponível em <http://209.85.229.132/search?q=cache:Ki01VWhdqe8J:hrcak.srce.hr/file/54568+aid+fatigue&cd=6&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>.

BROADMAN, Harry G. – **China and India go to Africa: New Deals in the Developing World.** In Foreign Affairs, United States, Vol. 87, nº 2, March / April 2008, pág. 95-109.

BROWN, Kerry; CHUN, Zhang – **China in Africa: Preparing for the Next Forum for China Africa Cooperation.** (Em linha) London: Chatham House, June 2009, 18 pp. Consult 16 Jan. 2010). Disponível em http://www.chathamhouse.org.uk/files/14269_0609ch_af.pdf.

BURNELL, Peter – **Foreign Aid in a Changing World**, in **The Companion to Development Studies**, Ed. Vandana Desai & Robert B. Potter, 2002, pág.473 – 474.

CARRIÇO, Alexandre – **A Cooperação Sino-Moçambicana: Três Vertentes Operativas.** In Nação e Defesa, nº 119, Primavera 2008, 3ª Série, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, pág. 63-106.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno – **Como está a Economia Moçambicana ? Algumas Reflexões: Primeiro curso de actualização de Jornalistas da Área Económica.** (Em linha). Maputo. ISCTEM, 2006 (Consult. 10 Jun.2008). Disponível em http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/AulasSeminarios/2006b_Como%20Esta%20a%20Economia%20Mocambicana%20ISCTEM.pdf.

CASTEL-BRANCO, C.N. – **Mega Projectos e Estratégia de Desenvolvimento: Notas para um Debate** (Em linha). Maputo. IESE, Out. 2002. (Consult. 10 Jun. 2008) Disponível em http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Mega_projectos_Moz_texto.pdf.

CANBY, Kerstin (et al) – **Forest Products Trade Between China & Africa: An Analysis of Imports Exports**. (Em linha) Forest Trends, 2007. Co-autores: HEWITT, James; BAILEY, Luke; KATSIGRISIS, Eugenia; XIUFANG, Sun. (Consul. 20 Dez. 2009). Disponível na Internet em: <http://www.forest-trends.org/documents/publications/ChinaAfricaTrade.pdf>, 35 pp.

CHRISTIE, Iain – **Samora: Uma Biografia**. 1ª Ed., Maputo, Editora Ndija, 1996, 269 pp

CUNGUARA, Benedito e HANLON, Joseph – **Poverty is not being reduced in Mozambique**. (Em linha) London: Crisis States Research Center, DESTIN, LSE, June 2010. Crisis States Working papers Series No2. (Consult. 30 Jun2010). Disponível em <http://www.crisisstates.com/download/wp/wpSeries2/WP74.2.pdf>.

DAVIES, Martyn (et al) – **How China Delivers Development Assistance to Africa**. (Em linha). South Africa, Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch, February 2008. Co-autores: EDINGER, Hannah; TAT, Nastasya; NAIDU, Sanusha. (Consult. 15 Jan 2010). Disponível em <http://www.ccs.org.za/downloads/china-dev-africa-sum.pdf>.

DESAI, Vandana; Potter, Robert B. – **The Companion to Development Studies**. Londres, Hodder Arnold, 2002, 576 pp.

DEGNBOL – MARTINUSSEN, John; ENGBERG – PEDERSEN, Poul – **Aid: Understanding International Development Cooperation**. London & New York : Zed Books, 2003, 351 pp.

DOUGHERTY, James E.; JR., Robert L. Pfaltzgraff – **Relações Internacionais e Teorias em Confronto**. 1ª Ed., Lisboa, Gradiva – Publicações, 2003, 882 pp.

EISENMAN, Joshua e KURLANTZICK, Joshua – **China's Africa Strategy**. (Em linha). Current History, May 2006. Pág. 219. (Consult. 20 Jan. 2010). Disponível em <http://carnegieendowment.org/files/Africa.pdf>.

ESTEVES, Dilma – **Relação de Cooperação China – África : Caso de Angola**. Coimbra, Portugal, Edições Almedina, 2008. 278 pp. (Teses de Mestrado).

FOSTER, Vivien (et al) – **Building Bridges: China's Growing Role as Infrastructure Financier for Sub-Saharan Africa**. (Em linha). Washington: The World Bank / PPIAF, 2008. CO-AUTORES: BUTTERFIELD, William; CHEN, Chuan; PUSHAK, Nataliya. (Consult. 14 Dez. 2009).

Disponível em

http://siteresources.worldbank.org/INTAFRICA/Resources/Building_Bridges_Master_Version_wo-Embg_with_cover.pdf.

FRIEDBERG, Aaron L. – **“Going Out”; China's Pursuit of Natural Resources and Implications for the PRC's Grand Strategy**. (Em linha). In NBR Analysis, The National Bureau of Asian Research, USA, Vol. 17, nº 3, September 2006. pp 21 – 30. (Consult. 14 Dez. 2009). Disponível em <http://www.nbr.org/publications/analysis/pdf/vol17no3.pdf>.

GUEBUZA, Armando Emílio – **Unidos, prossigamos com a nossa missão, Luta Contra a Pobreza. Discurso: Comunicação de Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, Presidente da República sobre a Informação da Situação Geral da Nação**. (Em linha). Maputo, 13 Dez. 2007. (Consult. 16 Out. 2008). Disponível em http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs_gov/discursos/estado_nacao_2007/.

HEVI, Emmanuel John – **The Dragon's Embrace: The Chinese Communists and Africa**. New York: Frederick A. Praeger, Publishers, 1966, 152 pp.

JANSSON, Johanna; KIALA, Carine - **Patterns of Chinese investment, aid and trade in Mozambique**. (Em linha). South Africa, Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch,

2009, 22 pp. (Consult. 20 Maio 2010). Disponível em <http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2009/11/CCS-Mozambique-Briefing-Paper-October-2009.pdf>

LEITE, Joana Pereira – **Diáspora Indiana em Moçambique**. In Economia Global e Gestão, Semestral, Vol. 2, 1996, Edição AEDG / ISCTE, Lisboa.

LE PERE Garth; SHELTON Garth - **China, Africa and South Africa: South-South Co-operation in a Global Era**. Midrand, South Africa: The Institute for Global Dialogue, 2007, 264 pp.

LUM, Thomas (et al) – **China's Foreign Aid Activities in Africa, Latin America, and Southeast Asia**. (Em linha) Washington: Congressional Research Service, February, 2009. Co-autores: FISCHER, Hannah; GOMEZ-GRANGER, Julissa; LELAND, Anne. (Consult. 17 Dez. 2009). Disponível em <http://www.fas.org/sgp/crs/row/R40361.pdf>.

MACKENZIE, Catherine – **Administração da Floresta na Zambézia, Moçambique: Um Take-Away Chinês!**. (Em linha). Relatório Final para Fongosa, Abril 2006. (Consult. 3 Jan 2010). Disponível em <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/pics/d72157.pdf>.

MAVROTAS, George; SHORROCKS, Anthony – **Advancing Development: Core Themes in Global Economics**. Hampshire, United Kingdom: Palgrave – MacMillan in Association with the United Nations University – World Institute for Development Economics Research, 2007, 768 pp.

MAGALHÃES, José Calvet – **A Diplomacia Pura**. 1ª Ed., Lisboa, Editorial Bizâncio, 2005, 186 pp

MALTEZ, José Adelino - **Curso de Relações Internacionais**. S. João do Estoril, Principia, 2002, 424 pp.

MICHEL, Serge & BEURET, Michel – **O Safari Chinês: Pequim à Conquista do Continente Negro**. 1ª Ed., 2009, Publicações Dom Quixote, Alfragide, Portugal, 321pp

MOREIRA, Adriano – **Teoria das Relações Internacionais**. 6ª Ed., Coimbra, Almedina, 2008, 723 pp

MURTEIRA, Mário – **China's Impact on the Globalization of the World Economy**. In *Economia Global e Gestão*, Nº3, Volume XI, Dezembro, 2006.

SHELTON, Garth e PARUK, Farhana – **The Forum on China–Africa Cooperation: A Strategic Opportunity**. (Em linha). Johannesburg: Institute for Security Studies, South Africa, 2008. (Consult. 14 Dez. 2009).

Disponível em

http://www.iss.co.za/dynamic/administration/file_manager/file_links/MONO156FULL.PDF.

SILVA, Jorge Tavares da; BREDA, Zélia – **O Dragão chinês e o elefante indiano: Traços de similitude e de divergência nos processos de abertura e reforma económica**. (Em linha). In *Economia Global e Gestão*, Abril 2009, Vol. 14, nº1 (Consult. 16 Jan. 2010). Disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/egg/v14n1/v14n1a03.pdf>.

SYLVESTRE, Manuela M. ; NAVALHA, Felisberto - **Dívida Pública de Moçambique: O endividamento externo e interno e considerações sobre suas ligações com a pobreza e desenvolvimento**. Grupo Moçambicano da Dívida. Dezembro, 2004 (Em linha). Maputo. Moçambique. (Consult. 27 Nov. 2009). Disponível em

http://www.divida.org/IMG/pdf/divida_publica.pdf

RENZIO, de Paolo and HANLON Joseph – **Contested Sovereignty in Mozambique: The Dilemmas of aid Dependence**. (Em Linha). Global Economic Governance Programme. Oxford University, Department of Politics and International Relations, January, 2007. (Consult. 10 Jan, 2010). Disponível em

http://www.globaleconomicgovernance.org/wp-content/uploads/Derenzio%20and%20Hanlon_Mozambique%20paper%20rev%20120107.pdf

TAYLOR, Ian – **China's Foreign Policy Towards Africa in the 1990s**. In Journal of Modern African Studies, 36, 3. United Kingdom: Cambridge University Press, 1998, pág. 443 – 460.

YAGER, Thomas R.- **The Mineral Industry of Mozambique**. (Em linha). US Geological Survey Minerals Book 2006. (Consult. 20 Jan 2009). Disponível em <http://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/country/2006/myb3-2006-mz.pdf>.

YU, George T. – **Africa in Chinese Foreign Policy**. In Asian Survey, Vol. 28, Nº 8, University of California Press, August 1988, pág. 849 - 862

FONTES JORNALÍSTICAS

Agência de Informação de Moçambique (AIM) – **Government and Donors claim consensus**. (Em linha). Maputo, 24 Março 2010. (Consult. 20 Maio 2010). Disponível em <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/pics/d120098.pdf>

Agência de Informação de Moçambique (AIM) – **Primeiro-Ministro considera visita à China de êxito total**. (Em linha). 21 Junho 2010. (Consult. 21 Jun 2010). Disponível em http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_politica/junho-2010/primeiro-ministro-considera-visita-a-china-de-exito-total

AngoNotícias – **Angola já é o maior parceiro da China**. (Em Linha). 26 Out. 2006, (Consult. 23 Nov. 2009). Disponível em http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=12037

BBC para África – **Moçambique: G19 preocupa-se com eleições**. (Em linha). 17 Setembro 2009. (Consult. 10 Nov. 2009).

Disponível em

http://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/2009/09/090917_mozelexworrieslv.shtml

China Daily – **China – Africa trade up 45% in 2008 to US\$ 107 billion.** (Em linha). Xinhua News Agency, 11 Feb. 2009. (Consult. 13 Jan. 2010). Disponível em <http://www.chinadaily.com.cn>

Jornal Notícias. Maputo. Moçambique - **Barragens e centrais termoeléctricas : Há potencial para abastecer a região** (Em linha). 23 Nov. 2009 (Consult 24 Nov. 2009). Disponível em <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/922297/20091123>

Macauhub – **Empresa chinesa pretende fazer pesquisa de areias pesadas em Moçambique.** (Em linha). 18 Agosto 2009. (Consult. 13 Jan. 2010). Disponível em <http://www.imensis.co.mz/news/anmviewer.asp?a=16768>

Macauhub – **Primeiro-ministro de Moçambique na China para negociar financiamento de dois mil milhões de dólares para infra-estruturas** (Em linha). 18 Jun. 2010. (Consult. 18 Jun. 2010). Disponível em <http://www.macauhub.com.mo/pt/news.php?ID=9620>

The Economist – **China’s “Going out” Strategy.** (Em linha). 21 July 2009. (Consult. 14 Dez. 2009). Disponível em http://www.economist.com/blogs/freeexchange/2009/07/chinas_going_out_strategy

FONTES OBTIDAS EM MOÇAMBIQUE

ANUÁRIO ESTATÍSTICO 2006. Instituto Nacional de Estatística (INE). 2006. Acessível em Instituto Nacional de Estatística. Maputo. Moçambique, 139 pp.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO 2007. Instituto Nacional de Estatística (INE). 2007. Acessível em Instituto Nacional de Estatística. Maputo. Moçambique, 146 pp.

ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DE ESTRADAS – **Informação dos Projectos com intervenção de Empreiteiros Chineses.** Acessível em Administração Nacional de Estradas (ANE), Maputo, Moçambique

BOSSEL, Antoine; NORFOLK, Simon – **Global Forest Product Chains – A Mozambique case study identifying challenges and opportunities for China through a wood commodity chain sustainability analysis**. Terra Firma, May 2007. Maputo. Mozambique, 64 pp

BOSTEN, Emmy – **China's Engagement in the Construction Industry of Southern Africa: the case of Mozambique**. In WORKSHOP ASIAN AND OTHER DRIVERS OF GLOBAL CHANGE, 19 – 21, Janeiro, St. Petersburg, Russia, 2006. Acessível em Fundo Monetário Internacional (FMI), Maputo, Moçambique, 12 pp

CENTRO DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS DE MOÇAMBIQUE (CPI) – **Projectos Autorizados no ano de 2007**. Acessível em Maputo, Moçambique.

CUNHETE, Felismina – **Mozambique: Downstream Opportunities**. In In MOZAMBIQUE MINING & ENERGY CONFERENCE AND SHOWCASE, 16 Abril 2008, Maputo. Acessível no Ministério da Energia, Direcção Nacional dos Combustíveis, Maputo, Moçambique.

Governo de Moçambique - **Acordo sobre a Cooperação Económica e Técnica entre o Governo da República Popular de Moçambique e o Governo da República Popular da China**. Lourenço Marques, 2 de Julho de 1975. 3 pp. Acessível no Ministério da Saúde, Direcção de Planificação e Cooperação, Departamento de Cooperação Internacional, Maputo, Moçambique.

Governo de Moçambique. Ministério da Saúde - **Acordo entre a República Popular da China e a República Popular de Moçambique sobre o Envio para Moçambique duma equipa Chinesa**. Lourenço Marques, 14 de Novembro de 1975. 2pp. Acessível no Ministério da Saúde, Direcção de Planificação e Cooperação, Departamento de Cooperação Internacional, Maputo, Moçambique.

Governo de Moçambique - **Protocolo do Acordo sobre a Cooperação Económica e Técnica entre o Governo da República Popular de Moçambique e o Governo da República Popular**

da China. Pequim, 23 de Setembro de 1977. Acessível no Ministério da Saúde, Direcção de Planificação e Cooperação, Departamento de Cooperação Internacional, Maputo, Moçambique.

Governo de Moçambique – **Projecto de Estatuto da Comissão Mista entre o Governo da República Popular de Moçambique e o Governo da República Popular da China.** Maputo Janeiro de 1979. Acessível no Ministério da Saúde, Direcção de Planificação e Cooperação, Departamento de Cooperação Internacional, Maputo, Moçambique.

Governo de Moçambique. Ministério da Planificação e Desenvolvimento – **Relatório da Missão Técnica Multisectorial, Zonas Económicas Especiais – Experiência da China.** Maputo. Junho, 2007. 30 p. Relatório da visita à República Popular da China, realizado pela Missão Técnica Multisectorial. Esta visita teve lugar entre 9 e 29 de Maio de 2007 e integrou 16 quadros provenientes de diferentes Ministérios. Acessível no Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Maputo, Moçambique.

Governo de Moçambique. Ministério da Planificação e Desenvolvimento. Direcção de Investimento e Cooperação – **Cooperação entre Moçambique e a China.** Maputo. Abril, 2008. 13 pp. Apresentação realizada por técnicos superiores e economistas da Direcção de Investimento e Cooperação ao Grupo Moçambicano da Dívida (GMD). Acessível no Ministério da Planificação e Desenvolvimento. Direcção de Investimento e Cooperação, Maputo, Moçambique.

Governo de Moçambique. Ministério das Finanças. Direcção Nacional do Tesouro - **Ponto de Situação da Cooperação Bilateral Moçambique – China.** Maputo, Fevereiro, 2007. 3 pp. Apresentação realizada por técnicos do Ministério das Finanças no contexto da visita do Presidente da RPC, Hu Jintao, a Moçambique, a 8 de Fevereiro de 2007. Acessível no Ministério das Finanças. Direcção Nacional do Tesouro, Maputo, Moçambique.

Governo de Moçambique – **Memorando sobre a Cooperação com a China.** 2008. Acessível em Ministério dos Recursos Minerais, Maputo, Moçambique.

Governo de Moçambique & Instituto Nacional de Estatística & Agências das Nações Unidas em Moçambique – **Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: República de Moçambique 2005**. Acessível em Nações Unidas. Maputo, Moçambique.

MOMADE, Fátima – **Mozambique: Mining Outlook and Updates**. In MOZAMBIQUE MINING & ENERGY CONFERENCE AND SHOWCASE, 16, Abr.2008, Maputo. Acessível no Ministério dos Recursos Minerais, Direcção Nacional de Minas, Maputo, Moçambique.

Sal & Caldeira Advogados e Consultores – **Study of Existing and Emerging Partners in Mozambique**. Maputo. Dezembro, 2007. 63 p. Actualização do relatório original realizado em Outubro de 2006, comissariado pela Embaixada da Noruega em Maputo. Acessível na Embaixada da Noruega, Maputo, Moçambique.

WANG, Jian-Ye – **What Drives China's Growing Role in Africa?** International Monetary Fund, 2007. Acessível em Banco Mundial, Maputo, Moçambique

ZACARIAS, Carlos – **Mozambique: Upstream Development & Outlook**. In MOZAMBIQUE MINING & ENERGY CONFERENCE AND SHOWCASE, 16 Abril 2008, Maputo. Acessível no Instituto Nacional de Petróleo, Maputo, Moçambique.

OUTRAS FONTES DA INTERNET

African Economic Outlook 2008: Moçambique. (Em linha).). African Development Bank & OECD Development Centre & United Nations Economic Commission for Africa. (Consult. 28 Jun.2008). Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/13/6/40578303.pdf>

African Economic Outlook 2009: Moçambique. (Em linha). African Development Bank & OECD Development Centre & United Nations Economic Commission for Africa. (Consult. 28 Jun.2010). Disponível em <http://www.africaneconomicoutlook.org>

Balanço do Plano Económico e Social 2006. Maputo (Fev. 2007). (Consult. 20 Jun 2008). Disponível em http://www.pap.org.mz/downloads/balanco_do_pes_06.pdf,

Balanço do Plano Económico e Social 2008. Maputo, Fev 2009. (Consult. 24 Nov 2009). Disponível em http://www.pap.org.mz/downloads/balanco_pes_2008_versao_ar.pdf

BEIJNG SUMMIT & THIRD MINISTERIAL CONFERENCE OF FORUM ON CHINA – AFRICA COOPERATION:

Beijing Summit adopts declaration, highlighting China – Africa strategic partnership. (Em Linha). 12 Jan. 2006 (Consult. 23 Nov. 2009). Disponível em http://english.focacsummit.org/2006-11/05/content_5166.htm

BOLETIM SOBRE O PROCESSO POLÍTICO EM MOÇAMBIQUE DO CIP / AWEPA:

Apoio ao orçamento continua mas crescem preocupações com pobreza e governação. (Em linha). Número 46, 24 de Junho de 2010, Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP) / European Parliamentarians for Africa (AWEPA), Maputo. (Consult. 30 Jun. 2010). Disponível em http://macua.blogs.com/files/boletim_46_g19.pdf

INSTITUTO PARA A PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (IPEX):

Estatística de Comércio Externo 2010. (Em linha) 2010. (Consult. 10 Jun 2010). Maputo, Moçambique. Disponível em <http://www.ipex.gov.mz>.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA:

Premier Zhou Enlai's Three Tours of Asian and African Countries. (Em linha). (Consult. 27 Nov. 2009). Disponível em <http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/3602/3604/t18001.htm>

China's African Policy. (Em Linha). 12 Jan. 2006 (Consult. 23 Nov. 2009). Disponível em <http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t230615.htm>

Joint Communiqué Between the People's Republic of China and the Republic of Mozambique. (Em linha). Maputo, 8 Fev. 2007. (Consult. 20 Nov. 2009). Disponível em <http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t298175.htm>

ODAmoz – Mozambique Donor Atlas 2008. Official Development Assistance to Mozambique Database. (Em linha). Consult. 10 Jan. 2010. Disponível em <http://mozambique.odadata.ampdev.net/>

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO (OCDE):

DAC Glossary of Key Terms and Concepts

Disponível em http://www.oecd.org/home/0,2987,en_2649_201185_1_1_1_1_1,00.html

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD):

Special Unit for South – South Cooperation – **Buenos Aires Plan of Action.** (Em linha). Consult. 22 Maio 2010. Disponível em <http://ssc.undp.org/>

UNIÃO EUROPEIA:

União Europeia - **Relatório Final da Missão de Observação Eleitoral sobre as Eleições Presidenciais, legislativas e das assembleias Provinciais.** (Em linha). Moçambique 2009. (Consult. 10 Jun. 2010).

Disponível em

http://www.eueom-mozambique.eu/PT/PDF/EU_EOM_Mozambique_2009_Final_PT.pdf

ANEXOS

Quadro 1: Visitas de alto nível mais destacadas entre Moçambique e China

Ano	Visita a Moçambique	Visita à China
1978 e 1984		Presidente Samora Machel
1979	Vice-Primeiro-Ministro Li Xiannian	
1980	Ministro dos Negócios Estrangeiros Huang Hua	
1983		Ministro dos Negócios Estrangeiros Joaquim Chissano
1987 e 1993		Primeiro-Ministro Mário Machungo
1990 e 1992		Ministro dos Negócios Estrangeiros Pascoal Mocumbi
1987	Conselheiro de Estado e Ministro dos Negócios Estrangeiros Wu Xueqian	
1988 e 1998		Presidente Joaquim Chissano
1996, 1998 e 2000		Secretário-Geral da Frelimo Manuel Tomé
1998		Ministro dos Negócios Estrangeiros Leonardo Simão
1989	Ministro dos Negócios Estrangeiros Qian Qichen	
1990	Vice-Secretário do Comité Permanente do Congresso Nacional do Povo Chen Muhua	
1995	Vice-Primeiro-Ministro Zhu Rongji	
1997	Primeiro-Ministro Li Peng	
1997 e 2002		Primeiro-Ministro Pascoal Mocumbi
2000		Secretário-geral da Frelimo Armando Guebuza
2000		Ministro dos Negócios Estrangeiros (Leonardo Simão) e Ministro do Comércio e Indústria (Carlos Morgado) participaram no primeiro Fórum para a Cooperação China – África.
1998	Vice-Secretário da Comissão Militar Central, Conselheiro de Estado e Ministro da Defesa Chi Haotian	

2000	Ministro dos Negócios Estrangeiros Tang Jiaxuan e Vice-Secretário do Comité Permanente do Congresso Nacional do Povo Tian Jiyun	
2006		Presidente Armando Guebuza participa na Cimeira de Pequim, do Fórum para a Cooperação China – África.
2007	Presidente da RPC Hu Jintao	
2008		Ministro da Indústria e Comércio, António Fernando
2009	Vice-Ministro do Comércio Jiang Zengwei	
2010	Ministro do Comércio Shen Jian	Primeiro-ministro Aires Ali, Ministro das Finanças Manuel Chang, Ministro das Obras Públicas Cadmiel Muthemba, Ministro dos Transportes e Comunicações Paulo Zucula, Ministra dos Recursos Minerais Esperança Bias e Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Eduardo Koloma.

Fonte: Informação obtida a partir do sítio electrónico do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China. Disponível em <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/zzjg/fzs/gjlb/3044/> e actualizada a partir de diversas outras fontes.

Quadro 2: Principais acordos assinados entre Moçambique e expectativa de impacto das medidas assumidas

Ano	Tipo de Acordo	Impacto
1975	Acordo de Cooperação Económica e Técnica	Concessão pelo governo da RPC de um empréstimo sem juro e isento de qualquer condição e privilégio políticos.
1975	Acordo sobre o Envio para Moçambique dum equipa chinesa de médicos, seguido de protocolos bianuais para a reposição das equipas.	Envio de equipas médicas para Moçambique e o fornecimento gratuito de instrumentos e medicamentos indispensáveis ao trabalho das equipas. Este tipo de cooperação acontece de forma constante desde 1975.
1984	Acordo de Cooperação Cultural, de 12 de Outubro de 1984, seguido de planos bianuais de execução das medidas de cooperação.	<ul style="list-style-type: none"> - Intercâmbio entre escolas superiores e universidades e fornecimento de bolsas de estudo a estudantes moçambicanos. - A China tem vindo a promover o conhecimento da língua e cultura chinesas no estrangeiro através do financiamento de instituições estrangeiras para a criação de unidades distintas de ensino conhecidas por

		<p>“Instituto Confúcio”. Moçambique previa instalar um “Instituto Confúcio”, no Instituto de Línguas para a formação de moçambicanos em língua e cultura chinesas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - construção de infra-estruturas escolares. - na área cultural, a cooperação passa pela formação de técnicos de conservação e restauro do património cultural e de gestores culturais, concessão pela China de donativos em dinheiro para projectos de conservação cultural e aquisição de instrumentos musicais.
2001	Acordo de Comércio e Acordo de Promoção e Protecção Recíproca do Investimento e de Dupla Tributação, assinado na primeira sessão da Comissão Conjunta Económica e Comercial entre a República de Moçambique e a República Popular da China, a 6 de Julho de 2001	
2002	Memorando de Entendimento sobre a Cooperação no domínio da Agricultura entre o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural da República de Moçambique e o Ministério da Agricultura da República Popular da China.	<p>Aumentar a cooperação científica e técnica no domínio da agricultura e pecuária através do estabelecimento de Programas Agrícolas de Desenvolvimento Conjunto nas áreas das florestas, produção de arroz, biotecnologia, produção agrícola e pecuária e processamento de controlo de doenças e pestes, e investigação. As partes acordaram em promover a troca de peritos e em promover o investimento bilateral na agricultura, processamento de alimentos e intercâmbio de tecnologia agrícola.</p>
2007	Memorando de Entendimento entre o Ministério do Turismo da República de Moçambique e a Autoridade Nacional do Turismo da República Popular da China sobre a facilitação de viagens em grupo para Moçambique de turistas chineses.	<p>Na área do Turismo, a China elegeu Moçambique como destino turístico para cidadãos chineses. Moçambique passou, assim, a integrar uma lista de países africanos classificados como destino turístico “recomendado” para os turistas chineses. Através deste estatuto, o estado chinês permite que os seus cidadãos visitem outros países sem necessidade de autorização da saída, através de agências de viagem autorizadas pelo governo. As estimativas apontam para que a China seja, em 2020, a maior fonte mundial de turistas, com mais de 115 milhões de chineses a viajar fora do país, o que representa um potencial interessante de investimento.</p>

2007	Acordo sobre Tarifas de Exportação	Em 2007 o governo da RPC anunciou o aumento do número de produtos moçambicanos isentos de tarifas de exportação de 190 para 442. No seguimento da Cimeira de Pequim do Fórum para a Cooperação China – África de 2006, foi anunciado um acordo geral sino-africano para a aplicação de tarifa zero em 466 produtos africanos de exportação, no quadro do Plano de Acção de Pequim. Estes acordos, no entanto, dada a fraca capacidade industrial e de abastecimento local, têm pouco impacto no aumento das exportações moçambicanas.
2008	Acordo de Cooperação para a Área de Ciência e Tecnologia e Inovação	<ul style="list-style-type: none"> - Incremento das actividades de investigação agrícola, com o estabelecimento do Centro de Pesquisa e Transferência de Tecnologias Agrícolas no distrito de Boane e a implantação do Parque Tecnológico nos distrito da Moamba, ambos na província de Maputo. O Parque Tecnológico visa concentrar instituições de ensino e de investigação e atrair investigadores a desenvolverem técnicas de produção agrícola e animal. - Estabelecimento de um centro de pesquisa de ciência de saúde em doenças transmissíveis. - formação de quadros moçambicanos nos níveis de mestrados e doutoramento na China.

Fonte: Informação obtida a partir de documentos oficiais e actualizada com base em diversas outras fontes.

Quadro 3: Situação da Dívida de Moçambique com a China

Ano	Empréstimo em Dólares Americanos (USD)	Objectivo
1975	Concessão de empréstimo de USD 7.780.303	Empréstimo contraído em termos concessionais, sem pagamento de juros, para financiar a importação da China de equipamentos e materiais de construção que não pudessem ser adquiridos localmente.
1980, 1984, 1988,	Concessão de empréstimos no valor total de USD 20.800.000	Empréstimo contraído em termos concessionais, sem pagamento de juros, para financiar a importação da China de equipamentos, matérias-

1990, 1992		primas e bens de consumo.
2001, 2002, 2003, 2004	Concessão de empréstimos de USD 3.900.000 cada (total USD 15.6000.000)	Empréstimos contraídos em termos concessionais, sem pagamento de juros para financiamento de projectos de construção e aquisição de equipamento policial. Projectos concluídos com financiamento chinês em Junho de 2007: projectos de abastecimento de água à população; reabilitação de furos de água; reabilitação do edifício da Assembleia da República; construção do Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano; Construção do edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação; Construção do Bairro Militar. Os montantes envolvidos na construção daquelas obras terão sido superiores aos empréstimos contraídos (cerca de 12 milhões de dólares, no caso do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e de cinco milhões de dólares americanos no caso do centro de conferências), pelo que, se pressupõe que tenham sido acrescidos valores em ajuda, sob a forma de donativo, a fim de cobrir os custos reais das obras.
2001	Perdão da Dívida	Protocolo de Perdão da Dívida, pelo qual a RPC cancelou, em 2002, a dívida contraída entre 1975 e 1985, no valor de cerca de 7,7 milhões de dólares americanos. Esta dívida deveria ter sido paga até 1999. A RPC cancelou, em 2002, a dívida no valor de 7,7 milhões de dólares americanos, o que corresponde a 90% do total em dívida, tendo o pagamento dos remanescentes 10% (771,5 mil dólares americanos) sido efectuado numa tranche única.
2007	Perdão da Dívida, no decorrer da visita a Moçambique do presidente da RPC, Hu Jintao, em Fevereiro de 2007.	Acordo de Cancelamento de 100% da Dívida, respeitante a empréstimos contraídos em termos concessionais, sem pagamento de juros, nas décadas de 80 e 90. Consistia num total de cerca de 20,8 milhões dólares americanos, utilizado para financiar diversos projectos de importação de equipamento, matérias-primas e bens de consumo.
2006	Financiamentos solicitados pelo governo de Moçambique, no decorrer da visita a Moçambique do Vice-Presidente do ExImBank da China, em Novembro de 2006	- Construção da Barragem Mpanda Nkuwa, no valor estimado de 2, 3 mil milhões de dólares americanos; - Construção da Barragem de Moamba Major, no valor estimado de 300 milhões de dólares americanos; - Construção de três estádios desportivos no valor de 100 milhões de dólares americanos;

		<ul style="list-style-type: none"> - Construção de edifícios públicos, no valor de 200 milhões de dólares americanos; - Projecto Agro-Industrial e Desenvolvimento de Sementes no Vale do Zambeze, no valor de 50 milhões de dólares americanos; - Projecto de reabilitação e modernização do aeroporto internacional de Maputo, no valor de 50 milhões de dólares americanos; - Projecto do Centro de Desenvolvimento Tecnológico, no valor de 10 milhões de dólares americanos.
2007	Financiamentos atribuídos no decorrer da visita a Moçambique do presidente da RPC, Hu Jintao, em Fevereiro de 2007.	<ul style="list-style-type: none"> - Crédito concessional, no valor de cerca de 40 milhões de dólares americanos para o projecto de construção do edifício da Procuradoria-Geral da República; - Empréstimo concessional no valor de 15,4 milhões de dólares americanos para o projecto de construção de um estádio nacional com capacidade para 42 mil espectadores, em Maputo; - Terá sido assinado, ainda, entre os governos de Moçambique e da China um acordo para a concessão de um crédito concessional estimado em 170 milhões de dólares.
2010	Visita de primeiro-ministro Aires Aly à China para negociar uma carteira de 26 projectos avaliados em 1,2 mil milhões de dólares americanos.	<p>Pequim terá manifestado predisposição para financiar os projectos prioritários, que serão implementados com base em mais de 172 milhões de dólares cuja concessão foi garantida. Incluem a conclusão da segunda e última fase da modernização do Aeroporto Internacional de Maputo (65 milhões de dólares), a construção de uma fábrica de cimento na província central de Sofala (80 milhões de dólares) e com uma capacidade anual para produzir 500 mil toneladas e a construção de uma outra fábrica de processamento de algodão em Magude na província de Maputo (20 milhões de dólares).</p> <p>Existem outros projectos avaliados em 600 milhões de dólares e que serão sujeitos a análise nas próximas rondas negociais entre Maputo e Pequim</p>

Fontes: Ministério das Finanças e Ministério da Planificação e Desenvolvimento de Moçambique, actualizado em BOSTEN, Emmy – **China's Engagement in the Construction Industry of Southern Africa: the case of Mozambique**. In WORKSHOP ASIAN AND OTHER DRIVERS OF GLOBAL CHANGE, 19 – 21, Janeiro, St. Petersburgo, Russia, 2006. Acessível em Fundo Monetário Internacional (FMI), Maputo, Moçambique e AIM – **Primeiro-Ministro considera visita à China de êxito total**. (Em linha). 21 Junho 2010. (Consult. 21 Jun 2010). Disponível em http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_politica/junho-2010/primeiro-ministro-considera-visita-a-china-de-exito-total

Quadro 4: China como país de origem do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) em Moçambique

Ano	Posição	Projectos	Dólares Americanos (USD)
2003	9º	3	1.353.000
2004	25º	2	292.000
2005	6º	3	5.575.000
2006	15º	3	905.000
2007	6º	11	61.150.000
2008	2º	----	76.800.000

Fonte: Informação obtida no Centro de Promoção de Investimentos (CPI) de Moçambique e actualizada em Johanna Jansson and Carine Kiala - **Patterns of Chinese investment, aid and trade in Mozambique**. South Africa: Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch, 2009, pág. 8

Quadro 5: Trocas comerciais entre a China e Moçambique

Ano	Volume em Dólares Americanos (USD)
2002	48.000.000
2003	76.000.000
2004	119.000.000
2005	154.000.000
2006	208.000.000
2007	284.000.000
2008	442.700.000

Fonte: Informação obtida a partir de diversas fontes e actualizada em Johanna Jansson and Carine Kiala - **Patterns of Chinese investment, aid and trade in Mozambique**. South Africa: Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch, 2009, pág. 4